

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

MARA REGINA DIAS

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COMO EDUCADOR AMBIENTAL NOS
PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PTTS)**

FRANCA

2012

MARA REGINA DIAS

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COMO EDUCADOR AMBIENTAL NOS
PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PTTS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Bueno dos Reis Giometti

FRANCA

2012

Dias, Mara Regina

A atuação do assistente social como educador ambiental nos
Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) / Mara Regina Dias.
– Franca : [s.n.], 2012.

126 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Esta-
dual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Analúcia Bueno dos Reis Giometti

1. Assistente social – Prática profissional – Piracicaba (SP).
2. Serviço social – Profissão – Meio ambiente. 3. Educação ambiental. I. Título.

CDD – 361.0023

MARA REGINA DIAS

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COMO EDUCADOR AMBIENTAL NOS
PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PTTS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social: Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Analúcia Bueno dos Reis Giometti

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca (SP), _____ de _____ de 2012.

Para minha querida “Tata”:
você sempre vai brilhar
porque você é uma estrela.

AGRADECIMENTOS

“E eu te chamo Jesus, venha viver junto a mim, venha me dar esta vontade, esta alegria de viver” Dunga

Obrigado Senhor, glórias e louvores a ti...

A minha família, minha mãe Isabel, que mesmo sem saber direito onde eu queria chegar, me apoiou em tudo, e a minha sobrinha Gabriela que pelo seu exemplo de estudo e mocidade, dando-me forças e energia suficiente para esta caminhada.

Ao meu noivo Marcio, somente por estar ao meu lado, pelo seu companheirismo e compreensão na realização deste sonho.

A Profa. e orientadora Dra. Analúcia Bueno dos Reis Giometti, pelos seus ensinamentos, que além de fazer parte da banca examinadora, me acolheu na hora que mais precisei, a você minha eterna gratidão.

Aos meus amigos da Pós que puderam compartilhar comigo de minha trajetória, os quais sabem que não foi fácil, em especial as meninas Fernanda Varandas, Inês Moreira e Juliana Polloni, pra sempre no coração.

Aos meus colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Promoção Social de Santa Gertrudes e da empresa Bio-Vida Engenharia Consultoria Social Ambiental, que toleraram as minhas constantes ausências, em especial minha sócia Livia Bristichy pela sua garra e nossos momentos de vitória.

Aos alunos das Faculdades Anhanguera Educacional, curso de Serviço Social, a vocês aqui esta o fruto do esforço que sempre lhes falo, obrigado pelas vivencias e trocas do dia a dia.

Não poderia esquecer de meus eternos amigos da Igreja Santa Cruz, aos compadres e comadres: Aliane, Alex, Ariane, Carlinhos, Dedé, Fabricio, Ir. Cesar, Ritinha, Tiago, Wiliam e Xú, pela palavra amiga e pelas alegrias de cada dia.

Ao meu maior incentivador Pe. José Aguiar Nobre, que não se esqueceu um só minuto desta luta...

A Caixa Econômica Federal, REDUR Piracicaba, especialmente as técnicas sociais Adriana Dias, Ana Paula, Celeste, Célia e Wlazia, pelo continuo aprendizado e paciência com esta profissional.

E a todos os profissionais, lutadores e vencedores, sujeitos desta pesquisa, Obrigada!

Memória póstuma

Agradecimento especial para aquele que foi em busca da sua águia no céu...

Ao Amigo, Diretor Espiritual, Orientador Prof. Dr. Pe. Mario José Filho, por acreditar que eu poderia ir mais longe, mais alto, que poderia também aprender a voar...

*Quero, um dia, poder dizer às pessoas
que nada foi em vão... que o amor existe,
que vale a pena se doar às amizades a às
pessoas, que a vida é bela sim, e que eu
sempre dei o melhor de mim... e que
valeu a pena! (Luís Fernando Veríssimo)*

DIAS, Mara Regina. **A atuação do Assistente Social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS)**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

RESUMO

As questões ambientais vem conquistando cada vez mais espaço na agenda pública e é mais visível nos diversos setores da sociedade civil. Os desafios propostos pela globalização provocam a necessidade de se ampliar as reflexões multidisciplinares, exigindo maior atenção à problemática socioambiental. Percebemos que a preocupação pela preservação do meio ambiente vem aumentando e já atinge diversos setores da sociedade, embora sejam limitadas, tendo muito a ser feito. Dentro destas reflexões e atuações multidisciplinares, encontramos a oportunidade de atuação do Serviço Social, pois preservação do meio ambiente é um tema relacionado ao trabalho do Assistente Social, uma vez que a garantia da qualidade de vida e dos direitos básicos das populações depende diretamente da qualidade do meio ambiente em que elas estão inseridas. A partir desse pressuposto apresentamos a educação ambiental como uma nova demanda ocupacional para o Assistente Social, procurando refletir acerca da intervenção deste profissional. Desta forma abordamos na dissertação a pertinência e necessária atuação dos profissionais de Serviço Social no espaço criado pelo Governo Federal, e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, através dos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS), onde paralelo as obras físicas dos programas de desenvolvimento urbano, contam com a prestação de serviços dos assistentes sociais, que em suas atividades trabalham diversas ações como: mobilização e organização comunitária, por meio de processo educativo trabalham temas de educação ambiental e sanitária, e de geração de trabalho e renda. Enfocaremos as experiências dos trabalhos dos assistentes sociais realizados em cidades na região de Piracicaba/SP.

Palavras-chave: projetos de trabalho técnico social. PTTS. educação ambiental. projeto socioambiental.

DIAS, Mara Regina. **A atuação do Assistente Social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS)**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

ABSTRACT

Environmental issues have been gaining more space on the public agenda and have become more visible in the various sectors of civil society. The challenges posed by globalization cause the need to broaden the multidisciplinary reflections thus, requiring greater attention to the socio-environmental problems. We noticed that the concern for preserving the environment is increasing and already affects many sectors of society. Within these reflections and disciplinary actions we found the opportunity for the work of Social Services. Preserving the environment is an issue related to the work of the social worker, this is because the guarantee of quality of life and basic rights of the population depends on the quality the population's environment. From this assumption we introduce environmental education as a new demand from the occupational social worker, trying to reflect on this professional intervention. Therefore we discuss the relevance of the dissertation and the necessary work of professional social work in the space created by the Federal Government and operated by the Caixa Economica Federal, through the Technical Working Projects Social – PTTs. This program, which parallels the physical work of urban development programs, relies on the services of social workers who work on various activities such as: mobilization and community organization, educational process promoting themes of environmental education and health, and employment and income generation. We focus on the experiences of work done by social workers in cities located in the region of Piracicaba / SP.

Keywords: PTTs. environmental education. socioambiental's project.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias de análise trabalhadas nas entrevistas	22
Quadro 2: Lista de todos os Municípios que compõem a superintendência	
Regional de Piracicaba – 45 Municípios	61
Quadro 3: Fluxograma	73
Quadro 4: Identidade das profissionais entrevistadas	74
Quadro 5: Exercício profissional e tempo de atuação.....	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição espacial da Superintendência Regional de Piracicaba/SP	62
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agencia Nacional das Águas
BANCEN	Banco Central
BID	Programa Habitar Brasil
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC's	Clorofluorocarbonetos
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNUMAD	Comissão das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COP	Conferencia das Partes
EA	Educação Ambiental
EPA	Environmental Protection Agency
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC	Ministério das Cidades
MEC	Ministério da Educação
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PCJ	Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
PNAFM	Programa Nacional de Apoio a Modernização Administrativa e Fiscal
PNUMA	Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental

PROSANEAR	Programa de Saneamento Integrado
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
PTTS	Projeto de Trabalho Técnico Social
RSN	Regional de Sustentação ao Negócio
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
SEDUR/PR	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SN	Superintendências Nacionais
SRN	Superintendências Regionais
UNCED	Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNEP	United Nations Environmental Programme
UNESCO	United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Construção do objeto de estudo.....	16
O diferencial, perfil crítico	17
A pesquisa	18
CAPITULO 1 QUESTÃO AMBIENTAL	24
1.1 Histórico ambiental mundial e brasileiro	24
1.2 A questão social e os impactos da questão ambiental no meio urbano.....	31
1.3 Cidadania ambiental, categoria fundante para o Serviço Social	34
1.4 Educação ambiental possibilidades de atuação para o Assistente Social.....	36
1.4.1 As tendências da Educação ambiental.....	41
1.5 Educação ambiental crítica, forma de atuação transformadora	44
CAPITULO 2 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	50
2.1 O histórico compromisso social das Caixas Econômicas	50
2.2 A Caixa Econômica Federal no Brasil.....	52
2.3 Programas de Desenvolvimento Urbano	64
2.3.1 O Orçamento Geral da União	64
2.3.2 Caixa e o Desenvolvimento Sustentável	66
2.4 O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS)	68
2.4.1 O processo formal para o Trabalho Social	70
2.4.2 O acontecer (a prática) do trabalho Social.....	71

CAPITULO 3 IMPORTÂNCIA E COMPREENSÃO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL	74
3.1 Análise da pesquisa.....	77
3.1.1 Primeira categoria: Relação do serviço social e a questão ambiental	78
3.1.2 Segunda categoria: Instrumentais de utilização.....	84
3.1.3 Terceira categoria: Compromisso pessoal/institucional/comunitário.....	89
3.1.4 Quarta categoria: Educação ambiental como desafio para o Serviço Social.....	93
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
 REFERÊNCIAS	103
 APÊNDICES	
APÊNDICES A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	111
APÊNDICES B – TERMO DE CONSENTIMENTO	114
 ANEXOS	
ANEXO A – TABELA DAS ATIVIDADES DO PTTS	116

INTRODUÇÃO

A temática ambiental não poderia ser abordada ou relacionada apenas com o aspecto do meio natural, visto que esta associada à situação do ser humano, tanto em suas necessidades individuais e essenciais de vida, como no meio que estava inserido.

O homem inserido neste contexto é um agente catalizador das mudanças que ocorrem no meio natural. Nesta relação é fundamental a atuação do Assistente Social que é um profissional que tem a capacidade de intervenção neste sistema. A questão ambiental e a questão social passam a ser vistas como simbiose – em constante ligação. Assim o papel do Assistente é relevante nesta leitura conjunta unificada, além de apresentar ferramentas de atuação que o possibilitam entender o contexto e intervir, e desenvolver ações que possam desencadear uma harmonia entre o homem e o meio que está inserido.

Esta dissertação procura mostrar a importância do trabalho do assistente social nesta nova postura do homem frente ao meio que ele vive. A discussão sobre as questões ambientais perpassa, sobretudo pelo Serviço Social, profissão que vem confirmando suas ações na defesa intransigente da democracia, da justiça, da liberdade e dos direitos humanos.

Este projeto de pesquisa, parte do princípio de que o Serviço Social tem, junto às questões ambientais, um espaço tão privilegiado como aqueles permitidos por outras questões mais familiares à sua prática profissional. Pretende-se tecer algumas considerações a partir das reflexões sobre a prática que os profissionais em Serviço Social vêm desenvolvendo nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS), junto aos programas de desenvolvimento urbano.

O assunto é complexo, mas está próximo ao universo do Serviço Social, pois envolve o relacionamento entre homem e espaço, transformando as relações sociais de acordo com a inserção de cada indivíduo no local onde vive e no ambiente socialmente construído. É uma questão transversal que envolve inúmeros aspectos da realidade e sua abordagem tem sido problemática, inclusive, para as administrações públicas. Diante de problemas ambientais, diversos órgãos acabam sendo acionados: Habitação, Saúde, Meio Ambiente, Planejamento entre outros. Muitas vezes as soluções são de caráter pontual, perdendo de vista a natureza sistêmica da questão. É neste contexto que a atuação do assistente social pode vir a auxiliar neste processo de forma mais ampla.

Com vistas a extrair contribuições a este assunto, este trabalho busca também a clarificação preliminar das seguintes hipóteses do pesquisador:

“Na intervenção do PTTS, no eixo educação ambiental, se justifica a pratica do assistente social nesse espaço?”

“O papel específico do Assistente Social em projetos voltados para o meio ambiente é ser um educador ambiental?”

Desta forma podemos dizer que as discussões abrangendo o exercício profissional do Assistente Social se intensificaram, tendo maior ênfase e centralidade após a década de 1990. Estas reflexões instauradas cresceram no contexto de formulação e valorização do Projeto Ético-Político da profissão, de modo a sua implementação e concretude.

Quando abordamos a questão da identidade e competências da profissão devemos considerar toda historia existente, lutas e conquistas. Assim é importante pontuar que aproximar da dimensão técnico-operativa do Serviço Social implica reconhecer sua complexidade considerando-se a diversidade de espaços sociocupacionais em que estão inseridos os profissionais de Serviço Social, os Assistentes Sociais.

A atuação enquanto Assistente Social traz a exigência em conhecer os aspectos técnicos e ético - políticos acerca do trabalho profissional neste espaço sócio-ocupacional. Conhecer o processo de inserção do Serviço Social, neste espaço, as contradições vivenciadas, a relação construída e estabelecida com o meio ambiente são questões fundamentais para a proposição de ações que referende o Projeto Ético-Político da profissão. Contudo, acreditamos que esta aproximação perpassa, dentre outros aspectos, pela compreensão do significado da profissão hoje, da identidade e competências construídas, da composição com outras áreas do conhecimento, da formação continuada e da obstinação qualificada como expressão de luta por novas conquistas.

Considerando este recorte, buscamos a sistematização do presente estudo com vistas a conhecer o processo de construção da identidade profissional do Serviço Social nos projetos socioambientais, suas competências e desafios postos na atualidade, contribuindo para a sistematização do conhecimento científico na área. Aspectos estes que decorrem a aproximação das bases a partir das quais se definem e dão condições de sustentação à profissão do Serviço Social, o processo de trabalho do Assistente Social, as correlações de forças existentes e como os profissionais da área entendem a dimensão técnico-operativa na

perspectiva da interação interdisciplinar e na busca de maior efetivação da legitimação do Serviço Social.

Construção do objeto de estudo

A discussão proposta e formatada no estudo ora apresentado, em que o eixo norteador é o trabalho profissional do Assistente Social junto aos PTTS, é fruto de aproximações e de investigação do trabalho profissional cotidiano desta pesquisadora, ou seja, da vivência enquanto Assistente Social inserida nos projetos de trabalho técnicos sociais, pois ao compor o quadro de profissionais técnicos do PTTS, foi possível a aproximação da realidade vivenciada pelos Assistentes Sociais neste espaço ocupacional. Tal fato levou-nos a realizar questionamentos quanto ao exercício profissional no tocante às suas atribuições e competências.

O fato de atuar profissionalmente junto a estes projetos, a realização da pesquisa de campo representou, também, como rico espaço de trocas e aprendizagem e neste sentido concordamos com Sarreta (2009, p. 41) que afirma: “Enquanto se realiza a pesquisa e as entrevistas, a pesquisadora estudava o processo, buscando reconstruir a realidade enquanto se identificava como sujeito aprendiz.”

Assim sob o novo olhar do pesquisador, com base na realidade vivenciada, com sua experiência profissional acumulada, nas observações, leituras e conversas com profissionais do Serviço Social, nos questionamentos, enfrentamentos, limites e possibilidades percebidos foi possível delinear e construir o objeto de pesquisa: o trabalho profissional do Assistente Social junto aos PTTS, seu papel como educador ambiental.

A preocupação em torno da forma de atuação e do número limitado de profissionais nesta área, justifica-se, inicialmente, a inquietude da pesquisadora, que desde o início de sua atuação profissional, como técnica social destes projetos durante estes 11 anos, teve seu interesse aguçado pelo estudo nessa temática ambiental, vindo este concretizar-se com a temática de sua dissertação de mestrado.

Dessa forma, a escolha da região de Piracicaba/SP, como locus privilegiado da pesquisa, justifica-se porque a pesquisadora reside e trabalha em um dos municípios, onde já

desenvolveu vários trabalhos, além da possibilidade de participação em reuniões de equipe técnica com profissionais destes municípios.

O diferencial, perfil crítico

O estudo sobre esta atuação profissional, ligada as questões ambientais vêm responder à curiosidade científica da pesquisadora em desvendar/desvelar o trabalho desenvolvido pelo Assistente Social nesse campo de atuação na atualidade.

Pensamos que, ao problematizar o exercício profissional na perspectiva de conhecer as diferentes e possíveis dimensões de intervenção na realidade, esse ganha importância à medida que dela aproximamos com o intuito de:

[...] desencadear um processo desmistificador da realidade, pois é uma forma de superar o imediatismo das práticas profissionais cotidianas do Serviço Social.... e de chegar a uma compreensão mais profunda de seus nexos, de suas relações constitutivas, possibilitando, assim, a produção do conhecimento científico que oriente formas de atuação, as quais, por sua vez, levem à orientação desses conhecimentos e culminem com a elaboração de propostas competentes [...]. (RODRIGUES, 2007, p. 17).

No desenvolvimento de suas práticas, o profissional de Serviço Social, sistematiza conhecimento. Esta construção, em seu conjunto, encerra elementos que precisam ser conhecidos, refletidos e mesmo retomados para que façamos uma intervenção comprometida e de qualidade exercitando uma competência que nos cabe.

Precisamos estar atentos em que sentido e direção estamos dando no desenvolvimento destas práticas, no conhecimento das realidades: qual nossa postura? Defendemos ou violamos direitos sociais e ambientais? Reproduzimos e reafirmamos as relações sociais postas? Conseguimos apontar e expressar as desigualdades sociais existentes? Contribuímos através da Educação Ambiental (EA) com a reversão da degradação do meio ambiente?

O assistente social é um profissional que trabalha a realidade social e diante dessas reflexões faz-se necessário que construa um perfil diferenciado, crítico, reflexivo, criativo, propositivo, inovador e estratégico para as negociações e conquistas também no campo ambiental.

Nesta perspectiva de atuação do assistente social, este tem oportunidade de atuação como educador ambiental, e tendo como principal instrumento de intervenção social a mediação, Herranz Aguayo e Rondón Garcia (2007, p. 17, grifo do autor) afirmam que: “[...] a mediação consistiria em criar pontes, em guiar as novas formas de relação entre o ‘ecológico’ e o ‘social’, entre o ser humano e seu meio, entre o cidadão e a sociedade. Em suma, em *facilitadores de uma nova cultura: a participação social*.”

A pesquisa

A trajetória investigativa contou, além da pesquisa de campo, de um levantamento bibliográfico com relação às temáticas envolvidas, realizado desde o início da formulação do projeto e que esteve presente nas etapas seguintes com leituras e fichamentos, de maneira que pudessem respaldar teoricamente a reflexão desencadeada.

A utilização da abordagem qualitativa, para a realização da pesquisa, permitiu conhecermos o que os sujeitos pesquisados compreendem sobre a temática em estudo de forma mais abrangente, uma vez que esta abordagem oferece melhores condições de aproximar do objeto de estudo focando os significados, valores e concepções atribuídos.

De acordo com Minayo (2008, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Martinelli (1999, p. 21) pontua que:

A pesquisa qualitativa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se localizar a percepção dos sujeitos torna-se indispensável o contato direto com o sujeito da pesquisa [...]. A riqueza que essa pesquisa traz para o pesquisador é muito importante, permitindo-lhe aprofundar efetivamente o objeto de análise.

É importante destacar que a pesquisa com foco qualitativo abarca a possibilidade de apreender mais do que simples relatos de significados, pois parte da observação de uma realidade, de vivências e experiências.

Já com a abordagem exploratória a ênfase foi dada nos conteúdos subjetivos, pois muito mais do que descrever um objeto, busca – se conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos que e consubstanciaram uma dimensão política e crítica reflexiva da dialética das partes que se envolveram no processo.

Foram utilizados alguns instrumentais técnicos para obtenção de dados que foram selecionados de acordo com o objeto de estudo. Entre os recursos adotados e que contribuíram para a construção da pesquisa destaca- se a observação sistemática que é frequentemente utilizada nas pesquisas cujo objetivo é a descrição precisa de fenômenos ou no teste de hipóteses. Pode ser planejadas e controladas.

Para Chizotti (2003, p. 54):

A observação sistemática objetiva superar as ilusões das percepções imediatas e construir um objeto que, tratado por definições provisórias, seja descrito por conhecimentos e estes permitam ao observador formular hipóteses explicativas a serem anteriormente constatadas e analisadas.

Para a realização da pesquisa, trabalhou-se com amostragem não probabilística de forma intencional, sendo que os sujeitos foram escolhidos intencionalmente, de acordo com a importância para a pesquisa, sabendo que “[...] a amostragem é um processo de determinação de um todo e das unidades que compõem um agregado, em que uma parte será tomada como representativa de todo o agregado.” (DESLANDES, 2008, p. 45-46).

Neste universo os sujeitos foram selecionados a partir de critérios pré-elaborados como: profissionais que exercem funções de técnicos sociais junto aos PTTS, e estão ligados a Secretarias, departamentos ou autarquias que tenham participado em projetos de engenharia dos programas de desenvolvimento urbano sobre a supervisão da Caixa Econômica Federal, entre os anos de 2010 e 2011.

Após a delimitação dos sujeitos da pesquisa realizamos convite para participarem da mesma, quando através de contatos telefônicos expusemos a proposta do trabalho, esclarecemos as dúvidas iniciais. Em seguida, encaminhamos uma correspondência eletrônica (e-mail) e o roteiro da entrevista para que pudessem ter conhecimento prévio das questões a serem abordadas.

Depois do aceite e concordância de cada profissional participar da pesquisa, as entrevistas, efetivamente, ocorreram após leitura do formulário/roteiro norteador, bem como do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

O contexto e instrumentais da pesquisa (Apêndice B – Roteiro de perguntas) foram explicados aos assistentes sociais ligados a diferentes Secretarias, órgãos ou autarquias, nos quatro municípios existentes na região de Piracicaba/SP: Iracemópolis, Limeira, Piracicaba e Rio Claro, sendo que a amostra foi relativa a participação de um profissional de cada destes municípios, totalizando 4 (quatro) entrevistados.

As considerações dos sujeitos da pesquisa estão apresentadas e dispostas ao longo do trabalho, com vistas a um movimento de aproximação teórica, prática e metodológica diante do processo de sistematização do conhecimento.

Para identificação dos sujeitos utilizamos nome de flores, para que sejam mantidos o sigilo dos nomes.

Para obtenção dos dados elegemos como instrumental a entrevista semiestruturada, a qual, através de um roteiro com principais aspectos a serem abordados, nos permitiu uma maior aproximação do tema em discussão, além de proporcionar um diálogo reflexivo.

Através deste instrumental tivemos a oportunidade de conhecer, de maneira peculiar, as formas sociais e individuais que se concretizam no exercício profissional.

Para Brandão (2000, p. 8) aponta que a entrevista: “[...] reclama uma atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, obrigando-o a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado.”

A entrevista por pautas é realizada através de perguntas diretas, deixando o entrevistado falar livremente sobre as pautas assinaladas. À respeito desta técnica, Lakatos e Marconi (2008, p. 94) ressaltam que: A entrevista por pautas exige habilidade e perspicácia por parte do entrevistador que tem a liberdade de fazer as perguntas que quiser, sonda razões e motivos e dá esclarecimentos de acordo com a situação em foco.

Acredita-se que a subjetividade do pesquisador está presente em cada momento do processo de investigação e é preciso estar ciente desse fato para saber conhecer e lidar com essas interferências. Portanto, por mais que procuremos captar dados reais e objetivos, o resultado será uma interpretação, uma versão dos fatos que poderá ser confrontada com

outras. Neste sentido, o resultado de uma pesquisa em ciências sociais constituem-se numa aproximação com a realidade social, o qual tem sempre um valor positivo.

Para a análise dos dados, estes foram agrupados através de categorias de análises com vistas ao desvelamento do objetivo geral, buscando com sensibilidade, mas sem perder o rigor científico que o trabalho exige, de forma a apreender aspectos que venham contribuir efetivamente para o aprofundamento das reflexões e conhecimento do exercício profissional do Assistente Social (Quadro 1, p. 22 e 23).

Mioto (2009, p. 25), ao debater sobre o exercício profissional, enfatiza seu caráter vital como espaço revelador do projeto profissional: “[...], à medida que colocam em movimento ações pautadas nas competências e atribuições privativas do Assistente Social nos diferentes espaços sociocupacionais.”

Na tentativa de facilitar a organização dessa dissertação esta foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo objetivou-se contextualizar as políticas ambientais, através da sua origem, características e organização ao longo do processo histórico mundial e brasileiro. Também a questão social e questão ambiental foram analisadas como grande desafio para a implementação das ações do profissional de serviço social. Destacamos neste capítulo a atuação do Assistente Social em educação ambiental, onde a priori temos que entender que o assistente social é também um educador, por ter sua prática permeada pela ação sócioeducativa.

No segundo, abordou-se o papel da Caixa Econômica Federal junto a estes projetos de trabalho técnicos sociais (PTTS), abordando dados históricos de sua estruturação e organização até os dias atuais, destacando as propostas de participação e atuação do profissional em serviço social.

O terceiro capítulo, enfatiza a construção e o desenvolvimento da pesquisa de campo. O cenário de investigação e reflexão foi a região de Piracicaba, que inclui 45 municípios, dos quais em uma amostragem de 10% apresentaremos considerações dos municípios de Iracema polis, Limeira, Piracicaba e Rio Claro. Na metodologia temos a perspectiva crítico - dialética, como primeiro momento um estudo exploratório e investigativo da realidade, e a caracterização pela abordagem qualitativa.

Finalizando esse estudo, foram apresentadas discussões e conclusões, destacando resposta as hipóteses da pesquisa mencionadas anteriormente.

Quadro 1: Categorias de análise trabalhadas nas entrevistas

Perguntas	
Categoria 1 – Serviço social e questão ambiental	1. Que relações existem entre as questões ambientais e o Serviço Social? Justifique a sua prática neste espaço?
	2. Embasando-se em sua observação e experiência de campo, procure enquadrar a qualidade de vida da população trabalhada entre: (☐) Excelente, (☐) boa, (☐) média, (☐) regular, (☐) péssima
	3. Quais os principais indicadores que lhe permitiram classificar acima, a realidade socioambiental do sujeito inserido neste meio.
	4. Cite as degradações ambientais mais recorrentes na área de sua atuação. Quais ações como técnico social você desenvolveu para reverter a degradação ambiental
	5. O Serviço Social contribuiu na preservação do meio ambiente e na qualidade de vida das pessoas? Se sim este processo foi educativo? Você considerou-se um educador ambiental?
Categoria 2- Instrumentalidade	1. Quando você assumiu o desenvolvimento do projeto sentiu-se preparada (o) para atuar neste novo campo. Por quê?
	2. Quais foram os instrumentais utilizados para a operacionalização do trabalho técnico social?
	3. Você se sentiu parte da equipe interdisciplinar, tendo condições de dialogar com os outros saberes? Por que. Se não, como reverteu esta situação?
	4. Durante a atuação profissional quais as dificuldades encontradas. Como fez para superá-las?

Categoria 3 – Compromisso Institucional	1. Você foi designado somente para o desenvolvimento deste trabalho (quantas horas dia), ou tinha também responsabilidade de projetos em outras áreas? Quais.
	2. Quais foram os resultados provenientes da sua atuação junto à comunidade de referência?
	3. Você tinha parceiros para o desenvolvimento do trabalho social? Se positivo, quais?
	4. Estes parceiros eram co-responsáveis pelo trabalho, ou desenvolviam ações pontuais, sendo a responsabilidade total dos técnicos sociais?
Categoria 4 – Educação ambiental, desafio para o Assistente Social	1. Você sentiu necessidade de aprimoramento para melhor atender a demanda do trabalho, especificamente na área ambiental? Se positivo, o que fez para melhorar sua atuação?
	2. Existe articulação entre o conteúdo programático do curso de Serviço Social com as atividades que desenvolveu no projeto? O que poderia ser feito nos cursos de Serviço Social.
	3. Como educador ambiental, qual seria seu principal objetivo neste processo educativo?
	4. Mesmo depois de ter atuado nestes projetos, você acredita que a questão ambiental configura-se como um novo campo de trabalho para os assistentes sociais? Por quê? Você reconhece que outros profissionais se interessam por esta área de atuação. Por quê?

Fonte: Elaborado por Mara Regina Dias.

CAPITULO 1 QUESTÃO AMBIENTAL

1.1 Histórico ambiental mundial e brasileiro

Com o crescimento desenfreado da produção de bens e consumo a partir da Segunda Grande Guerra Mundial e com o aumento populacional, tem-se como consequência: a escassez de água, crise energética, proliferação de doenças, intensificação de secas e enchentes, incluindo a previsão do esgotamento total dos recursos naturais existente, devido ao desequilíbrio ambiental causado pelo envenenamento progressivo do planeta. Com o aparecimento destes problemas, a questão da preservação do equilíbrio ambiental foi desencadeando preocupação, o que motivou o homem a agendar vários encontros, debates e acordos que discutissem a preservação ambiental. As tomadas de decisões procuraram abarcar o maior numero de países do mundo tornando-se fator primordial para o desenvolvimento socioambiental deste século..

Paralelamente, fortalecia-se a cada dia o processo de implementação de modelos de desenvolvimento fortemente neoliberais, regidos pela norma do maior lucro possível no menor espaço de tempo. Com o pretexto de industrialização acelerada, apropriava-se cada vez mais violentamente dos recursos naturais e humanos, implicando no avanço da força produtiva do capital X depredação do meio ambiente.

A globalização se consolida como projeto de ambição do capitalismo. Com efeito, o final do século XX assiste seu triunfo político econômico por meio da expansão e maximização de seus princípios, tanto quanto seus impactos. Uma nova configuração na geopolítica econômica é forjada pela política de mercado, na qual os países do norte e do sul acentuam suas disparidades dentro do abismo capital entre ricos e pobres. O processo se amplia, e por meio da concorrência de mercado, fortalece-se a iniciativa privada sobre os estados nacionais, e a tendência no aumento dos lucros em detrimento do aporte industrial nos países pobres. A globalização torna-se a efetiva operacionalização do conjunto de valores que a modernidade travestiu em uma nova utopia social: o neoliberalismo. Este é a forma do capitalismo triunfante, a qual Boff (1999, p. 70, grifo do autor), entende como a “[...] *grande realidade, como uma lei natural.*” E continua:

O que não passa pelo mercado não tem valor [...] e está condenado a desaparecer. Assim, o mercado é considerado o único sistema de produção mundial. Por isso, todos os países, com suas economias, devem ser “integrados” [...] pela competitividade [...]. O sistema de mercado desenvolve valores culturais e ideológicos adequados à sua lógica. Cria uma subjetividade coletiva; uma mesma forma de pensar, de sentir, de consumir, de viver familiarmente, de tratar os amigos, de ouvir música e entender a própria morte (BOFF, 1999, p. 76).

Hoje está se realizando a profecia de Marx no Capital: o modo de produção capitalista acabaria destruindo as próprias fontes de sua riqueza, o ser humano e natureza. Hoje a destruição do homem/mulher e da natureza coincide com altas taxas de lucro. Que lucro é esse que se baseia num processo de morte e de sacrifício dos outros? Analistas chamam a atenção para o fato de que, na lógica do capital, destruir a natureza e liquidar o desenvolvimento do Terceiro Mundo, para poder penetrar nele, vender aí seus produtos ou eventualmente reconstruí-los, em outros moldes, dá mais lucros do que cuidar da natureza e do desenvolvimento social. [...] a mundialização (por isso é violenta) e se faz pela via da competitividade, não pela solidariedade e da interdependência de todos com todos e com a natureza. (BOFF, 1999, p. 82).

E termina dizendo que, ao se levar em consideração o fato de que, se a interdependência é o que define a natureza e o capitalismo, indo no sentido oposto - colocando em risco a tudo e a todos, isso deveria significar o fato pelo qual poderia “sensibilizar” o sistema do capital mundialmente integrado a uma mudança de atitude.

Não podemos esquecer também o surgimento da Multinacional, empresas que inovaram em seus respectivos setores econômicos e hoje controlam fatias expressivas do comércio mundial. Empresas com sedes em países ricos, que espalham suas filiais pelo mundo. Essas filiais não estão somente distribuídas pelos países pobres, e sim por todos os países onde os seus produtos são comercializados. Estas empresas surgiram a partir do momento em que se houve a necessidade de expansão, ou mesmo dos interesses de avançar os negócios para outros planos mercadológicos (outros países). Na globalização se fez necessária a distribuição das multinacionais pelo mundo, com vista a facilidade de intercâmbio. O que estimulou a ida destas empresas multinacionais para os países menos desenvolvidos, ou subdesenvolvidos é pelo fato de alguns fatores serem mais atrativos, como: mão-de-obra, impostos, baixos salários, grande oferta comercial. O pilar principal do capitalismo atual, de um mundo marcado pela facilidade de comunicação e transporte de ideias e materiais, sem dúvidas são as empresas multinacionais.

O fenômeno da globalização não produziu os mesmos efeitos em todos os países e em todas as camadas sociais. A formação de grandes conglomerados econômicos, o aumento extraordinário do volume de capitais movimentados nas transações financeiras, a livre circulação de mercadorias entre os países e a revolução tecnológica não possibilitaram uma elevação na qualidade de vida da maior parte da população mundial, que iniciou o século XXI convivendo com o desemprego, a pobreza e a fome.

O processo de consolidação do capitalismo internacional, paralelo ao paradigma positivista da ciência, já não conseguia dar resposta aos novos problemas, caracterizados pela complexidade e interdisciplinaridade, no contexto de uma racionalidade meramente instrumental e de uma ética antropocêntrica.

Assim partir da década de 1960, começou a surgir a preocupação com os problemas ambientais, em virtude de uma escassez de matérias-primas num futuro próximo. Através do Clube de Roma¹, que reuniu em uma série de encontros, chefes de Estado, humanistas, cientistas e uma série de outros interessados, com o objetivo de analisar a situação mundial e oferecer previsões e soluções para o futuro da humanidade. Em 1968, na sua primeira reunião significativa, o Clube de Roma chegou à conclusão que o mundo teria que diminuir a produção, de forma que os recursos naturais fossem menos solicitados, e que houvesse uma redução gradual dos resíduos, fundamentalmente do lixo industrial. Acontece que justamente neste período ocorria um grande crescimento, com um modelo consumista, como consequência das duas grandes guerras passadas, inviabilizando esta primeira proposta.

Foi nessa época que começaram a surgir preocupações quanto aos resíduos produzidos pelo homem e os primeiros estudos voltados para o uso de energia, os quais exigiam todo um “histórico” das matérias-primas, dos combustíveis utilizados durante o processo de fabricação, dos resíduos gerados, etc. Neste mesmo período, os Estados Unidos criaram a Agência de Proteção Ambiental (*Environmental Protection Agency- EPA*), um poderoso órgão que combate a poluição, diminuindo a emissão de gases poluentes na atmosfera.

Ao mesmo tempo, na área do conhecimento científico, deram-se algumas descobertas que ajudaram a perceber a emergente globalidade dos problemas ambientais. A construção de uma ciência internacional também começava a consolidar-se nas décadas de 1960 e 1970,

¹ Em 1968, constituiu-se o Clube de Roma, composto por cientistas, industriais e políticos, que tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais.

sendo que grande parte dos conhecimentos atuais dos sistemas ambientais do mundo foi gerada nesse período.

Como o notável avanço da ecologia e de outras ciências correlatas, grande parte do conhecimento existente sobre o meio ambiente, que era suficiente para satisfazer as necessidades do passado, passou a ser insuficiente para embasar a tomada de decisões na organização ambiental da época.

Contudo, disse Ribeiro (2003, p. 401-402), “[...] foi na segunda metade do século XIX que surgiram as primeiras leis ambientalistas.” Com a ampliação do “movimento ambientalista”, passaram a ser abordados quase todos os aspectos do meio natural associado ao interesse pela situação do ser humano, tanto no plano de comunidade como no das necessidades individuais de vida e subsistência, destacando-se a relação entre os ambientes artificiais e os naturais.

O movimento conservacionista anterior, de proteção à natureza, interessava-se em proteger determinados recursos naturais contra a exploração abusiva e destruidora, alegando razões gerais de prudência ética ou estética. O novo movimento ambiental, sem descartar essas motivações, superou-as, estendendo seu interesse a uma variedade maior de fenômenos ambientais. Alegava que a violação dos princípios ecológicos teria alcançado um ponto tal que no melhor dos casos, ameaçava a qualidade da vida e, no pior, colocava em jogo a possibilidade de sobrevivência, em longo prazo, da própria humanidade.

A fim de buscar respostas a muitas dessas questões, em 1972 houve um marco em relação às preocupações com o meio ambiente, a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, Suécia, onde foi assinado o Tratado de Estocolmo (noção de eco - desenvolvimento), que prevê o banimento de doze poluentes tóxicos considerados os mais nocivos ao meio ambiente e à saúde pública. Neste período, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), ou também conhecida como (*United Nations Environmental Programme - UNEP*), uma agência responsável por catalisar a ação internacional e racional para a proteção do meio ambiente no contexto do desenvolvimento sustentável. Seu objetivo é prover liderança e encorajar parcerias no cuidado ao meio ambiente, inspirando, informando e capacitando nações e povos a aumentar sua qualidade de vida sem comprometer a das futuras gerações.

Em 1987, surgiu o Protocolo de Montreal que visa resolver o problema de deteriorização da camada de Ozônio através da redução da produção de gases

clorofluorocarbonetos (CFC's), halons e brometo de metilo, que são os maiores causadores de estreitamento da camada, onde tinha como meta, acabar com uso dos clorofluorcarbonetos até 2010.

Em 1987, a Comissão das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), criada pela ONU e liderada pela primeira-ministra da Noruega Gro Brundtland, produziu um relatório chamado: Nosso futuro comum. Nesse documento, consolidava-se um novo conceito de desenvolvimento: Desenvolvimento Sustentável, capaz de atender as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as futuras (NOVAES, 2003). O Relatório de Brundtland, como também ficou conhecido, a despeito de seus pontos polêmicos, revela uma nova perspectiva de abordar a questão ambiental colocando-a como problema planetário, indissociável do processo de desenvolvimento econômico e social. Apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável, que articula princípios de justiça social, viabilidade econômica e prudência ecológica, como palavra de ordem e meta prioritária a ser, a partir de então perseguida. No interior da nova estratégia de sustentabilidade é destacada a importância da educação ambiental, como alavanca indispensável de sua construção, ponto que destacaremos ainda neste capítulo.

O desenvolvimento sustentável responderia ao anseio da sociedade por ética que compatibilize lucratividade nos negócios com responsabilidade socioambiental, baseando-se na trajetória da evolução da humanidade e na busca por mudanças continuadas rumo à concretização de um sonho, a justiça social. Segundo Sachs (1997 apud VEIGA, 2005, p. 14):

[...] a noção (de desenvolvimento sustentável) deve ser entendida como um dos mais generosos ideais surgidos no século passado, só comparável talvez à bem mais antiga idéia de 'justiça social'. Ambos são valores fundamentais de nossa época por exprimirem desejos coletivos enunciados pela humanidade, ao lado da paz, da democracia, da liberdade e da igualdade.

Nesse processo, as organizações empresariais ganham papel definido: atender ao apelo da sociedade por responsabilidade e compromisso com a espécie humana e outras espécies, tendo em vista que esta mesma sociedade é que confere legitimidade às instituições e compreende que o poder advindo da autoridade financeira e política pode se traduzir em transformações sociais.

Já no Brasil no bojo do ambientalismo, as questões ambientais ganharam maior visibilidade durante esta década de 1980, onde houve uma grande mobilização para a inclusão

de temas ambientais na Constituição Federal, instituída em 1988, artigo 225 que se registrou: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1998, p. 40).

O período de quatro anos entre a criação da Constituição e a reunião da Eco-92, no Rio, foi marcado também pelo aparecimento de vários órgãos de proteção ao Meio Ambiente, inaugurando, assim, a fase contemporânea do ambientalismo brasileiro, caracterizado pelo profissionalismo de seus militantes. Fase esta que alguns autores chamam de cidadania ambiental, cuja luta é por um mundo mais equilibrado na apropriação dos recursos naturais e com mais qualidade de vida para toda a população (RIBEIRO, 2003, p. 415).

O Brasil, sempre participou de acordos e convenções com relação ao meio ambiente, mas o maior acontecimento foi em 1992, quando a cidade do Rio de Janeiro foi sede da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). A reunião ficou conhecida como Rio 92 e os objetivos da conferência, foram: Convenções sobre o Clima, sobre a Biodiversidade e a Declaração sobre Florestas. A Rio 92 também aprovou projetos como a Declaração do Rio (Declaração de Meio Ambiente e Desenvolvimento) e a Agenda 21 (Plano de Ação para a realização do desenvolvimento sustentável do século XXI).

Destacamos a discussão nesse evento de diversos temas entre sujeitos do mundo inteiro, um deles a questão ambiental como uma das expressões da questão social. Foi quando se teve a percepção de que a pobreza era uma das fontes de degradação e precisava ser combatida, visto que a população de baixa renda, especialmente aquela das grandes cidades dos países pobres, é obrigada a viver em áreas de risco e/ ou em áreas naturais protegidas, onde não podem ser ignoradas questões como: saneamento básico, tratamento de esgoto dentre outros. Também houve a discussão sobre o consumo exagerado nos países mais ricos e a degradação que causam ao resto do planeta (NOVAES, 2003).

Em dezembro de 1992, foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS) para que fosse assegurado o efetivo prosseguimento dos trabalhos da UNCED, para monitorar e relatar a implementação dos acordos firmados durante a Cúpula da Terra em nível local, nacional, regional e internacional. A maioria dos acordos estabelecidos entre as nações até então eram para diminuir a emissão de gases na atmosfera. Não diferente disso surgiu, em 1995, a Primeira Conferência das Partes, a COP I, onde alguns tratados

também foram firmados. Até 2006 aconteceram seis COP's, mas a mais relevante foi a Conferência da Partes III, onde os representantes da Convenção do Clima assinaram o Tratado de Quioto.

Em 1997, o Tratado de Quioto foi assinado e tem como principal objetivo, fazer com que, entre 2008 a 2012, alguns países reduzam seus níveis de emissões de dióxido de carbono, e ainda reduzam os níveis de metano e mais alguns gases aos níveis dos anos de 1990 e 1995. Mas, houve um ponto do tratado que gerou controvérsias – o protocolo definiu que países em desenvolvimento não precisam reduzir sua taxa de emissões gasosas – e assim sendo, em 2001, os Estados Unidos declarou sua oposição ao acordo e decidiram que não ratificariam o tratado de Quioto, alegando danos à economia do país. O tratado de Quioto entrou a vigor em 16 de fevereiro de 2005 depois que 55 nações o ratificaram. A partir de então, admitiram-se conceitos como: “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”; “parceria global com equidade”; “princípio da precaução”, “recursos financeiros novos e adicionais”, “partilha dos benefícios auferidos pela exploração tecnológica” e “direito ao desenvolvimento”. Desta forma, estabeleceram-se as premissas para um novo regime internacional para a cooperação em desenvolvimento sustentável.

Uma revisão dos progressos e implementação dos compromissos de cinco anos da Cúpula da Terra (“Rio+5”), foi realizada em 1997, por uma sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, seguida de uma revisão dos dez anos, em 2002, pela Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio+10”). Foi então acordado que o balanço de todo o processo se daria em 2002, em Johannesburg, na II Conferencia Mundial do Desenvolvimento Sustentável. Assim, em 2002, aconteceu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, em Johannesburg, na África do Sul que discutiu os resultados e a implantação da Rio 92. Os pontos definidos como prioridade na Cúpula de Johannesburg foram: água, energia, saúde, agricultura e biodiversidade, onde foi decidido que países deveriam cortar à metade, até 2015, o número de pessoas sem acesso a água potável e esgotos; reduzir a perda de espécies até 2004; ampliar acesso a formas modernas de energia; apoiar a eliminação de subsídios agrícolas que afetam exportações de países pobres.

O histórico ambiental mostra a trajetória de um movimento que cresce mundialmente a cada dia, e traduz uma nova atitude de produção e consumo que leva a um novo modelo econômico, já adotado em muitos países, e que precisa ser adotado pelo mundo em sua totalidade, na tentativa de recuperar a qualidade de vida e preservar a sobrevivência humana.

Uma história que, apesar de ainda estar sendo escrita, explica a razão que está levando o homem a buscar o desenvolvimento sustentável de suas operações.

Apesar dos avanços científicos referentes à temática da questão ambiental é necessário que ocorra mais discussões sobre o assunto e que a população se sensibilize que a preservação do meio ambiente é importante para o futuro do planeta. Pensando nisto que no próximo capítulo demonstraremos a operacionalização de projetos e ações dos municípios da Região de Piracicaba/SP, que podem contribuir para uma melhor sociedade.

1.2 A questão social e os impactos da questão ambiental no meio urbano

Segundo Milton Santos (2006, p. 15), uma indispensável premissa de base é que não existe meio ambiente diferente de meio. Tanto a geografia como a sociologia, desde o final do século passado, basearam boa parte de suas proposições nessa ideia de meio, que ainda hoje é válida. Pensadores como Humboldt, Ritter, Vidal de La Blache, Durkheim, entre outros, buscaram refletir sobre a relação sociedade-natureza considerando o entorno das sociedades como um dado essencial da vida humana.

E o autor continua, o que hoje se chamam agravos ao meio ambiente, na realidade, não são outra coisa senão agravos ao meio de vida do homem, isto é, ao meio visto em sua integralidade. Esses agravos ao meio devem ser considerados dentro do processo evolutivo pelo qual se dá o confronto entre a dinâmica da história e a vida do planeta.

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Agora, com uma tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução (SANTOS, M., 2006, p. 16).

Diante das consequências advindas dos maus tratos ao meio e que ameaçam a vida no planeta, colocamos, desde logo, uma questão: o locus desses problemas é o lugar, é o mundo. Na fase atual, momento em que a economia se tornou mundializada, adotando um único modelo técnico, a natureza se viu unificada. Suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escalas

diversas. A uma escala mundial corresponde uma lógica mundial que, nesse nível, guia os investimentos, a circulação de riquezas, a distribuição de mercadorias. Porém, cada lugar é o ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, às vezes contrastantes na busca de eficácia e de lucro no uso das tecnologias, do capital e do trabalho (SANTOS, M., 2006). Trata-se de uma natureza unificada pela história a serviço dos atores hegemônicos, onde a técnica passou a ser mediação fundamental do homem com seu entorno.

A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, é como enigma que ela comanda nossa via, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno. Se, ontem, o homem se comunicava com o seu pedaço de natureza praticamente sem mediação, hoje a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante o local ou o mundo, é cheio de mistérios. Nesse sentido que, já em 1949, Georges Friedmann nos aconselhava a considerar esse meio técnico como uma “realidade com a qual nos defrontamos”, propondo, por isso, “[...] estudá-la com todos os recursos de conhecimento e tentar dominá-la e humanizá-la.” (apud SANTOS, M., 1985, p. 69).

Segundo Pellegrini Filho (2000, p. 175) por Meio Ambiente entende-se:

Meio ambiente é o somatório de elementos naturais e culturais de uma região, em determinado tempo, que se encontram em interação: ou seja, a água, o ar, o solo, a flora, a fauna, o patrimônio histórico, arqueológico, paisagístico etc. Embora o uso mais comum da expressão seja para designar o meio ambiente natural, dispensando o emprego desse adjetivo, na verdade ela pode designar também o meio ambiente cultural ou artificial (criação do ser humano, materiais ou espirituais): a cidade é um meio ambiente artificial. Na vida real, frequentemente os dois níveis coexistem Espaço natural e espaço cultural – vivência humana.

A contradição existente entre o ambiental e o urbano tem aumentado nas cidades, consequência da acentuação do industrialismo, de novas formas de produção e do consumo exagerado. É frequente associar-se o ambiental apenas ao natural, embora se saiba que ele contempla o social, não se restringindo apenas ao [...] conjunto de dinâmicas e processos naturais, mas das relações entre estes e as dinâmicas e processos sociais (SPÓSITO, 2001, p. 295).

Falar sobre a questão social na contemporaneidade é buscar a compreensão em sua origem histórica, que se expressam de formas distintas e cujo significado está em constante

modificação de acordo com a conjuntura política, socioeconômica e cultural de determinado lugar e época.

A questão social é uma categoria que não pode ser analisada separadamente do capitalismo e, conseqüentemente, da luta de classe trabalhadora pela conquista de direitos e igualdade. Isso foi explicitamente colocado pela primeira vez por volta dos anos de 1830, nos primórdios da industrialização, quando se tomou consciência da existência de populações que foram, ao mesmo tempo, vítimas e agentes da Revolução Industrial (CASTEL, 1998). Anteriormente a pobreza era considerada natural e necessária, para tornar os pobres laboriosos e úteis à acumulação de riquezas das ações. Com a revolução industrial, ela passou a ser enfrentada e resolvida para benefício do progresso material em ascensão (PEREIRA, 1999).

Iamamoto (2001, p. 48) diz:

[...] atualmente, responder as demandas da questão social é decifrar as desigualdades sociais em seus recortes de gênero, etnia, religião, meio ambiente, dentre outros. Um dos seus aspectos centrais é a ampliação do desemprego e da precariedade das relações de trabalho.

Podemos observar que nos tempos atuais a questão social continua sendo o resultado da contradição existente na sociedade capitalista entre o capital e trabalho, mas se manifesta de formas variadas, como: na habitação, questão agrária, desemprego, meio Ambiente, gênero, etnia, saúde, educação, ou seja, sempre em torno da relação capital e trabalho por meio das modificações na conjuntura, de Reforma do Estado, segundo os princípios, neoliberais, reduzindo, assim, os gastos no âmbito social, para priorizar o capital financeiro e, desse modo, responder as questões sociais por intermédio de políticas públicas focalizadas, pontuais.

O Serviço Social tem uma longa história de intervenção que busca atender às camadas excluídas e marginalizadas. Seu profundo compromisso com a justiça social, encontra eco e aliados entre aqueles e aquelas que procuram estabelecer cumplicidades visando à construção de conhecimentos para um sociedade sustentável. Pensar a sustentabilidade sem pensar a justiça social, parece, no mínimo, inadequado. São duas orientações políticas e teóricas que tendem a se complementar, e para isso é necessário um profundo esforço que passa pela difusão das tentativas que estão sendo feitas.

A questão social configura-se como objeto de intervenção do Serviço Social. É indiscutível a inserção do profissional de Serviço Social no âmbito das desigualdades sociais,

ou, mais amplamente, da questão social (IAMAMOTO, 2001, p. 12). Assim, verifica-se que a questão ambiental configura-se como um novo campo de trabalho para os assistentes sociais, pois esses profissionais atuam no enfrentamento das diversas manifestações da questão social. E ainda, quando se fala em meio Ambiente, trata-se de aspectos relacionados à preservação da vida, questão que o Serviço Social contempla, sendo uma pratica diretamente ligada ao campo de atuação do assistente social.

Nesse contexto, segundo Herranz Aguayo e Rondón Garcia (2007, p. 67) o Serviço Social tem a função de desenvolver ações com intuito de informar a população sobre esse desafio para a humanidade e intervir para minimizar, na medida do possível, os efeitos da questão ambiental sobre a comunidade. O Serviço Social, junto as questões ambientais, tem um espaço que deve ser ocupado, dada a importância de que se revestem tais questões. Estas oportunizam inúmeras condições de intervenção do Serviço Social em ações de mobilização, organização das populações, quando ameaçadas pela degradação do seu Meio ambiente, ou de educação dessa mesma população para sua preservação, bem como pelas inúmeras possibilidades de estudo interdisciplinares nessa área em que o assistente social pode contribuir com sua fundamentação teórica- metodológica.

A partir desse prisma, Rodrigues (2007, p. 84) diz:

O assistente social constituiu-se num profissional importante nesse processo, pois é apto a desenvolver o papel de educador popular, bem como desenvolver um trabalho de sensibilização juntos a seus usuários, com objetivo de “empoderá-los” quanto às praticas sustentáveis de Meio Ambiente em sua comunidade, para que exerçam uma análise critica que resulte numa pratica que vise ao desenvolvimento humano, pautada no projeto ético- político da profissão.

1.3 Cidadania ambiental, categoria fundante para o Serviço Social

Podemos pensar que a cidadania ambiental visa promover o exercício de boas práticas e a participação pública, individual e coletiva para as questões do ambiente e do desenvolvimento sustentável, através da concepção e do desenvolvimento de estratégias de informação e comunicação, assim como de educação e formação ao longo da vida.

Quando se fala em cidadania ambiental, se foca a questão do papel do cidadão na preservação do meio ambiente, principalmente no seu ambiente local. Homem – como um

elo/ elemento que também deve respeitar os demais elos que compõem o sistema socioambiental, e nesta cadeia humana pode desencadear a ruptura do equilíbrio dinâmico do sistema local que dará início a toda uma desestruturação do arranjo maior ou seja, o espaço regional (informação verbal)².

Quando pensamos em meio ambiente temos que nos remeter a atitudes, compromisso, responsabilidade e tantos temas que fazem parte do nosso cotidiano. Na verdade é fazer uma reflexão sobre nosso papel de cidadão e todas as implicações contidas nessa palavrinha tão falada mas quase nunca praticada: cidadania. É interessante constatar a íntima ligação entre cidadania e meio ambiente, o que permite abrir um horizonte novo para este debate.

A cidadania, assim como o meio ambiente, diariamente está sendo ameaçada e impactada. Direitos e deveres são coletivos e servem para assegurar o pleno equilíbrio socioambiental das espécies que vivem em nosso planeta mas, infelizmente, existem muito mais nas palavras do que nas ações. É muito comum cobrarmos nossos direitos e acharmos que os outros sempre têm deveres que não cumprem, mas qual seria nossa atitude diante dos nossos próprios deveres.

Nossos deveres estariam em nossas atitudes, ser responsável pelo que fazemos e principalmente, pelo que não fazemos. O ser humano é um ser livre mas, por não praticar a plena cidadania, não pode exercer sua própria liberdade. Falta-nos a sintonia com o meio, a consciência de nossas fragilidades e a convicção de nossas capacidades; assim sobra arrogância, prepotência, comodismo, ganância e principalmente, egoísmo.

Para Leonardo Boff (2001, p. 69):

[...] solidariedade, respeito e preservação são as palavras chaves usadas por ele na definição do que seja cidadania ambiental, por este conjunto de valores pela qual temos que lutar, reivindicar o seu fortalecimento e dar uma colaboração para que todos se sintam cidadãos ambientalmente corretos e ambientalmente integrados com o todo maior que é o sistema vida e o sistema Terra.

Há um círculo vicioso que parece nos condenar ao ritmo artificial da vida, inspirado em valores materiais. Esquecemos que somos os únicos responsáveis por nossa própria evolução, temos este privilégio mas estamos negando nossa cidadania. Quanto mais pudermos praticar nossos deveres, mais seremos cidadãos de um meio ambiente saudável e justo. Não se

² Fala da Profª. Dra. Analúcia Giometti durante qualificação do mestrado dia: 14 de setembro de 2010.

trata de negar nossos direitos, mas de ter um comportamento de equilíbrio entre o que queremos para nós e o que praticamos com os outros.

Somos todos cidadãos do mundo, do país, do estado, da cidade, do bairro, da rua, da empresa em que trabalhamos, da escola em que nossos filhos estudam, do posto de saúde que frequentamos, da água que usamos, o esgoto que liberamos, dos ônibus que utilizamos, dos serviços e produtos que compramos, do que fazemos e do que nos omitimos. Ou seja, somos cidadãos do nosso próprio meio ambiente, e tudo isso tem que ser cuidado.

Para isso deve desenvolver e acompanhar a execução das políticas de educação e formação dos cidadãos no domínio do ambiente, promover e acompanhar formas de apoio, bem como promover e garantir a participação do público e o acesso à informação nos processos de decisão em matéria de ambiente.

A dinamização e a implementação de estratégias e ações que possibilitem a disseminação e troca de informação que facilitem ao cidadão o acesso à informação e a participação pública nos processos de decisão em matéria de ambiente e de desenvolvimento sustentável, facilitando as interações que devem ser estabelecidas entre o cidadão e as entidades públicas, assim como de programas e currículos escolares em que a temática da educação para o desenvolvimento sustentável seja tratado de modo transversal nas várias matérias e níveis de aprendizagem, são elementos determinantes para a generalização das atitudes e práticas de cidadania que se pretendem difundir na sociedade, num quadro de prática de princípios de boa governança.

Assim se revela uma das diversas faces da questão social, que vêm à tona em um contexto de disputas, de desigualdades econômicas e sociais, de carência cultural, política e educacional. Cenário este que exige, indiscutivelmente, do Assistente Social uma capacidade investigativa, crítica e propositiva, ainda que em face dos limites institucionais e pessoais. Ao mesmo tempo em que não podemos perder de vista nosso foco de atuação qual seja: o acesso, preservação e conquistas de direitos, enfim a prática da cidadania.

1.4 Educação Ambiental possibilidades de atuação para o Assistente social

Como é de conhecimento público, as últimas décadas testemunharam a emergência da educação ambiental como um novo campo de atividade e de saber que buscava reconstruir a

relação entre a educação, a sociedade e o meio ambiente visando formular respostas teóricas e praticas aos desafios colocados por uma crise socioambiental global.

Como citado anteriormente, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998, p. 40) ao estabelecer o “[...] meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito dos brasileiros, “[...] bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida”, também, atribui “[...] ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. O uso do espaço permitido pelo avanço da democracia, para a construção de uma cidadania, depende dos sujeitos sociais envolvidos. Considerando a participação da população um fator importante, pois os argumentos relacionados ao conhecimento ecológico local devem ser cada vez mais incorporados ao cotidiano das populações, das organizações e das empresas nas articulações com as políticas sociais, nas negociações das necessidades humanas, sejam elas materiais ou simbólicas, mas que se fazem presentes nas exigências de qualidade de vida.

Assim para a aproximação entre cidadania e ecologia parte-se da compreensão de que o meio ambiente é um bem público e, ressalta a importância da interdisciplinaridade com vistas a uma prática social voltada para o entendimento da realidade social em sua complexidade³. Com todas as conquistas podemos afirmar hoje que as relações da sociedade civil organizada entre instituições governamentais responsáveis pela educação ambiental onde caminham juntas para a construção de uma cidadania ambiental sustentável, baseada na participação, justiça social.

O tema educação ambiental ainda está em debate, onde de um lado os seus primeiros enunciados completam mais de duas décadas, entretanto, do outro, ainda encontra-se em busca de definição de seus pressupostos e de suas proposituras a fim de silcar o seu leito na historia das práticas sociais e das idéias pedagógicas.

O Brasil tem desempenhado um papel protagonista nesse debate, construindo uma rica discussão sobre as especificidades da Educação na construção da sustentabilidade. Tem sido um país inclusive com fertilidade de idéias, por ter atribuído ou incorporado novos nomes para designar especificidades identitárias desse fazer educativo (LAYRARGUES, 2004, p. 9).

³ Complexidade indica que tudo se liga a tudo e, reciprocamente, numa rede relacional e interdependente. Nada está isolado no Cosmos, mas sempre em relação a algo. Ao mesmo tempo em que o individuo é autônomo, é dependente, numa circularidade que o singulariza e distingue simultaneamente. Como o termo latino indica: “Complexus – o que é tecido junto” (MORIN, 2001, p. 89).

Paulo Freire (1998), uma das referências fundadoras do pensamento crítico na educação brasileira insiste, em toda sua obra, na defesa da educação como formação de sujeitos sociais emancipados, isto é, autores de sua própria história.

Há uma possibilidade de exploração das fronteiras internas do campo da educação ambiental, contudo, de tempos em tempos vemos retornar os argumentos contrários à denominação de educação ambiental enquanto um tipo de educação. Trata-se do velho argumento de que "[...] toda educação é ambiental, assim, toda educação ambiental é simplesmente, educação." (CARVALHO, 2004, p. 19). Torna-se necessário situar o ambiente conceitual e político onde a educação ambiental pode buscar sua fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade.

Queremos ressaltar aqui que a educação ambiental abrange muito mais do que um repasse de informações sobre o meio ambiente. Ela é uma forma inovadora de aprender a respeitar, conhecer a natureza e analisar a influência do ser humano neste processo de degradação. Percebe-se que o assistente social, por meio da intervenção e mediação, pode trabalhar nessa área relativamente nova para a profissão.

Uma forma de exemplificar esta situação é falando sobre o meio ambiente, que, está ao redor do homem e, que cada vez mais está sendo destruído. O homem poderia minimizar esta destruição ou interagir mais com o meio natural, valorizando a natureza e os outros seres humanos.

Esta valorização pode ser trabalhada junto com o assistente social, que inicia um processo de resgatar a história, o estudo, a valorização e participação do homem no meio ambiente. O assistente social é um profissional que pode contribuir para o processo de educação ambiental, para que cada um compreenda a importância de preservar o meio natural.

Pensando nisso, são diversas as maneiras de conceber e praticar ação educativa. Entre as várias correntes que o autor Lucie Sauvé (2005a) nos apresenta, iremos identificar aquelas que mais convêm ao nosso contexto de intervenção, que possa inspirar a nossa prática.

A educação ambiental (EA) incorpora-se como uma prática inovadora em diferentes âmbitos. Neste sentido, destaca-se tanto sua internalização como objeto de políticas públicas de educação e de meio ambiente em âmbito nacional, quanto sua incorporação num âmbito mais capilarizado, como mediação educativa, por um amplo conjunto de práticas de desenvolvimento social.

Descrevemos algumas concepções tipológicas sobre o ambiente na educação ambiental. O estudo fenomenológico do discurso e da prática em EA (SAUVÉ, 1992) identifica seis concepções paradigmáticas sobre o ambiente.

Ambiente como a natureza: para ser apreciado, respeitado e preservado

Esse é o ambiente original e puro, do qual os seres humanos estão dissociados e no qual devem aprender a se relacionar para enriquecer a qualidade de ser.

Sauvé diz que é preciso reconstruir nosso sentimento de pertencer a natureza, a esse fluxo de vida de que participamos. Estreitar vínculos de identidade, cultura, valorizar a diversidade “biocultural”.

Ambiente como um recurso: para ser gerenciado, para ser repartido

Essa é a herança biofísica coletiva, que sustenta a qualidade de vida. Esse limitado recurso é deteriorado e degradado. Ele pode ser gerenciado de acordo com os nossos princípios de desenvolvimento sustentável. Segundo Sauvé (1992, p.23), não se trata de “gestão do meio ambiente”, antes, porém, da “gestão de nossas próprias condutas” individuais e coletivas com respeito aos recursos vitais extraídos deste meio. Entre as estratégias de ensino aprendido adotadas nessa visão, estão aquelas interpretações relacionadas com os patrimônios históricos, parques e museus (para se certificar de que o público admira e agradece os recursos) e as campanhas para a utilização dos recursos (como a reciclagem, por exemplo).

Ambiente como um problema: para prevenir, para ser resolvido

Esse é o ambiente biofísico, o sistema de suporte da vida que está sendo ameaçado pela poluição e pela degradação. Deve ser preservado. Aqui podemos pensar no desenvolvimento de habilidades de investigação. Sauvé (1992, p. 27) diz, temos que tomar consciência de que os problemas ambientais estão essencialmente associados as questões

socioambientais, ligadas a jogos de interesse e de poder, e a escolha de valores. O aprendizado essencial inclui como identificar, analisar e diagnosticar um problema, realizar pesquisa e avaliar diferentes soluções, conceituar e executar um plano de ação e avaliar os processos e assegurar a constante retroalimentação, etc. Aqui, é adotado um enfoque pragmático.

Ambiente como um lugar para se viver: para conhecer e aprender sobre, planeja e cuidar

Esse é o ambiente do cotidiano, na escola, nas casas, na vizinhança, no trabalho e no lazer. Esse ambiente é caracterizado pelos seres humanos, nos seus aspectos sócio-culturais, tecnológicos e componentes históricos. Esse é o ambiente que deve ser apreciado e a que se deve pertencer, é espaço de vivência. Nessa perspectiva, (VERNOT, 1989) associa a EA com o desenvolvimento de uma teoria cotidiana. O processo pedagógico auxilia a transformar cada um e assim, cada um poderá transformar sua realidade. Existe a proposta de uma educação para a reabilitação, que favoreça o desenvolvimento da arte de conviver harmonicamente com o lugar, passado, presente e futuro, entre o local e o global, entre as esferas política, econômica e ambiental, entre os modo de vida, a saúde e o meio ambiente diz Sauvé (1992, p. 31).

Ambiente como a biosfera: para se viver junto, no futuro

Essa    a espaçonave de Fuller, ou o "mundo finito" (JACQUARD, 1991); a "Terra pátria" (MORIN; KERN, 1993) e do organismo auto-regulador chamado GAIA, em reequilíbrio constante (LOVELOCK, 1986). Esse    o objeto da consciência planetária. Esse    o mundo de interdependência entre os seres vivos e inanimados, que clama pela solidariedade humana. A concep  o do ambiente como a biosfera    favorecida pelo movimento globalizador da educa  o (PIKE; SELBY, 1990), ou pelo movimento da educa  o-Terra (educa  o numa perspectiva planetária) Esses movimentos educacionais objetivam a compreensão das múltiplas dimensões do mundo, estimulando a efetiva participa  o para lidar com as questões importantes.

Entre as estratégias de ensino-aprendizagem, encontramos estudos de caso aplicados em problemas globais, ou uma auditoria para regular o consumo em diferentes partes do mundo.

Ambiente como projeto comunitário: onde somos envolvidos, somos ativos

Esse é o ambiente da coletividade humana, o lugar dividido, o lugar político, o centro da análise crítica. Ele clama pela solidariedade, pela democracia e pelo envolvimento individual e coletivo para a participação e a evolução da comunidade, para a mudança desejada. Neste ponto Sauvé (1992, p. 35), diz que a educa  o ambiental, introduz a idéia de práxis, a a  o esta associada a um processo constante de reflexão crítica.

   apresentada a proposta de um processo da pesquisa para a resolu  o dos problemas comunitários, considerando as discussões, escuta, argumentos, diálogos entre os saberes de diversos tipos, científicos, de experiência e tradicionais.

Embora cada uma dessas seis concep  es arquetípicas seja o centro particular da representa  o social do ambiente,    possível observar que, para cada representa  o particular, o foco pode ser enriquecido por outra concep  o, ou pela combina  o dos elementos característicos de dois ou mais arquétipos. Essas seis concep  es são eminentemente complementares e podem ser combinadas em diversos caminhos.

1.4.1 As Tendências da Educa  o Ambiental

As tendências e ideologias da educa  o ambiental são muitas, mas podem-se destacar algumas que se sobressaem ao expressar as práticas observadas no Brasil (AMARAL, 2003).

Adestramento ambiental

Adv  m do teor instrumental e pouco crítico da prática educativa. Nessa perspectiva político-filosófica, tenta-se desenvolver posturas e atitudes corretas nos educando, sem se preocupar com os pressupostos sociais, políticos e econômicos. Existe uma visão

antropocêntrica e utilitarista em que a ciência e a tecnologia estão a serviço da resolução dos problemas. É similar com a tendência denominada conservadora (LIMA, 2004).

Desenvolvimento Sustentável

Preconiza o equilíbrio e o desenvolvimento econômico, sem que profundas transformações ocorram, o que se assemelha ao conservadorismo dinâmico (LIMA, 2004, p.125). Nela, segundo o autor a sociedade e a cultura se pasteurizam e são subordinadas irremediavelmente à economia e aos interesses ambientais. Prevalece também a visão antropocêntrica e a certeza de que a ciência e a técnica trarão as soluções para os problemas ambientais.

Ecologismo radical

O ecologismo radical trata de uma transformação completa na relação entre o ser humano e o restante da natureza. Nessa tendência, em contraposição às anteriores, diz que a ciência, a técnica, o capitalismo e suas formas de exploração são os responsáveis pela crise ambiental. A proposta para solução dessa crise seria uma ética preservacionista e um retrocesso total aos padrões atuais de civilização (AMARAL, 2003).

Crítica

Essa tendência da educação ambiental fala do pensamento crítico e é similar ao modelo chamado emancipatório (LIMA, 2004, p. 128).

Educação ambiental conservadora

A educação ambiental conservadora, presente em muitas concepções metodológicas, caracteriza-se por uma visão fragmentada e reducionista, por uma leitura individualista e

comportamentalista. O debate ambiental é despolitizado e a noção de cidadania e participação social é banalizada. Lima (2004, p. 127), trabalha o meio ambiente como um recurso a ser gerenciado e um problema a ser resolvido, onde o ambiente biofísico deve ser preservado, a partir da apreensão de conceitos ambientais, como preservação, reciclagem 3Rs, resíduos sólidos, entre outros, que são importantes, mas que acabam por ter caráter reducionista e fracionário.

Em muitas escolas pratica-se muito o “dia da água” ou o “dia da árvore”, incorporando a educação ambiental ao seu cotidiano. Em outras, trabalha-se alguns projetos pontuais como a coleta e separação de recicláveis. Mas ao se analisar essa prática, sob a luz dos diversos conceitos de educação ambiental, percebe-se claramente a educação ambiental adestradora, conservadora e despolitizada. A ação humana é percebida como um problema individual, notadamente nas ações em relação ao lixo, onde cada indivíduo é responsabilizado pelo problema, pela degradação ambiental. É claro que cada ser humano contribui para essa degradação, mas a questão social, coletiva e os interesses do capitalismo e do consumismo não são questionados. Acontece então a ilusão de que se pode continuar consumindo da mesma forma; basta colocar o lixo no lugar correto.

Outra realidade a ser analisada é que a população, enquanto apenas depositária de conceitos, mas sem a efetiva participação, criticidade e apropriação destes em relação a sua realidade e cultura, tende a não se envolver de fato e esquecer ou ignorar os conhecimentos apreendidos.

Educação ambiental emancipatória

Na vertente da educação ambiental emancipatória, existe a visão que engloba a complexidade e a multidimensionalidade da questão ambiental, por meio de uma atitude crítica que considera a democracia e a participação cidadã pré-requisitos da sustentabilidade (LIMA, 2005).

Outro aspecto importante a ser salientado é que um dos esteios do conceito de desenvolvimento sustentável é a sua base ecológica, a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais de cada região (DIEGUES, 1997).

Nos discursos oficiais das esferas públicas, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável fazem parte da maioria dos programas e da retórica dos governos e instituições. Para alguns estudiosos, um dos entraves à implantação do conceito de desenvolvimento sustentável é a distância dos tomadores de decisão em relação à realidade (VIANA; DIEGUES, 2007). Segundo ele são raros os técnicos e autoridades que reconhecem a realidade das comunidades tradicionais, ouvindo e escutando a perspectiva delas em relação às ações de desenvolvimento sustentável. O autor critica inclusive o uso do termo desenvolvimento, pois envolver seria a antítese de des-envolver. Des-envolver para as populações tradicionais, significaria perder o envolvimento econômico, cultural, social e ecológico com os ecossistemas e seus recursos naturais. Junto com o envolvimento, perde-se a dignidade a perspectiva de construção de cidadania. O processo de degradação ambiental se acelera com a expulsão, às vezes violenta, das populações tradicionais de suas terras. Questiona ainda que essas consequências do desenvolvimento sustentável não são coerentes com a busca da sustentabilidade em nosso planeta.

Seria talvez mais coerente pensar em um novo conceito, como o do envolvimento sustentável, entendido como um conjunto de políticas e ações direcionadas para fortalecer o envolvimento das sociedades e ecossistemas locais, fortalecendo e expandindo os seus laços sociais, econômicos, e ecológicos. Esse novo conceito teria como objetivo buscar a sustentabilidade em todas as dimensões, com ações de transformações de realidade, que fortaleceriam o envolvimento das relações das sociedades com os ecossistemas locais.

1.5 Educação ambiental crítica, forma de atuação transformadora

Nesta nossa reflexão, Loureiro (2000, p. 96) diz:

A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no meio ambiente. Educação ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza.

Consciência aqui entendida no sentido proposto por Paulo Freire (1983), que implica o movimento dialético entre desvelamento crítico da realidade e a ação social transformadora,

segundo o princípio de que os seres humanos se educam reciprocamente e mediados pelo mundo.

Vamos nos aprofundar na contribuição pedagógica que se intitula: Educação ambiental crítica, a qual seria de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico. Ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental. Este parece ser um dos caminhos de transformação que desponta da convergência entre mudança social e ambiental. A ressignificar o cuidado para com a natureza para com o outro humano como valores éticopolíticos, a educação ambiental crítica afirma uma ética ambiental, balizadora das decisões sociais e reorientadora dos estilos de vida coletivos e individuais (CARVALHO, 2004, p. 37).

Guimarães (2004a, p. 25), sente a necessidade de re-significar a educação ambiental como “crítica”, por compreender ser necessário diferenciar uma ação educativa que seja capaz de contribuir com a transformação de uma realidade que historicamente, se coloca em uma grave crise socioambiental. Isso porque acredita que vem se consolidando perante a sociedade uma perspectiva de educação ambiental que reflete uma compreensão e uma postura educacional e de mundo, subsidiada por um referencial paradigmático e compromissos ideológicos, que se manifestam hegemonicamente na constituição da sociedade atual.

O autor ainda relata que utiliza a expressão socioambiental, apesar de não estar de acordo com a norma culta da língua, mas por acreditar que essa possa apontar para a superação da tendência fragmentaria, dualista e dicotômica, fortemente presente em nossa sociedade, buscando assim, preencher de sentido essa expressão com a idéia de que as questões sociais e ambientais da atualidade encontram-se imbricadas em sua gênese e que as consequências manifestam essa interposição em sua concretude.

Educação ambiental crítica numa compreensão complexa do real, se instrumentaliza dos atores sociais para intervir nessa realidade. Na qual não é um processo individual, mas que o indivíduo vivencia na relação com o coletivo em um exercício de cidadania, na participação em movimentos coletivos conjuntos, de transformação da realidade socioambiental (GUIMARÃES, 2004b, p. 29).

Guimarães (2004b, p. 30-31) diz ainda:

A Educação ambiental critica objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos.

Com todas estas contribuições teóricas, percebe-se que a tentativa de se discutir a existência de outras habilidades e competências para os assistentes sociais onde está profundamente relacionada com a perspectiva de educadores ambientais. A experiência acumulada pelos assistentes sociais com as camadas excluídas e marginalizadas é de fundamental importância para o desenvolvimento da perspectiva da educação ambiental como educação política, de intervenção, participação e voltada para a construção de uma sociedade justa e sustentável (REIGOTA, 2007, p. 8).

A aproximação dos assistentes sociais com o campo da educação ambiental não só é bem-vinda, como também é necessária e pertinente, este profissional conhece a realidade onde atua, desta maneira tem muito a contribuir com a mudança da realidade social vivenciada pela população. Entre os educadores ambientais, os assistentes sociais poderão ter contato e dialogar com um conhecimento socioambiental específico, diferentes tipos de intervenção e um acúmulo de argumentos e experiências pedagógicas consideráveis.

A educação no processo de gestão ambiental exige profissionais especialmente habilitados, que dominem conhecimentos e metodologias específicas para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem com jovens e adultos em contextos sociais diferenciados. Exige, também, compromissos com aqueles segmentos da sociedade brasileira, que na disputa pelo controle dos bens naturais do país, historicamente são sempre excluídos dos processos decisórios e ficam com o maior ônus. Cabe esclarecer que, ao se falar em Educação no processo de gestão ambiental, não esta se falando de uma nova educação ambiental. Esta se falando sim, em outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental com elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem, construído com os sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre decisões, que via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações (QUINTAS, 2004).

Esta proposta refere-se diretamente a necessidade dos cientistas e assistentes sociais de trabalhar em equipes multi e interdisciplinares. Não se pode deixar de refletir sobre o papel dos assistentes sociais nestas equipes profissionais. Este é um dos momentos chave para integrar o “social” e o “ecológico”. É uma oportunidade e uma ocasião magnífica para mostrar para outros profissionais a importância de levarem em consideração a dimensão social em suas análises (IRIGALBA, 2007).

Neste cenário aponta-se a necessidade da atuação do profissional em Serviço Social. Ressaltando-se a importância da interdisciplinaridade visando uma prática social voltada para o entendimento da realidade social em sua complexidade, visto que a formação em Serviço Social, na atual estruturação curricular, não proporciona o debate acerca da categoria meio ambiente, mas infere-se que a questão social é a categoria histórica de análise e objeto de intervenção de tal profissão (FROTA et al, 2008, p. 47).

Porém, o ambiente é um dos elementos que constitui a questão social, devido às relações de exploração e de degradação tanto do meio natural, quanto do meio construído que o configuram na atualidade. Assim, o objeto de intervenção e análise do assistente social, configura-se como uma questão sócio-ambiental, exigindo, do profissional, qualificação nessa área garantindo o acesso de seus usuários às melhores condições de vida, exigindo ética nas relações sociais e com o meio ambiente (informação verbal)⁴.

Devido a degradação do meio físico não tem mais como analisá-lo apenas sob a ótica social (do indivíduo agente) da comunidade, pois estes estão inseridos num contexto maior - o ambiental, que nos dias atuais apresenta-se em desequilíbrio dinâmico – devido as profundas alterações no espaço ocupado pelo homem.

Assim como em outras situações, quando lidamos com questão ambiental implica, necessariamente, em se superar a visão fragmentada, da realidade. Isto é valido no campo da produção do conhecimento, na sua aplicação na gestão ambiental e conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem para compreendê-la e praticá-la. Em termos de abordagem dos conteúdos, deve-se, portanto, ultrapassar as fronteiras disciplinares das várias áreas de conhecimento necessárias à compreensão de qualquer problema. Como se trata de gestão ambiental, esta abordagem, além de considerar a estrutura e a constituição interna das diferentes áreas de conhecimento, inclusive as do chamado saber popular, deve articular estas áreas, buscando a construção de um entendimento de determinada realidade a partir da inter-

⁴ Fala da Profª. Dra. Analúcia Giometti durante qualificação do mestrado dia: 14 de setembro de 2010.

relação de aspectos sociais, econômicos, políticos, legais, éticos, culturais e ecológicos (MARTINIC, 1994).

Atualmente, outros profissionais (alheios ao âmbito das ciências sociais) costumam fazer referência a essa dimensão social; contudo, somente os profissionais desse campo, que devemos dotar de rigor a análise e a intervenção social, aplicando-o em nossa experiência cotidiana, na colaboração mutuamente enriquecedora, com outros profissionais (IRIGALBA, 2007).

O modo como um determinado tema é abordado em projeto de educação ambiental, define tanto a concepção pedagógica quanto o entendimento sobre a questão ambiental assumidos na proposta, assim devemos salientar que pela sua formação o profissional em Serviço Social tem muitas contribuições a oferecer e vários papéis a exercer.

Podemos refletir a figura, o papel do cientista e do assistente social como mediador entre o “ecológico” e o “social”, entre o ser humano e seu meio, entre o cidadão e a sociedade. Facilitadores sociais de uma nova cultura: a participação social (IRIGALBA, 2007, p.17).

Assim não apenas temos de estudar a natureza, características, tendências e implicações dessas relações (no caso dos cientistas sociais), mas temos de intervir nelas, uma vez mais através de relações, o que nos remete de novo ao papel de mediação social dos assistentes sociais.

Quando dizemos “estudar”, referimo-nos a análise da complexidade social, não apenas a descrição, mas ao enfoque dessa descrição em função de alguns parâmetros, que permitam avaliar, quantificar (mediante a criação de indicadores, por exemplo) a realizar um acompanhamento e avaliação da própria realidade social (IRIGALBA, 2007, p. 21-22).

A função dos profissionais de intervenção social supõe facilitar os processos mediante os quais a sociedade encontre a alternativa de solução, que resolva assumir para alcançar esses objetivos, por meio da integração do “ecológico” e do “social”. Observamos assim que o caminho de intermediação entre esses dois âmbitos é constituído pela educação ambiental e pela participação social (IRIGALBA, 2007, p. 24).

Diz Irigalba (2007, p. 25) [...] “a participação social é uma cultura emergente e, como tal cultura, é aprendida mediante um processo, nesse caso necessariamente social, por sua própria essência.”

A participação social é aprendida na interação social. Isso cria uma cultura de participação social (valores democráticos) e constitui um modo de relacionar o ser humano com seu entorno, que não é um modo entre outros, mas o caminho de busca da alternativa que possibilite o desenvolvimento social. Se a participação social é aprendida, deve haver profissionais formados que facilitem esse processo de aprendizagem social e de integração entre o ser humano em sua dimensão social e as relações com seu meio, em suma, a integração do “ecológico” e do “social” (IRIGALBA, 2007, p. 25).

Alguns dos profissionais que possuem melhores condições nesse campo são os assistentes sociais, que precisam analisar seu próprio papel e buscar a formação necessária em matéria ambiental ou em metodologia de participação social, para poder intervir com o máximo rigor e profissionalismo. Indica-se assim uma nova visão da organização do curso formador de serviço social.

CAPÍTULO 2 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

2.1 O histórico Compromisso Social das Caixas Econômicas

As Caixas Econômicas contemporâneas se constituem em organizações financeiras presentes no mundo todo, constituídas de fundos públicos ou privados, que tem como finalidade fomentar a poupança popular e reaplicá-la em atividades econômicas e sociais de interesse das comunidades nas quais estão instaladas. Embora muitas vezes também desempenhem atividades de bancos comerciais, diferem-se destes principalmente porque não tem finalidade de obtenção de lucro para distribuição entre seus controladores (SILVA, 1980). Resultam da junção de dois tipos de antigas organizações: Os Montes da Piedade ou Montes do Socorro, que emprestavam dinheiro a juros baixos mediante a apresentação de um objeto como garantia, e as Caixas Econômicas, que captavam depósitos e os remunerava, como as atuais poupanças.

O primeiro projeto da caixa econômica nos remonta a 1.611, na França, quando Frenchman Hugues Delestre publicou o ensaio chamado: “Plano de uma Caixa em que Qualquer Servidor e Toda Pessoa Salariada Poderá Depositar Seu Dinheiro, para que lhe Seja Devolvido Quando dele Necessite”. O empreendimento não chegou a se estabelecer, porém tal idéia foi levada à prática mais tarde por Joseph Smith, padre de uma pequena paróquia da Grã-Bretanha. Os paroquianos lhe confiavam pequenas somas que eram reembolsadas durante o inverno com pequeno acréscimo. Como instituição, forma a primeira caixa econômica foi fundada em 1.778, em Hamburgo, na Alemanha. (SILVA, 1980, p. 18; BUENO, 2002, p. 182).

A História dos Montes de Socorro ou Montes de Piedade começou a se delinear na Idade Média. Durante séculos, o homem medieval viveu sob o regime de servidão ou de vassalagem do sistema feudal, inteiramente submisso ao senhor do castelo que lhe dava proteção. A usura era prática comum no século XIII, consistindo na cobrança excessiva de juros pelo empréstimo de dinheiro. Os empréstimos eram feitos por judeus, que chegavam a cobrar até 100% de juros (ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA, 1958, p. 469-471), e também pelos caorcinos e lombardos. Proprietários de inúmeras casas de empréstimos cobravam juros extorsivos sob a proteção dos príncipes e dos papas, de quem eram considerados agentes e para os quais pagavam tributos anuais (SILVA, P., 1980, p. 8). Os

caorcinos foram excomungados pelo Bispo Roger de Londres, em 1.231, mas por esta atitude ter desagradado à cúpula da Igreja, o Bispo foi julgado e condenado em Roma por seus ataques aos Mercadores do Papa.

Muitos monges franciscanos criticavam a usura e foram eles os fundadores dos montes de Socorro. Os registros históricos indicam que o primeiro monte de Socorro surgiu na Espanha, 1.431, mas a maioria das referências apontam o da cidade italiana de Perugia, de 1.462. Consta que o frei Barnabé de Terni [...] “fulminou terríveis reprovações contra os agiotas e propôs aos cristãos ricos que formassem um fundo comum destinado a emprestar gratuitamente aos pobres da cidade”. (ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA, 1958, p. 469-471). O monte do Socorro que foi formado não cobrava juros, apenas os gastos com o serviço. Entre outros motivos, a cobrança inflamou a dúvida quanto à legitimidade da nova instituição, produzindo discussões nas quais se defendia que os serviços fossem inteiramente gratuitos. A questão foi levada ao Concílio de Letrán, declarando-se em 1.515, pelo papa Leão X, que os montes de Socorro não praticavam a usura.

Os Montes de Socorro eram, portanto, fundos financeiros formados a partir de coletas coordenadas pela Igreja com o objetivo de conceder empréstimos às pessoas que precisavam de pequenas quantias. A palavra socorre vem da expressão latina “*suc-curriere*”, que quer dizer “correr em auxílio”.

Como os Montes de Socorro eram incapazes de atender a demanda de crédito da população, não demorou a ocorrer a insuficiência de recursos. O monte de socorro de Perugia entrou em crise em 1.481 por desordem na contabilidade. Em outros montes de Socorro, abertos posteriormente, foram encontradas fraudes de funcionários e roubos dos valores.

Como era necessário que houvesse fundos monetários disponíveis para que os empréstimos pudessem ser feitos, surgiu a idéia de combinar a concessão de crédito à geração de recursos a partir de depósitos vindos de pequenas reservas dos indivíduos.

O modelo híbrido de Caixas Econômicas e montes de Socorro trazia em si a idéia de gerar fundos para empréstimos baratos a partir dos recursos da própria comunidade. Assim, os recursos depositados por alguns em troca de remuneração eram emprestados a outros, que pagavam juros. Assim nasceu a poupança popular aliada ao crédito popular.

Atualmente, o *World Savings Banks Institute*, organização internacional não-governamental com sede em Bruxelas, na Bélgica, possui aproximadamente mais de 100 caixas Econômicas associadas, sediadas em 87 países. A organização sucede o Instituto

Internacional das Caixas Econômicas, fundada no ano de 1.924, em Milão, na Itália, e extinto no ano de 1.994 (SAVINGS BANKS INTITUTE, online).

Independente do país e da natureza jurídica das caixas econômicas, elas mantêm como características comuns o recebimento de pequenas quantias de depósitos, empréstimos garantidos por penhor ou hipoteca, financiamento aos estados e municípios para serviços públicos, financiamento e pequenos e médios comerciantes e assistência financeira aos agricultores e artesão (SILVA, P., 1980, p. 17-18). Permanecem nelas as premissas de crédito barato e de poupança popular de sua origem. Atualmente, a universalização dos serviços bancários levou as Caixas Econômicas a grandes adaptações no mundo todo, seja pela transformação em banco múltiplo (nos quais o banco comercial convive com o chamado banco social), seja por fusões ou incorporações. (SILVA, P., 1980, p. 17-18).

O modelo de Caixas Econômicas veio para a América em 1.816, quando a primeira delas instalou-se nos Estados Unidos. Chegou ao Brasil quinze anos depois.

2.2 A Caixa Econômica Federal no Brasil

No Brasil, a primeira caixa econômica foi fundada por José Florindo de Figueiredo Rocha em 31 de julho de 1.831, seguida de outras caixas particulares na Bahia, Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais. Esta última durou até o final do século XIX e a de José Florindo sobreviveu por 28 anos antes de ir à falência, lesando inúmeros depositantes (BUENO, 2002, p. 183). Entretanto, como tais organizações visavam lucro e não estavam atreladas ao desenvolvimento social, não podiam ser consideradas Caixas Econômicas seguindo o conceito europeu.

Com o Decreto nº 2723, de 12 de janeiro de 1.861, foi criada a Caixa Econômica da Corte e Monte de Socorro, posteriormente denominada Caixa Econômica Federal. Naquela época o Brasil era um império governado por Dom Pedro II, com estimados nove milhões de habitantes e economia baseada na exportação de produtos agrícolas, especialmente o café. Tal decreto atendia aos parágrafos 14 a 22 do artigo 2º da Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1.860, conhecida como Lei dos Entraves, que foi um marco na história econômica do Brasil, que previam a criação das Caixas Econômicas do Império. Seguindo o exemplo das leis dos países europeus, a lei brasileira exigia que as Caixas Econômicas tivessem natureza jurídica

beneficente. Ela também determinava que o capital financeiro utilizado em sua implantação viesse das loterias.

A Caixa Econômica da Corte e Monte do Socorro iniciou suas operações com seis funcionários, a 4 de novembro de 1.861, na sala emprestada na rua Direita, no Rio de Janeiro. Como as demais Caixas Econômicas e Montes de Socorro existentes no mundo, tinha o propósito de recolher depósitos populares com o pagamento de juros (poupança) e de conceder empréstimos com a garantia de objetos (penhor). Era sua função naquele período combater as chamadas Casas de Prego, que atuavam no mercado de penhor sem oferecer garantias sérias aos depositantes, além de muitas vezes cobrarem juros altos (BUENO, 2002, p. 183). Enquanto os agiotas cobravam até 4% ao mês pelos empréstimos, os juros do penhor oficial eram de 9% ao ano.

O Monte de Socorro tinha grande alcance social, pois oferecia socorro financeiro para as camadas mais pobres da sociedade. Para receber empréstimos, o solicitante deveria ser domiciliado na cidade e apresentar abonador. Eram vedados empréstimos a menores, escravos e pessoas que não tivessem a livre administração de seus bens. Em seu artigo 1º, o Decreto 2.723 explicita: “[...] o Monte de Socorro da Corte tem por fim emprestar por módico juro, e sob penhor, as somas necessárias para socorrer as urgentes necessidades das classes menos favorecidas da fortuna.” (BUENO, 2002, p. 199). Os empréstimos sob penhor eram definidos como “[...] uma modalidade de assistência social discreta”, enquanto a Lei 1.083 citava que o Monte de Socorro era um “estabelecimento de benemerência” (BUENO, 2002, p. 200).

Embora o hábito de poupar ainda não estivesse enraizado na sociedade brasileira de então, foi grande o número de pessoas que abriram suas contas na Caixa Econômica nos primeiros dias de seu funcionamento. O perfil modesto dos primeiros clientes da instituição exemplifica-se pela conta de número 59, aberta por Maria Luiza, escrava de Joaquim José Madeira. Três anos depois Maria Luiza sacou seu dinheiro para comprar sua carta de alforria. Trata-se de caso pontual porque somente em 1.871 foi permitido aos escravos formar pecúlio – por meio de doações, legados, heranças e renda proveniente de algum tipo de trabalho, como a venda de produtos – que pudesse ser usado posteriormente para a compra de carta de alforria. De acordo com o Decreto nº 5.153 de 13 de novembro de 1.872, que regulamentou a lei 2.040, a Caixa Econômica poderia aceitar os depósitos feitos pelos escravos. Nestes casos, era emitida a caderneta de controle onde também constava o nome do senhor do escravo, visto que era necessária a autorização deste para que a conta fosse aberta (INTRABARTOLLO, 2007, p. 67).

A partir de 1.874, com o Decreto 5.594, foi autorizada a criação de Caixas Econômicas e montes de Socorro nas capitais das províncias. Foram criadas Caixas Econômicas em São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará e Rio Grande do Sul (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2005), que trabalhavam de forma independente, cada qual com seu próprio presidente. Foi também em 1.874 que a cultura do café, principal produto de exportação do Brasil, chegou às terras roxas do oeste do estado de São Paulo, na região de Ribeirão Preto. A cafeicultura alavancou o crescimento de São Paulo em direção à metrópole que este se tornaria no início do século XX. Após 1.888, com a libertação dos escravos, a cafeicultura foi responsável pela vinda dos trabalhadores assalariados, imigrantes trazidos da Europa (BUENO, 2002, p. 82) para substituir a mão-de-obra dos negros.

A Primeira etapa da história das Caixas Econômicas e Montes de Socorro termina em 1.889, com o fim do Império. As Caixas Econômicas imperiais fracassaram neste período como instrumentos de superação da pobreza porque não havia política para o desenvolvimento da poupança e do crédito popular, o que se agravava pelo repasse dos depósitos recebidos ao Tesouro Nacional. Tal situação levou a discussão a respeito da necessidade de reforma em tais instituições, visto que sua lei de criação limitava-se a dizer que a instituição “[...] destinava-se a receber pequenas economias das classes mais abastadas” (COSTA NETO, 2004 p. 13), não explicitando finalidade social.

O debate sobre a necessidade de mudança das Caixas Econômicas brasileiras marcou o segundo período da história da instituição, que coincide com o período da República Velha. Além dos debates, a proclamação da República não trouxe grandes alterações para as Caixas Econômicas e montes de Socorro até 15 de dezembro de 1.915, quando o presidente Venceslau Brás assinou o Decreto nº 11.820, estabelecendo novo regulamento (BUENO, 2002, p. 93), onde era reforçado que tais instituições permaneceriam sob a garantia do Governo Federal e possibilitava a abertura de novas agências.

No terceiro período da história das Caixas Econômicas, que vai da Revolução de 1.930 até o golpe militar, foi feita a primeira reforma, que liberou as Caixas Econômicas para a concessão de outros tipos de empréstimos além do penhor, depois de 70 anos de sua criação. Em 1.831, as Caixas Econômicas começaram a operar com carteira hipotecária para a aquisição de bens imóveis. A primeira hipoteca foi a concessão de empréstimo à real Sociedade Clube Ginásio Português, na cidade do Rio de Janeiro, para a compra de um terreno. Com a edição do decreto 24.427, em 14 de junho de 1.934, a instituição foi liberada

para a realização de qualquer operação financeira, exceto empréstimos hipotecários com garantia de imóveis agrícolas, configurando seu perfil urbano e dando forma ao financiamento da habitação. O mesmo Decreto outorgou à instituição a exploração da Loteria federal, extinguiu as casas de prego operadas por particulares e garantiu às Caixas Econômicas o monopólio sobre as operações de penhores. Além disso, as Caixas Econômicas passaram a aceitar qualquer objeto como penhor, e não apenas jóias e pedras preciosas como ocorria até então. Bonecas, trenzinhos elétricos, bules, açucareiros, tigelas, relógios, máquinas de costura, ventiladores, chuveiros, instrumentos musicais e até roupas foram para os cofres das Caixas Econômicas Federais. No leilão do acervo realizado em 1.992, foram arrematadas por colecionadores três cuecas samba-canção de puro linho, empenhadas em 1.942, e oito ternos, também de linho, que estavam penhorados havia 30 anos (BUENO, 2002, p. 201). As peças penhoradas testemunham as aflições econômicas pelas quais passou a população naquele período. Em 1.991 novamente voltaram a ser aceitas somente jóias e pedras preciosas.

Indícios de que as Caixas Econômicas cumpriam a função social de socorrer os necessitados de empréstimos e ser a guardadora das economias das classes mais pobres estão em textos do início do século XX. O escritor brasileiro Lima Barreto, no livro *Clara dos Anjos*, descreve cena na instituição.

Estava quase na hora. A Caixa Econômica não tardaria em abrir-se. Lá chegando, teve que aguardar a abertura da porta. Já havia gente à espera. Olhou-se de relance. Fisionomias diferentes de trato e de cor: velhas de mantilha, moças de peito deprimido, barbudos portugueses de duros trabalhos, rostos de caixeiros, de condutores de bonde, de garçons de hotel e de botequim, mãos queimadas de cozinheiros de todas as cores, dedos engelhados de humildes lavadeiras – todo um mundo de gente pobre ia ali depositar as economias que tanto lhe devia ter custado a realizar, ou retirá-las, para acorrer a qualquer drama das suas necessitadas vidas. (BARRETO, 1961, p. 170-171).

Do mesmo modo, texto publicado no jornal *Diário Carioca*, em 5 de fevereiro de 1.930, retrata a situação vivida na época.

O povo está na miséria: de um lado a falta de trabalho, do outro, o preço excessivo dos gêneros de consumo; ainda de outro, as dificuldades de moradia. E o governo continua esbanjando, e para esbanjar ele só conhece um recurso: aumentar ano a ano os impostos. [...] Entretanto, as casas de penhores estão abarrotadas de tudo – até chapéus e sapatos usados. Empenha-se tudo. E o que ninguém poderá negar, o que ninguém contestará é a documentação positiva que apanhamos ontem pela manhã, na porta da Caixa Econômica. Aí se vê uma massa compacta que vai entrar no casarão onde se amontoa a economia popular. A concorrência a este estabelecimento de depósito é fantástica e aumenta dia a dia, constituindo uma verdadeira

romaria. Mas que irá tanta gente ali fazer? Essa pobre gente ali vai premida pelas necessidades, arrancar pouco a pouco, dia a dia, o pecúlio que economizara em outras épocas. É um atestado flagrante, inconfundível, da miséria do povo. (DIÁRIO CARIOCA, 1980 apud BUENO, 2002, p. 99).

O quarto período da história da instituição corresponde ao período do Governo Militar. A promulgação do Decreto-Lei nº 759, em 12 de agosto de 1.969 merece destaque na história das Caixas Econômicas Federais e de sua vinculação com a área social. Havido em meio aos acontecimentos explosivos que viveu o país após o golpe de 1.964 e sob a recente instauração do Ato Institucional nº5, o Governo Federal determinou a unificação das 22 Caixas Econômicas Federais. Pelo mesmo instrumento a Caixa Econômica Federal (CEF), outrora autarquia, tornou-se instituição financeira na forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, integrante do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), sujeita ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e à fiscalização do Banco Central (BACEN). Utilizando os poderes ilimitados que se auto-concedera com a edição do Ato Institucional nº5, o governo militar estabeleceu as atividades da nova CEF, mantendo todas as anteriores e acrescentando algumas. Com estas reformas, as atividades da CEF passaram a ser as seguintes:

- a) Receber em depósito, sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;
- b) Conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos;
- c) Operar no setor habitacional como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com objetivo de facilitar e promover a aquisição de casa própria especialmente pelas classes de menor renda da população;
- d) Explorar, com exclusividade, os serviços da loteria federal do Brasil e da loteria esportiva federal nos termos da legislação pertinente;
- e) Exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e de continuidade;
- f) Prestar serviços que se adaptem a sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo governo federal ou por convenio com outras entidades ou empresas (BUENO, 2002, p. 147).

O Parágrafo “f” abriu as portas da CAIXA a várias modalidades de serviços de interesse público a ela delegados nos anos seguintes. Na década de 1.970 a instituição assumiu as gestões do Programa de Integração Social, Crédito Educativo e Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos.

Em 1.975 o setor habitacional representava cerca de 49% do saldo total dos empréstimos efetuados pela Caixa Econômica Federal, ora através de financiamentos habitacionais, ora através da transferência de recursos a empresas da construção civil para reforço do capital de giro, ora pelo financiamento de obras de infra-estrutura ligadas ao desenvolvimento urbano e saneamento básico.

Em agosto de 1.986, a crise do Sistema Financeiro de Habitação e a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) criaram um hiato na política habitacional do país. Conforme visto no Capítulo 1, tais institutos foram criados em agosto de 1.964 e estiveram durante 22 anos à frente da política urbana, centralizando diversas atividades e funções relacionadas a esta temática. Muitas atribuições do BHN foram assumidas pela Caixa Econômica Federal, que passou a ser a principal entidade financiadora do desenvolvimento urbano no Brasil. Como também incorporou o papel de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que até então eram depositadas em 76 instituições financeiras e administrar a arrecadação desse fundo e o pagamento dos valores aos trabalhadores (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2005).

O FGTS constitui-se no maior instrumento público de poupança do país. Em 31 de dezembro de 2.004 registrou ativos de R\$ 160 bilhões, o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto brasileiro. Se fosse banco, adotando como critério o total de seus ativos, seria o segundo maior do país em 2.004 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2005, p. 19-24). Além de garantir aos trabalhadores formais a formação de poupança para uso em caso de demissão do emprego, aposentadoria ou doenças graves, o FGTS passou a ter atribuições de fomento, com aplicação de seus recursos em habitação, saneamento e infra-estrutura urbana. Constituiu-se na principal fonte de recurso para a implementação de políticas públicas e programas governamentais ligados à habitação.

No quinto período da história da Caixa Econômica Federal, o contemporâneo, iniciado na década de 90, ocorreu a terceira reforma da instituição. Seu papel de principal agente de Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) foi consolidado e, em tendência mundial das caixas econômicas, a instituição ajustou sua estrutura para operar como banco

múltiplo. Passou a enfrentar a concorrência no mercado livre e assumiu a execução de novos programas sociais do Governo Federal. Com a regulamentação da figura do correspondente bancário, promoveu a expansão geográfica da rede de atendimento, atingindo todos os municípios brasileiros a partir do ano de 2.002. Sua estrutura, entretanto, ainda está aquém das necessidades do país (SILVA, P., 1980, p. 201).

Atualmente, além das atividades de banco comercial, como manutenção de contas-correntes, comercialização de cartões de crédito e carteira jurídica, a CAIXA exerce as funções abaixo elencadas:

- Como administradora das Loterias Federais, a CAIXA repassa em média 49% da arrecadação das loterias para o Fundo Penitenciário Nacional, os Comitês Olímpicos e Paraolímpicos, Entidades Desportivas, ministério dos Esportes, Fundo de Investimento do Estudante Superior, Fundo Nacional da Cultura e para a Seguridade Social.

- Na área de desenvolvimento urbano e como agente operador do FGTS, implementa programas de habitação de interesse social, programas de saneamento e infra-estrutura e efetua as contratações do Orçamento Geral da União(OGU), repassando recursos a fundo perdido geridos pelo Ministério do Esporte, Ministério da Integração, Agência Nacional das Águas(ANA), Ministério da Saúde, Consorcio das Bacias dos Rio Piracicaba, Capivari e Jundiaí(PCJ), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento(MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo, Ministério das Cidades e Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Opera também como agente financeiro na transferência de recursos para estados, municípios e entidades filantrópicas que encaminham projetos de saúde para o Fundo Nacional de Saúde.

- Como prestadora de serviços delegados pelo Governo Federal, paga as bolsas de transferência de renda (Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem, entre outros), o Programa de Integração Social, o Seguro- desemprego e benefícios da Previdência Social.

- Como forma de apoio à Gestão Pública, atua como agente operador do PMAI e Programa Nacional de Apoio a Modernização Administrativa e Fiscal (PNAFM) e fornece Assistência Técnica e subsidia os municípios com informações, coleta dados das demonstrações contábeis e informações gerenciais de estados, Distrito federal e municípios.

Em dezembro de 2.010 contava com aproximadamente 86.000 empregados. Empregado constitui-se no modo como se denominam os funcionários admitidos por

concurso público e contratados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho. Serviços de limpeza, vigilância, estagiários e adolescentes aprendizes também compõem o quadro sócio - funcional.

Segundo informações no site da instituição, a rede CAIXA hoje atende todos os municípios brasileiros, composta por 2.222 agências (dessas 419 unidades com Penhor), 530 postos de atendimento bancário, 1.639 postos de atendimento eletrônico, 24.050 correspondentes não lotéricos (desses 5.136 com equipamentos CAIXA AQUI e 18.909 somente negociais), 10.887 casas lotéricas, 19.731 pontos de auto-atendimento em 2.624 salas contíguas às agências e 122 salas de auto-atendimento não contíguas, além da rede do Banco 24 horas com 12.106 equipamentos, à qual a CAIXA também é associada, e a rede externa de caixas automáticos compartilhada com o Banco do Brasil (acrescentando mais 5.718 terminais daquele Banco), somando mais de 51 milhões de correntistas.

Encabeçam o organograma da instituição dois conselhos: o Fiscal e o de Administração, com membros escolhidos pelo Ministro da Fazenda.

O Conselho Fiscal compõem-se de cinco membros, aos quais competem as atribuições de fiscalização dos atos administrativos e o exame das demonstrações financeiras. A ele está vinculado o setor de auditorias internas. O Conselho de Administração, composto por sete conselheiros, responde pela orientação pela orientação geral dos negócios da instituição.

Submetido a estes conselhos está o Conselho Diretor, ao qual cabe, entre outras atividades, aprovar e apresentar ao Conselho de Administração as políticas, as estratégias corporativas, o plano geral de negócios, os programas de atuação de longo prazo e decidir sobre a estrutura organizacional. Os membros do Conselho Diretor constituem-se em colegiado composto pelo presidente da CAIXA e por nove dos onze vice-presidentes nomeados pelo Presidente da República por indicação do ministro de Estado da Fazenda, ouvido o Conselho de administração.

A área responsável por executar e providenciar as deliberações do Conselho de Administração e as decisões do Conselho Diretor é a Diretoria Executiva. Esta deve ser presidida pelo representante da Providencia da CAIXA e formada por nove diretores vinculados a nove das vice-presidências. Três diretores não participam da Diretoria Executiva: o diretor jurídico, diretamente vinculado à Presidência; o diretor vinculado à vice-presidência de Ativos de Terceiros, e o diretor vinculado à vice- presidência de Transferência

de Benefícios, responsável pela administração e operacionalização dos fundos, programas e serviços delegados pelo Governo Federal.

Além dos diretores, estão vinculadas às vice - presidências de 6(seis) Superintendências Nacionais (SN):

- SN de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável;
- SN de Habitação;
- SN de Programas Sociais;
- SN de Produtos de Repasse;
- SN de Saneamento e Infra-estrutura;
- SN de Gestão do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A Superintendência Nacional de Parcerias e Apoio ao Desenvolvimento Urbano possui representações por todo o país, denominadas Regionais de Sustentação ao Negócio e Governo. Estas funcionam na mesma cidade, e na maioria dos casos, nos mesmos prédios das Superintendências Regionais. As representações regionais operacionalizam empreendimentos de habitação, saneamento e infra-estrutura. Em sua estrutura constam auxiliares e assistentes arquitetos, engenheiros e técnicos sociais. Esta equipe analisa e acompanha o andamento das obras dos empreendimentos privados e públicos, bem como daqueles relacionados a repasses do Orçamento Geral da União.

Vinculada a esta unidade há uma rede de empresas credenciadas de engenharia e trabalho técnico social que prestam serviços de análise e acompanhamento de empreendimentos ou unidade isoladas.

As Superintendências Regionais, por sua vez, mantêm em sua estrutura um Superintendente Regional e, no mínimo, cinco gerentes regionais. Aos Gerentes Regionais cabem o relacionamento com os poderes públicos municipal, estadual e federal e a gestão sobre os negócios e serviços estabelecidos com estes; a gestão das operações efetuadas com empresas; o gerenciamento das contratações de empreendimentos imobiliários com o setor privado; a administração de todos os negócios e serviços estabelecidos com clientes pessoa física da instituição; e a gestão dos canais alternativos de atendimento, tais como os postos de auto-atendimento, os correspondentes bancários e as casas lotéricas.

A Superintendência Regional e a Regional de Sustentação ao Negócio - RSN Governo sediada na cidade Piracicaba, no interior de estado de São Paulo, que atende 45 municípios, foi escolhida como área geográfica onde seriam desenvolvidos os trabalhos. Esta região, alvo do estudo, é composta por:

Quadro 2: Lista de todos os Municípios que compõem a superintendência Regional de Piracicaba – 45 Municípios

Lista de todos os Municípios que compõem a superintendência Regional de Piracicaba – 45 Municípios	
Águas da Prata	Mogi Guaçu
Águas de São Pedro	Mogi Mirim
Analândia	Piracicaba
Araras	Pirassununga
Caconde	Porto Ferreira
Casa Branca	Ribeirão Bonito
Charqueada	Rio Claro
Conchal	Saltinho
Cordeirópolis	Santa Cruz da Conceição
Corumbataí	Santa Cruz das Palmeiras
Descalvado	Santa Gertrudes
Divinolândia	Santa Maria da Serra
Dourado	Santa Rita do Passa Quatro
Espírito Santo do Pinhal	Santo Antonio do Jardim
Estiva Gerbi	São Carlos
Ibaté	São João da Boa Vista

escolha dos mesmos se deu devido a proximidade entre eles, facilitando na aplicação da pesquisa de campo. No âmbito desta região de Piracicaba em estudo, no ano de 2010, foram contabilizados 230 empreendimentos, sendo que para 49 destes houve a realização do PTTS. Para supervisão destes trabalhos existem 4 (quatro) técnico sociais da CAIXA nesta Superintendência.

Quanto à função social de empresas públicas como a CAIXA, o parágrafo primeiro do artigo 173 da Constituição Federal Brasileira de 1.988 cita o dever do cumprimento da função social por parte da propriedade privada e pública, mas não especifica o que é a função social. Para que seja conceituada e compreendida, pode ser feito um paralelo com a função social prevista em outros casos. O artigo 186, que trata especificamente da propriedade rural, explicita que a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos requisitos de aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Por outro lado, o princípio da função social da propriedade se relaciona ao direito a propriedade privada, sendo ambos prescritos de forma genérica nos incisos XXII e XXIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1.988. O principal dispositivo a expressar a moderna visão do papel das empresas é o artigo 170 da Constituição. O caput desse artigo e seu inciso II estabelecem que a ordem econômica é baseada na livre iniciativa, isto é, em uma economia de mercado capitalista, e que sua finalidade é garantir existencial digna a todos. Isto significa que a função da atividade econômica é a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos tais como: alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, transporte e lazer. Em outras palavras, a função das empresas é atender prioritariamente às necessidades mínimas das pessoas em termos de bens e serviços. Essa regra é reforçada pelo disposto no princípio da busca do pleno emprego, coloca a geração de empregos como cumprimento da função social das empresas. A atividade econômica só se legitima quando cumpre sua finalidade, qual seja, assegurar existência digna a todos.

A função social da propriedade limita os direitos do proprietário, que não pode mais usar a propriedade privada do bem como lhe aprouver, mas compatibilizando-a com o interesse social. O princípio da função social da propriedade deu origem à doutrina da função social da empresa, que implica que os bens de produção devem ter uma destinação compatível

com os interesses da coletividade. Desta forma, empresas geradoras de riqueza e de empregos cumprem sua função social.

As empresas se constituem em instituições sociais criadas com a finalidade de satisfazer necessidades sociais, ou seja, a sociedade concorda com a criação de empresas porque as considera benéficas ao corpo social e, portanto, as legítimas.

Deste modo, a razão de ser das empresas tem referência com produzir e distribuir bens e serviços, criar empregos e gerar lucro.

Por ser instituição inteiramente do governo Federal, não há como contestar a função social da Caixa Econômica Federal. Vista como empresa, a CAIXA tem a função social prevista constitucionalmente. Vista como empresa pública, não há sentido na sua criação pelo Estado senão na condição de instrumento a serviço do bem comum. A função social é inerente ao Estado e, a CAIXA, parte integrante do Estado. “A função social das Caixas Econômicas [...] é papel complementar ao das atividades típicas do poder público.” (SILVA, P., 1980, p. 175).

2.3 Programas de desenvolvimento urbano

2.3.1 O Orçamento Geral da União

O acesso aos programas sustentados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) pode ocorrer tanto por processo de seleção pública quanto mediante emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual. Neste caso, a proposição do projeto por um representante do poder legislativo federal depende de negociação política. Se o projeto for aprovado, a contratação fica vinculada à regularidade fiscal e tributária do poder público municipal ou estadual que receberá os recursos. Por tratar-se de repasse, os recursos não precisam ser devolvidos, sendo no entanto obrigatório que o poder público complemente o valor repassado com contrapartida financeira ou com bens e serviços financeiros mensuráveis⁵. Quatro programas utilizam recursos do OGU:

O programa denominado “Apoio à Melhoria das condições de habitabilidade de Assentamentos Precários” visa promover a urbanização de assentamentos, com execução de intervenções necessárias à segurança, salubridade e habitabilidade da população localizada em

⁵ Bens e serviços financeiramente mensuráveis, tais como doações de terrenos, material e parte das obras.

área inadequada à moradia, visando tanto sua permanência quanto sua realocação, promovendo integração ao tecido urbano da cidade.

O Programa denominado “Apoio ao Poder público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda” destina-se a viabilização do acesso à moradia, bem como à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

O Programa “Habitar Brasil (BID)” destina recursos para o desenvolvimento institucional do município, para a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e para ações de intervenção social e ambiental. O programa teve o universo de atendimento definido até dezembro de 2.004. Incentiva a geração de renda e o desenvolvimento tanto em assentamento de risco quanto em favelas, promovendo melhorias nas condições habitacionais, construindo novas moradias, implantando infra-estrutura urbana, saneamento básico e recuperando áreas ambientalmente degradadas.

O “Programa de subsídio à Habitação de Interesse Social” (PSH) objetiva coadjuvar a produção de empreendimentos habitacionais para populações de baixa renda, tanto na forma de conjunto quanto na forma de unidades isoladas. Em parceria com o setor público, o PSH viabiliza a aquisição e mesmo a produção de casas populares. Para isso, complementa a capacidade financeira do proponente para o pagamento de preço de imóvel residencial e assegura o equilíbrio econômico e financeiro das operações realizadas pelas instituições financeiras, beneficiando cidadãos em grupos organizados. Oferece subsídio financeiro diretamente à complementação do preço de compra e venda, bem como em caso de construção de unidades habitacionais.

O valor do investimento feito pela CAIXA corresponde à soma dos custos diretos e indiretos necessários à execução das obras e serviços, sendo composto pelo valor dos materiais utilizados, elaboração de projetos, infra-estrutura internas, despesas de legalização, Seguro Garantia término da obra e Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS).

Engenheiros e arquitetos do quadro funcional da CAIXA acompanham o desenvolvimento das obras. A Aferição das obras tem por base o boletim de medição elaborado pelo engenheiro fiscal, definido pela proponente através de ART, e os projetos, planilhas orçamentárias e memorial descritivo, aprovado para o empreendimento. Se as etapas previstas foram cumpridas, os recursos financeiros dos aferidos são liberados.

Participam do programa os seguintes agentes:

- Ministério das Cidades (MC) agente gestor, a quem compete estabelecer diretrizes, fixar regras e condições para implementação do Programa, alocar os recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do Programa.
- Ministério da Fazenda – em conjunto com o Ministério das Cidades, fixa a remuneração da CAIXA pelas atividades exercidas no âmbito do Programa.
- Caixa Econômica Federal – Como operadora do programa, a CAIXA define e observa os critérios técnicos;
- Poder público – participação estabelecida por meio de Convênio visando assegurar a identificação das regiões e zonas prioritárias para implantação dos projetos;
- Construtora e assemelhados – participam na apresentação de propostas e execução dos projetos aprovados, em todos os tipos de empreendimentos.
- Agente executor do PTTS ou credenciado – pessoa física ou jurídica responsável pela elaboração e execução do PTTS nos empreendimentos contratados.

2.3.2 Caixa e o Desenvolvimento Sustentável

Alcançar o desenvolvimento com sustentabilidade – econômica, social e ambiental – é um dos maiores desafios do milênio, cuja superação ocorrerá na medida em que sejam internalizados os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e no comportamento dos agentes econômicos.

A CAIXA está presente em todos os municípios do País. Atuando como agente do Governo Federal, possui diversos produtos e serviços que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, reduzindo impactos ambientais sobre o meio urbano. Ao financiar e repassar recursos para o saneamento ambiental, a infra-estrutura, a habitação e as ações socioambientais com a comunidade, a CAIXA promove o Desenvolvimento Sustentável.

Realizando investimentos que garantem a sustentabilidade ambiental e respeitando as leis e acordos de proteção ao meio ambiente, a CAIXA dá grandes contribuições para o alcance das metas nacionais dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.

Em consonância com essa visão, e com o objetivo de consolidar e ampliar a atuação da CAIXA em um caminho que ofereça maior integração entre competitividade nos negócios e responsabilidade socioambiental, a CAIXA aprovou a sua Política Ambiental Corporativa.

A Política Ambiental é parte do grande Projeto Corporativo de Responsabilidade Social que busca desenvolver a cultura organizacional de sustentabilidade e adotar um comportamento proativo junto aos empregados, clientes, fornecedores e parceiros da CAIXA, para consolidar seu posicionamento de empresa pública socialmente responsável.

Afinal, a responsabilidade socioambiental da CAIXA deve traduzir-se em ações efetivas e exemplos de sucesso, demonstrando, assim, que é possível atuar em um modelo de gestão que compatibiliza justiça social, resultados econômicos e preservação ambiental.

Uma das propostas da CAIXA são cidades sustentáveis onde nascem da incorporação de práticas urbanísticas que consideram as dimensões econômica, ambiental e social na produção e gestão do espaço urbano.

A CAIXA, como empresa comprometida com a responsabilidade socioambiental, respeita os limites dos recursos naturais como a água, o solo e o ar, buscando alternativas para reduzir a sua degradação. Investir na qualidade do habitat, otimizar o uso do espaço urbano construído, produzir cidades inclusivas. Tudo isso se viabiliza com participação social no desenvolvimento das cidades mais sustentáveis.

Urbanização de Favelas – promover a qualidade de vida e reduzir a poluição A CAIXA financia a execução de obras e serviços em assentamentos humanos precários, necessárias à segurança, salubridade e habitabilidade da população instalada precariamente em áreas irregulares para a moradia, também conhecidas como favelas.

A urbanização de favelas contribui para mitigar os impactos ambientais negativos da ocupação desordenada e oferece qualidade de vida às famílias de comunidades de baixa renda.

Algumas das ações que promovem a melhoria da qualidade ambiental:

- Implantação de infra-estrutura para regularizar os serviços de água, esgoto e coleta de lixo e reduzir a poluição.
- Drenagem e contenção de encostas para eliminar a erosão e os riscos à vida da população e assoreamento dos corpos d'água.
- Melhorias habitacionais e regularização fundiária para oferecer moradia digna e segurança à população.

Em todas estas ações a participação comunitária e educação ambiental são componentes obrigatórios para sustentabilidade dos programas da CAIXA.

Em todos os projetos são desenvolvidas ações de Participação Social e Educação Sanitária e Ambiental, mobilizando lideranças comunitárias e escolas e sensibilizando as famílias beneficiadas para a apropriação das benfeitorias.

Parte de todo este desenvolvimento sustentável se dá pelo PTTS.

2.4 O Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS)

Neste sub capítulo queremos demonstrar a evolução histórica da inserção dos Projetos de Trabalho Técnico Social. Toda política social e seus elementos constituintes surge como uma possibilidade de colocar em prática propostas de solução para um problema, as quais variam com as condições sociais e políticas de um dado momento histórico. Variam, também, de acordo com a concepção de Estado e sociedade vigente e de acordo com a correlação existente entre forças e interesses sociais, econômicos, políticos e culturais, muitas vezes, antagônicos.

Estas condições podem ser traduzidas como a gestão dos conflitos sociais pela própria sociedade que, atualmente, encontra-se num processo crescente de acumulação de capital e de expropriação que tem resultado em sociedades, cada vez mais, não assalariadas e desprotegidas socialmente.

A correlação de forças existente entre os vários interesses socioeconômicos e políticos da sociedade - dentre estes, os interesses dos organismos de financiamento internacional - faz surgir respostas às demandas da sociedade civil.

A partir destes interesses, que o Governo Federal determina a inserção do trabalho técnico social, onde passe a constar como item obrigatório de investimento, ao lado dos investimentos em obras físicas. No início, o mesmo foi posto como aconselhável, depois, com a evolução das demandas sociais e da consciência sobre sua importância, os PTTS passa a ser item obrigatório para a execução da maioria das intervenções urbanas.

O Projeto de Trabalho Técnico Social na área de Desenvolvimento Urbano surge no extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) com a criação, em 1975, do Subprograma de Desenvolvimento Comunitário, vinculado ao Programa de Cooperativas Habitacionais. O

objetivo deste trabalho era colaborar na formulação, execução e aperfeiçoamento de projetos de desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais.

Em 1985 o Conselho de Administração do BNH, estabeleceu as diretrizes da Política de Desenvolvimento de Comunidade e criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (PRODEC).

Com a extinção do BNH em 1986, a Caixa Econômica Federal incorporou suas atribuições e seu quadro técnico, inclusive o grupo de técnicos que atuava no desenvolvimento comunitário, porém, o Trabalho Social não fazia parte da cultura institucional da Empresa.

Em 1992, com a criação do Programa de Saneamento Integrado (PROSANEAR), que contava com recursos do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), empregados da CAIXA foram inseridos na equipe de preparação do programa. Deste modo, nos programas decorrentes de contratos advindos de Acordos de Empréstimos Internacionais, com recursos originários do BIRD e destinados a áreas habitadas por população de baixa renda, foi exigido que se contemplasse o item referente à Participação Social, como garantia de eficácia e efetividade da aplicação dos recursos.

Por meio da Resolução 182, de 05/06/1995, em cumprimento às exigências do BIRD, o Conselho Curador do FGTS aprovou a inserção do Trabalho Social como item obrigatório e de investimento nos programas.

Em 1996, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em Istambul, inseriu nas discussões a necessidade e importância da participação popular em programas que tratam de Assentamentos Humanos e o Brasil, como um dos signatários do Pacto Internacional para a implementação da Agenda Habitat II, passou a incorporar tais conceitos nas diretrizes de seus programas governamentais.

A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU/PR), em 2002, inseriu o componente social como item de investimento na grande maioria dos programas sob sua gestão. A obrigatoriedade de realizar o trabalho social estava posta para a maioria dos programas de habitação, saneamento e infra-estrutura que tivessem o número de famílias bem delimitado.

Ao longo deste período, os Projetos de Trabalhos Técnicos Sociais têm sido incorporados aos novos programas criados dentro das políticas públicas do governo federal relacionadas a esta Secretaria, hoje, Ministério das Cidades o qual foi instituído pelo governo Lula, em 2002. Outros

ministérios, como o da Integração Nacional, têm incorporado o trabalho social como item de investimento de alguns programas, como o de Resposta aos Desastres.

Normativamente, os PTTS devem ser executados sob a responsabilidade de estados e/ou municípios tendo a Caixa Econômica Federal como prestadora de serviços no que concerne à análise e aprovação de projetos, acompanhamento da execução, liberação de recursos e aprovação das prestações de contas.

2.4.1 O processo formal para o trabalho social

O Projeto de Trabalho Técnico Social consiste em um processo da CAIXA administrado pela Gerência Nacional de Normas e Padrões de Engenharia e Trabalho Social, que se vincula à Superintendência Nacional de Parcerias e Apoio ao Desenvolvimento Urbano, área da Vice - presidência de Governo. Regionalmente, o trabalho se constitui em responsabilidade da Regional de Sustentação ao Negócio – Governo (RSN).

Um empregado aprovado em seleção interna exerce a função de Técnico Social da CAIXA, a quem cabe o relacionamento com a empresa credenciada ou Prefeitura, autarquia municipal para elaboração, execução e avaliação do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS). A responsabilidade técnica fica a cargo do profissional vinculado a estes órgãos. O técnico social da CAIXA pode ter formação em Sociologia, Psicologia, Pedagogia e Serviço Social.

A implementação do Trabalho Social tem início antes da assinatura do convenio para início das obras, tendo tempo de duração toda a execução da obra, por um período conforme especificidade do projeto, porte do empreendimento e recursos disponíveis.

O valor destinado ao projeto de trabalho técnico social corresponde no mínimo 1% dos custos do empreendimento. Esses recursos pagam a elaboração do projeto, serviços, organização de eventos, material de consumo e material necessário para o desenvolvimento das atividades previstas. Também podem compor os custos, investimentos e material de uso comunitário, desde que necessários para o desenvolvimento das atividades.

Ao decorrer do trabalho social, são exigidos que se sigam várias documentações entre a elaboração, execução e avaliação do projeto. A necessidade de documentação de acompanhamento, o que se dá no envio periódico dos relatórios de acompanhamento e do relatório de avaliação final, consiste em uma das exigências da CAIXA.

Os relatórios parciais de acompanhamento, encaminhados mensalmente para análise da CAIXA, são necessários para a liberação dos recursos. O relatório se presta ao acompanhamento, pela organização, das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos periodicamente, além de ser o documento pertinente para justificativas das atividades não realizadas, com novo cronograma. Consta, no relatório, a avaliação da equipe técnica sobre o trabalho realizado, contemplando o nível de participação e organização da comunidade, o grau de apreensão das informações e a estratégia adotada para re-direcionamento das ações se for o caso.

O relatório de avaliação final tem como objetivo a avaliação da intervenção, do grau de satisfação e assimilação de seus conteúdos pelos beneficiários, assim como de todas as ações desenvolvidas. Do mesmo modo, são avaliados os resultados alcançados e sua correlação com os objetivos propostos, as perspectivas de continuidade das ações sociais implementadas, os aspectos dificultadores e facilitadores diagnosticados e a avaliação da população beneficiada.

Na CAIXA, os documentos são entregues ao Técnico social da própria CAIXA, que os analisa e encaminha para outro setor da organização. Em alguns contratos o relatório da avaliação final é encaminhado ao Gestor do Programa, via de regra ao Ministério das Cidades.

2.4.2 O acontecer (a prática) do trabalho social

Todos os municípios que recebem recursos federais para investimentos em obras de desenvolvimento urbano, necessitam consequentemente desenvolver os Projetos de Trabalho Técnicos Sociais em consonância com as diretrizes dos programas operacionalizados pela Caixa Econômica Federal. Em sua normatização, o Projeto Social tem como diretriz e princípio norteador a construção do protagonismo social, evitando assistencialismo, paternalismo e clientelismo.

Os municípios por meio do Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) fornecido pela Caixa Econômica Federal disponibilizam as diretrizes e informações necessárias para a elaboração, implantação, registro, monitoramento e avaliação dos PTTS.

As ações desde a implementação, concepção do projeto, a etapa posterior à conclusão das obras e dos serviços são apoiadas pelos Técnicos Sociais da Caixa Econômica Federal.

Qualquer um destes projetos deve incluir em seus eixos estratégicos teórico-práticos, a Mobilização e Organização Comunitária, capacitação profissional, geração de trabalho e renda e, educação sanitária, ambiental e patrimonial, mas dependendo da linha de intervenção da obra física, um destes eixos tem uma maior ênfase. A realização do Trabalho Técnico Social favorece a correta apropriação e uso dos imóveis, sistemas, melhorias implantadas, promovendo a mobilização e a participação social por meio de atividades de caráter sócio-educativo, de ações direcionadas nestes diversos eixos, dos quais constarão no anexo A).

Os empreendimentos com intervenções de saneamento básico, serviços urbanos de água e esgoto, resíduos sólidos e drenagem, deverão ser priorizadas atividades vinculadas às macro ações educação sanitária e ambiental. O desenvolvimento do trabalho chamado socioambiental é imprescindível quando o empreendimento provoca mudanças diretas nas condições de vida da população, na relação e condições de acesso aos serviços de saneamento. Desta forma como a maioria dos empreendimentos nesta intervenção dominam o campo de atuação nestes projetos os municípios precisam montar novas ou adequar as equipes de trabalho para eficientemente conduzir e desenvolver os projetos.

A modernização da gestão pública tende a se expandir, abrindo espaços para um novo leque na atuação Técnico Social, às parcerias entre os diferentes atores locais e outros profissionais é essencial, ainda mais quando aponta a possibilidade de ser realizado um trabalho em equipe, na interdisciplinaridade, com novos saberes de diferentes áreas, planejando as ações conjuntas, para determinado projeto.

Os projetos requerem essencialmente a formação de parcerias, tornando-se relevante considerar a pertinência das ações voltadas à integração de todos, não somente dos beneficiários. Ainda que seja efetuado sob eixos de trabalho diferentes e sob novas orientações técnicas, o trabalho social aplicado, indistintamente, a todos os atores envolvidos pode ajudar no relacionamento entre as partes afetadas pelo programa.

Para Arriscado Nunes (2001, p. 331), a articulação dos diferentes saberes “[...] permite por em relação o que não está necessariamente ligado e, em particular, ligar o que a diferenciação de esferas características do pensamento moderno insistiu em separar.” De maneira como se dá, sem a integração de todos os atores, falta esforço conjunto para a construção coletiva de espaço que transcenda a estrutura física do empreendimento. O trabalho social elaborado para fortalecer o relacionamento e a integração entre todos os atores,

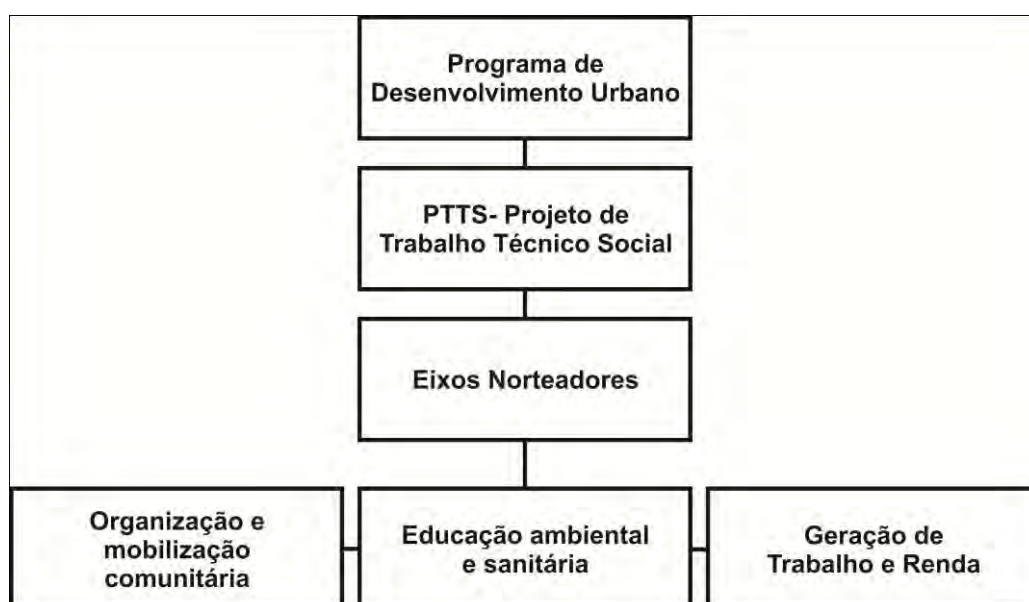
agrega aos tradicionais interesses organizacionais de lucro financeiro ou político, também o interesse pelo fortalecimento social.

Com esta demanda apresentada aos profissionais de muitos municípios brasileiros estes se deparam com a necessidade de reflexão para as mudanças em sua forma de gestão, e organização no trabalho social. Estas mudanças têm resultado na intensificação do trabalho destes profissionais, na ampliação de seu raio de ação. Apontamos a ligação da atuação dos profissionais de serviço social como educadores ambientais, sendo um desafio a ser incorporado pelo campo da Assistência Social.

Assim, para vivenciar este novo papel, destaca-se que o profissional de serviço social precisará estar em contato com novas áreas do conhecimento, vivendo experiências multidisciplinares, trabalhando em equipes. Visto que é crescente o número de projetos dos quais necessitam cada vez mais da atuação destes profissionais

Neste projeto de trabalho técnico social especificamente, a vertente ambiental, o eixo de educação ambiental esta presente na pratica da equipe local, inclusive na atuação do assistente social, e este é o desafio. Abaixo quadro explicativo para maior entendimento e visualização:

Quadro 3: Fluxograma



Fonte: Elaborado por Mara Regina Dias.

CAPITULO 3 IMPORTANCIA E COMPREENSÃO DA ATUAÇÃO DO ASSSISTENTE SOCIAL NOS PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

Com a intenção de caracterização dos sujeitos da pesquisa, inicialmente, é necessário esclarecer que, antes mesmo da realização da pesquisa de campo para a defesa de dissertação, o projeto de pesquisa foi submetido a avaliação pelo Comitê de Ética e exame de qualificação desta universidade, o qual foi analisado e aprovado em reunião ocorrida no dia 18 de agosto do ano de 2010, registrado sob o CEP 057/2010.

Para caracterização e conhecimento dos sujeitos participantes da pesquisa, foi realizado, primeiramente, a entrevista, obtendo um total de 04 sujeitos participantes, sendo 01 do município de Iracemápolis da Coordenadoria de Promoção Social, 01 do município de Rio Claro da Secretaria de Ação Social, 01 do município de Piracicaba do Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE), 01 de Instituição Privada - Bonin Consultoria Socioambiental Ltda, que seguem identificados como:

Quadro 4: Identidade das profissionais entrevistadas

Nome⁶	Idade	Graduação	Faculdade	Ano Conclusão	Outros cursos (ano conclusão)
Amarilis	42	Serviço social	Instituto Superior de Ciências Aplicadas – ISCA	1993	Especialização em gestão e meio ambiente – 2005
Orquídea	51	Serviço social	Faculdades Integradas Maria Imaculada	1991	Sem cursos de especialização ou outros
Tulipa	51	Serviço Social	Instituto Superior de Ciências Aplicadas – ISCA	1982	Sem cursos de especialização ou outros

⁶ Os nomes são fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa.

Nome⁷	Idade	Graduação	Faculdade	Ano Conclusão	Outros cursos (ano conclusão)
Lírio	45	Serviço Social	Faculdades Integradas Maria Imaculada	1990	Especialização em gestão estratégica pública - 2011

Fonte: Elaborado por Mara Regina Dias.

Quadro 5: Exercício profissional e tempo de atuação

Nome	Exercício Profissional atual	Ano do início do exercício atual	Outras experiências	Tempo total de atuação profissional
Amarílis	Bonin Consultoria Socioambiental Ltda.	2000	Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social	18 anos
Orquídea	Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba	2008	Secretaria de Assistência Social	20 anos
Tulipa	Coordenadoria de Promoção Social de Iracemápolis	2001	Família e idoso	29 anos
Lírio	Secretaria Municipal de Ação Social	2008	Secretaria Municipal de Saúde	21 anos

Fonte: Elaborado por Mara Regina Dias.

⁷ Os nomes são fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa.

Não estabelece-se como critério o sexo dos sujeitos, porém 100% de entrevistados desta amostragem são do sexo feminino, comprovando o fato de que as mulheres constituem a maioria dos profissionais de Serviço Social.

A idade dos sujeitos compreendem de 42 à 51 anos, com predominância na faixa dos 50 anos, demonstrando que 100% são profissionais com mais de 10 anos de formação e prática profissional.

Com relação à graduação, 100% dos os sujeitos são Assistentes Sociais, uma vez que por se tratar do tema a análise da atuação do Serviço Social este foi um quesito essencial para a participação na pesquisa.

No que se refere à faculdade, ou seja, local de formação, estes são provenientes das duas maiores e mais antigas instituições da região de Piracicaba ISCA Faculdades e Faculdades Integradas Maria Imaculada, que apresentam oportunidade de graduação em Serviço Social, respectivamente fundadas em 1975 e 1973.

Sobre o ano de conclusão da graduação, a pesquisa aponta predominância nos anos de 1990, com 75%, equivalente a três sujeitos, já um dos sujeitos, equivalente 25% dos entrevistados concluiu o curso nos anos de 1980, onde se percebe que são profissionais com muitos anos de formação. A graduação nos anos de 1980 e 1990 tinha suas diretrizes curriculares e vertentes do curso de Serviço Social voltadas ao tradicionalismo, época em que a profissão buscava seu marco através do movimento de reconceituação, ou seja, a transformação das diretrizes do Serviço Social.

Quanto à questão referente à realização de outros cursos e ano de conclusão, percebe-se que 50%, sendo 02 sujeitos complementaram a graduação com outros cursos de especialização, demonstrando a importância da formação continuada para produção de conhecimentos. Por outro lado, os outros sujeitos, realizaram somente cursos de curta duração, tendo poucas oportunidades de tornar o processo crítico reflexivo profissional atuante na teoria e prática social.

Quanto ao exercício profissional atual dos sujeitos, observa-se que 75% são profissionais de espaços ligados a Prefeituras ou autarquias municipais, sendo 1 profissional, 25% ligado ao setor privado. Ressaltamos aqui o aparecimento de empresas de prestações de serviços especializados na área socioambiental.

Em relação ao ano de início do exercício atual, como técnica social apresentam-se que 75% estão a mais de 10 anos atuando nos PTTS, neste mesmo espaço ocupacional. Já os outros 25% dos sujeitos estão desenvolvendo esta função a mais de quatro anos, porém todas apresentam outras experiências profissionais ligadas a Assistência social, como podemos verificar nos quadros 4 e 5 p. 74 e 75.

Sobre outras experiências e tempo de atuação profissional, evidencia-se que, 100% dos entrevistados possuem outras experiências em espaços diversificados, oportunizando uma visão ampla da prática, atuação e realidade vivenciada em cada espaço trabalhado.

Vale ressaltar que há de se realizar a devolutiva da pesquisa através de contato e explanação dos resultados levantados para os participantes da pesquisa, profissionais da área; por meio de reunião técnica dos municípios da região de Piracicaba, ainda no primeiro semestre de 2012, além de oportunidade de apresentação em Faculdades que tenham o curso de serviço social na região ou grupos de discussão sobre educação ambiental.

3.1 Análise da pesquisa

Entende-se que a fase de análise da pesquisa tem como finalidade estabelecer uma compreensão dos dados coletados, afirmar ou não os pressupostos da pesquisa e responder as questões formuladas, além de ampliar os conhecimentos e idéias sobre o tema e assunto pesquisado, articulando-o ao contexto social, político e cultural da qual ele faz parte.

Ainda que tenha-se elaborado, inicialmente, a parte teórica, para, posteriormente, desenvolvermos a pesquisa de campo, pretendemos agora realizar a análise do conteúdo coletado, de acordo com os pressupostos da proposta dialética: não há consenso nem ponto de chegada no processo de produção de conhecimento e a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta. Busca-se a base, também, no pressuposto da abordagem qualitativa, que reconhece todas as pessoas que participam da pesquisa como sujeitos históricos e que possuem capacidade de intervir nos problemas identificados em seu cotidiano.

Foram adotados como ponto de referência a importância e compreensão da atuação dos profissionais em serviço social nos PTTS, assim a partir deste caminho levantamos as seguintes categorias:

- I- Relação do Serviço Social e a questão ambiental;
- II- Instrumentais de utilização;
- III- Compromisso pessoal/ Institucional/comunitário;
- IV- Educação ambiental como desafio para o Serviço Social.

Inicia-se a análise através do ponto referencial da importância e compreensão a relação do serviço social e a questão ambiental, pois acredita-se que evidenciar as concepções sobre esta questão, trará maiores subsídios para entender e desmistificar o contexto atual sobre o objeto de estudo em foco.

3.1.1 Primeira categoria: Relação do serviço social e a questão ambiental:

A intenção desta primeira categoria era compreender se o profissional afirma esta relação a partir das suas experiências profissionais.

a) Que relações existem entre as questões ambientais e o Serviço Social? Justifique a sua prática neste espaço?

O Serviço Social possui uma relação estreita com as questões ambientais, considerando que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem seu valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos, respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade é responsabilidade de todos nós, e inerente a profissão que trabalha as relações sociais.

O Assistente Social é um profissional que atua nas relações sociais, é nas relações sociais que se dá a conservação, sustentação de qualquer projeto. Algo se sustenta quando tem pessoas envolvidas, portanto o Assistente Social é imprescindível como facilitador no processo que visa às questões ambientais. (Amarilis)

Todas. O indivíduo relaciona-se com pessoas e com o ambiente em que está inserido e qualquer atitude trará consequências ao meio ambiente. (Orquídea)

A principal função do trabalho social com o enfoque sócio-ambiental é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, se proponham a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. (Tulipa)

As relações sociais e suas contradições (nosso foco de atuação profissional) e ambientais estão interligadas. No acompanhamento das ações dos PTTS (Projeto Trabalho Técnico Social), ligados as obras financiadas pelo Governo Federal é possível trabalhar estes dois campos conjuntamente. (Lírio)

Nestes depoimentos e reflexões pode-se perceber que a luz de suas experiências vivenciadas cotidianamente, os sujeitos afirmaram que existe esta relação entre as questões ambientais e o Serviço Social, e ela se demonstra por meio do ser humano e o local onde vive.

Um elemento fundamental nesta análise é que os sujeitos tem sua prática profissional realizada sob a perspectiva da totalidade, não visualizando apenas o indivíduo, mas as relações mais amplas, isto facilita a busca de formas de intervenção para sua transformação, a partir de atendimentos às demandas que se fazem presente no cotidiano.

O entendimento que o serviço social está intimamente relacionado às questões ambientais, parte do pressuposto de que o ambiente não está separado do social em sua contextualização. Para Leff (2000, p.49), os problemas ambientais são problemas fundamentalmente sociais, gerados e atravessados por um conjunto de processos sociais.

Seguindo as perguntas tivemos:

b) Embasando-se em sua observação e experiência de campo, procure enquadrar a qualidade de vida da população trabalhada

Pelos relatos consideram a qualidade de vida da sua população usuária entre boa a péssima. Estas apontam que os indicadores das realidades socioambientais foram classificados em:

Extrema pobreza; vulnerabilidade Social; pouca ou nenhuma conservação dos espaços comunitários (lixo, entulho acumulado nas ruas, terrenos baldios, depreciação dos prédios públicos etc.); ausência do sentimento de

pertencimento na unidade habitacional, no bairro, na cidade, na família, na sociedade. (Amarilis)

Baixa renda e escolaridade e falta de saneamento. (Orquídea).

Sem infra- estrutura adequada e situação de vulnerabilidade social.(Lírio)

As profissionais entrevistadas apresentam percepções variadas de comunidade, vista como: localidade, território vivido, valor, organização coletiva das pessoas, interesses comuns.

Percebe-se que a relação da qualidade de vida esta totalmente ligada ao local onde o indivíduo esta inserido. O profissional de Serviço Social consegue distinguir isso, por meio do trabalho específico que realiza, antes do inicio de seus trabalhos, o chamado diagnóstico social, que é um dos itens do PTTS. Com o diagnóstico, do estudo realizado pelo Assistente Social fornece subsídios para que posteriormente apresente a melhor intervenção.

A partir dessa perspectiva, é que vislumbramos a necessidade de trabalhar a educação ambiental, entendendo que esta se constitui em uma nova demanda para o Serviço Social. Nesse sentido, Martinelli e Koumrouyan (1994, p. 70), ressalta:

O profissional que não souber fazer a leitura da realidade, não saberá atuar nesta realidade. E se a prática profissional e fundamentalmente a ação, ela pressupõe o conhecimento do real, como condição de trabalho, como instrumento de trabalho.

Assim, cabe ao assistente social estudar, e pesquisar, com a competência que possui, e torna capaz de realizar um diagnóstico socioeconômico como subsídio para uma posterior intervenção, por meio de práticas transdisciplinares, evidenciando sua importância, mostrando que este espaço vale a pena ser ocupado, bem como, executar políticas públicas ambientais, não apenas pelos aspectos racionais, mas acima de tudo pela representação dos sujeitos, enquanto atores sociais, de uma realidade em transformação.

c) Cite as degradações ambientais mais recorrentes na área de sua atuação. Quais ações como técnico social você desenvolveu para reverter a degradação ambiental.

Invasão e moradia em área de risco, ao lado de córregos e rios com esgoto a céu aberto, inundações, lixo, animais peçonhentos, etc.(Amarilis)

Poluição dos rios, consumo excessivo de água e uso incorreto da rede de esgoto.(Orquídea)

Degradação na Mata Ciliar em torno da represa municipal. (Tulipa)

Depósitos irregulares de lixo (orgânico e inorgânico); erosão do solo por falta de infra-estrutura e devido às ações da natureza (Lírio)

As ações propostas pelos profissionais foram:

Trabalhar junto às políticas públicas para removê-las e sensibilizá-las por meio de ações educativas para apropriação e conservação do novo espaço habitacional. (Amarilis)

Cursos de artesanato com reaproveitamento de materiais descartados na natureza, e oficinas de eco-sabão (Orquídea)

Caminhada Ecológica (Tulipa)

Ações de informação e educação sócio-ambiental.(Lírio)

O Assistente Social conhece a realidade onde atua, desta maneira tem muito a contribuir com a reversão da realidade social vivenciada pela população. Acreditamos que através dos estudos sociais é possível: apontar e denunciar as questões socioambientais gritantes.

Portanto, é preciso que os Assistentes Sociais estejam permanentemente imprimindo na ação e no conhecimento da realidade, uma atitude investigativa e inovadora para garantir maior rigor e consistência teórico-metodológica no cotidiano da intervenção.

Porém, percebe-se pelos relatos de duas das entrevistadas e nos PTTS desenvolvidos por estas que as ações propostas são superficiais, demonstrando um conhecimento obsoleto e tradicional sobre o as praticas, onde as ações pautaram-se pela linha da educação ambiental conservadora, fracionada, de uma visão fragmentada e reducionista, por uma leitura individualista e comportamentalista da realidade (LIMA, 2004, p. 89).

O meio ambiente foi visualizado como um recurso a ser gerenciado e um problema a ser resolvido, onde o ambiente biofísico deve ser preservado, a partir da apreensão de conceitos ambientais, como preservação, reciclagem, 3RS, resíduos sólidos, entre outros.

As ações claramente apresentaram teor instrumental e pouco crítico na prática educativa, comparadas àquelas observadas na conceituação do adestramento ambiental (AMARAL, 2003). Podemos perceber que as atitudes e posturas corretas da população em relação ao meio ambiente permeavam os objetivos, sem na verdade se preocupar com os pressupostos sociais, políticos e econômicos.

d) O Serviço Social contribuiu na preservação do meio ambiente e na qualidade de vida das pessoas? Se sim este processo foi educativo? Você considerou-se um educador ambiental?

Sim, porém o maior desafio do Serviço Social e o próprio profissional da área internalizar que as questões sociais estão interligadas com as questões ambientais e que somos um educador ambiental por natureza. Somente depois que há o entendimento, é que poderemos proporcionar ações educativas para a comunidade que desperte a reflexão de que o conceito de “meio ambiente” não pode ser percebido como somente o reino dos animais, plantas e elementos naturais, deixando os seres humanos fora desse contexto. E isto só ocorre, por meio de um processo educativo, contínuo e participativo. Nos projetos que atuo sou educadora ambiental. “Todos somos educadores e educandos, ensinantes e aprendentes” Paulo Freire – (Amarilis)

Sim. Dentro da área social podemos nos considerar um educador ambiental.(Orquídea)

Sim. Todas as atividades realizadas foram educativas com a comunidade local.(Tulipa)

O Serviço Social busca através das suas ações contribuir com a preservação do meio ambiente e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida da população, porém para nós técnicos da área social é uma ação relativamente nova, e portanto existe um longo caminho a ser percorrido para nos considerarmos educadores ambientais. (Lírio)

A maioria das assistentes sociais entrevistadas se percebem enquanto educadoras, embora, para algumas, a dimensão educativa não esteja presente em todas as suas ações. Toda prática profissional do assistente social supõe uma dimensão educativa, que pode se dar em diferentes sentidos.

A dimensão sócio-educativa na profissão vem ganhando destaque e tem sido pautada tanto pelo conjunto da categoria quanto pelos seus empregadores. Isso ocorre principalmente

porque muitos profissionais de assistência, dentro de uma perspectiva teórico-metodológica comprometida em repensar os rumos da profissão e garantir a ela um papel significativo no sentido de contribuir para o fortalecimento das diretrizes definidas no projeto ético-político profissional hoje hegemônico e elaborar estratégias que garantam a concretização das mesmas por meio de ações voltadas para a transformação social, têm desencadeado um movimento de repensar a prática profissional, englobando preocupações com o processo educativo, relacionando às discussões os estudos da Educação Popular como alternativa.

A dimensão política da profissão se constitui, mediante à ação sócioeducativa na relação com a população usuária. Ela pode se dar no sentido de minimizar conflitos ou denunciar e instrumentalizar a população acerca do significado da redução da base material dos serviços para o atendimento da população.

Vale ressaltar que numa visão crítica deste modelo de sociedade, parte-se do pressuposto de que educar é trabalhar no sentido de facilitar a troca de conhecimentos acerca das dificuldades e potencialidades do ser social, numa relação com a história mais ampla da sociedade. É contribuir para a elaboração de uma nova cultura respaldada numa reforma intelectual e moral, difundindo uma outra concepção de mundo vinculada aos interesses das classes populares. É despertar a esperança num mundo diferente, suscitando a percepção de sujeito – solidário, criativo, criador e coletivo.

Em síntese, é atuar no sentido de fortalecer as classes populares na conquista de sua hegemonia e emancipação social.

Muitos assistentes sociais, inclusive as entrevistadas, nesta perspectiva emancipatória, têm buscado, na reflexão da dimensão educativa de sua prática, caminhos alternativos que viabilizem a concretização dos seus objetivos.

Neste sentido, Ana Maria Vasconcelos (2000, p. 130) desenvolve algumas considerações:

O aspecto educativo aqui está direcionado para a construção e fortalecimento de condições de participação na transformação das condições geradoras dos problemas vivenciados, buscando contribuir na promoção de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, com prioridade para o trabalho com grupos sociais – em sua dimensão coletiva.

Em relação a este assunto, ainda completa suscitando o que, também, poderia caber ao assistente social como educador neste processo:

À população, não basta organizar-se para reivindicar. Faz-se necessário ter acesso a um saber que a instrumentalize em relação ao como e ao que reivindicar [...].

E podemos afirmar que a atuação junto a estes PTTS, estão oportunizando este trabalho as técnicas sociais, o caminho esta sendo percorrido e esta se formando uma história de atuação.

3.1.2 Segunda Categoria: Instrumentais de utilização

a) Quando você assumiu o desenvolvimento do projeto sentiu-se preparada para atuar neste novo campo. Por quê?

Sim, porém com algumas limitações por ser nova a experiência. Fui buscar conhecimento acadêmico e auxílio com pessoas experientes. (Amarílis)

Sim. Por ter participado anteriormente de outro projeto, por sentir segurança na equipe que atuou no projeto e por obter orientações das técnicas sociais da Caixa. (Orquídea)

Não, falta de experiência na área de desenvolvimento ambiental. (Tulipa)

Não, por não ter tido uma capacitação anterior. (Lírio)

Neste momento busca-se refletir sobre o mundo do trabalho, bem como os desafios postos aos profissionais de Serviço Social e formas de enfrentamento.

Em qualquer trabalho desenvolvido é de suma importância que se desenvolva uma prática consciente e refletida, que não se deixe levar unicamente pela cotidianidade, que muitas vezes configura-se como uma porta aberta para alienação e que só pode ser superada por meio de uma prática compromissada e crítica-reflexiva, pois um dos maiores desafios que

o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos.

Para tal, o exercício da profissão exige, portanto, um profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais.

Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

Isto significa assumir o pressuposto da ação investigativa como novas possibilidades de intervenção, na medida em que desvela o contraditório e produz as condições necessárias para o enfrentamento e superação das questões sociais que se apresentam cotidianamente. É a atitude investigativa que permite revelar a essência do problema e pensar o novo.

É necessário que os profissionais de Serviço Social busquem novos conhecimentos, visando entender, decifrar e acompanhar as novas tendências e mudanças. Que o assistente social não seja um mero tarefeiro e apenas executor de ações e tarefas, mas que fundamente sua prática em uma teoria de base sólida.

Observando estas reflexões podemos perceber que os entrevistados, consideraram estes pressupostos, foram em busca de maiores conhecimentos. Isto ocorreu por meio de materiais, orientações e apoio de profissionais com experiências semelhantes.

Vale ressaltar que as profissionais deixaram claro que as orientações e acompanhamento das técnicas sociais da Caixa foram imprescindíveis e importantíssimas para a atuação destas.

Analisando os PTTS, pudemos reconhecer que nem todos os profissionais que muitas vezes iniciaram as ações destes projetos deram continuidade. O medo do novo, fez com que assistentes sociais não assumissem ou desistissem no meio do caminho.

b) Quais foram os instrumentais utilizados para a operacionalização do trabalho técnico social?

Primeiramente bases teóricas e metodológicas para a operacionalização da prática. Segundo diagnóstico social da realidade, sistematizar as informações em um plano de trabalho que contemple as atividades a serem desenvolvidas. Construir os indicadores de resultados para mensurar os

impactos. Os meios de verificação foram observação, conversas informais, registro em caderno de produção diária, lista de presença, reuniões, entrevistas, fichas de cadastro e caracterização das famílias, planilha de dados estatísticos, acompanhamento social, relatórios, visitas domiciliares, formulários de avaliação. (Amarilis)

Reconhecimento de áreas, perfil da comunidade, pesquisa em campo.(Orquídea)

Pesquisas e questionários(Tulipa)

No primeiro momento, apenas acompanhei projetos elaborados e executados por outros técnicos. Atualmente com o conhecimento adquirido e com a capacitação profissional que estou tendo, estou elaborando projetos de acordo com a realidade da população a ser envolvida, utilizando diagnósticos da área e também das ações que mais interessam a ela tentando aliar o social ao ambiental. (Lírio)

Guerra (2000, p. 53), fala que o fazer do Assistente Social é dado pela sua instrumentalidade. Esta dimensão da profissão é a mais desenvolvida, capaz de designar os processos que se manifestam no âmbito da ação.

A argumentação da autora demonstra que a complexidade e a diversidade alcançadas pela intervenção profissional, no sentido de atender as demandas e requisições originadas das classes sociais, colocam a dimensão instrumental como a mais desenvolvida da profissão e, portanto, capaz de indicar as condições e possibilidades da mesma.

É importante situar o debate sobre o uso de técnicas (conjunto de procedimentos organizados baseados num conhecimento científico correspondente) em Serviço Social de forma integrada com as questões teórica- metodológicas utilizadas pela profissão. O assistente social aprende o significado e as contradições existentes na realidade através de sua ação, utilizando para tais os instrumentos.

Segundo Martinelli e Koumrouyan (1994, p. 132):

O instrumental é considerado como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção é possível atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e à técnica fundamentalmente é a habilidade no uso do instrumental. Disso decorre que o espaço da criatividade no uso do instrumental reside exatamente no uso da habilidade técnica, portanto reside no agente. Decorre, também, que o instrumental não é nem o instrumento nem a técnica, tomados isoladamente, mas ambos,

organicamente articulados em uma unidade dialética (entrevista, relatório, visita, reunião, observação, participação).

Consolidam-se os chamados instrumentos e técnicas do Serviço Social (relacionamento, observação, entrevista, reunião, documentação), estes instrumentos como próprios da profissão, eles foram adaptados à ação profissional de maneira acrítica.

O Serviço Social se expressa enquanto uma sistematização de práticas (procedimentos) que particularizadas apresentam um dado conjunto de ações. A técnica é tão importante para a prática profissional que precisamos pensar em dois elementos: consciência e motivação; ambos não existem fora da ação, estão contidos na ação. É na ação que o homem se situa e se motiva à medida que aprende a realidade.

A conquista de um campo de trabalho é difícil. As lutas corporativistas, em um âmbito emergente como o meio ambiente, podem ser muito duras. Portanto, para tornar convincente a nossa necessidade de intervenção do social no ambiental, precisamos primeiro nos convencer que o profissional em Serviço Social possui requisitos, está munido de recursos, instrumentos e ferramentas suficientes que demonstrem a efetividade desta intervenção, e pudemos perceber que as entrevistadas utilizaram-se de todas as técnicas possíveis para o melhor desenvolvimento de suas ações.

c) Você se sentiu parte da equipe interdisciplinar, tendo condições de dialogar com os outros saberes? Por que. Se não, como reverteu esta situação?

Sim, mas o diálogo com outros saberes se deu mediante conhecimento e domínio do assunto, pois no início houve dificuldades por parte da equipe interdisciplinar em entender a participação do Técnico Social como parte do processo. A responsabilidade de conquistar o espaço depende da postura e atitude do técnico. (Amarilis)

Sim, porque há um envolvimento de todas as áreas.(Orquídea)

Sim. Por que houve integração entre técnicos sociais X engenharia.(Tulipa)

Sim, existe a troca de saberes e integração entre eles.(Lírio)

Sobre a necessidade da integração e multidisciplinaridade entre os parceiros, para obter o sucesso do PTTS, os sujeitos demonstraram que não encontraram dificuldades de articulação e diálogo entre os diversos profissionais e as secretarias municipais envolvidas, que estavam acostumadas a trabalhar setorialmente e com planejamento integrado de ações.

Foi relatado pelas entrevistadas que encontram bastante resistência por parte dos profissionais das outras secretarias e departamentos, por não aceitarem/acreditarem na importância do trabalho técnico social, pois estes não compreendem o porquê da necessidade deste trabalho junto às obras de desenvolvimento urbano.

d) Durante a atuação profissional quais as dificuldades encontradas. Como fez para superá-las?

Assegurar a participação nas tomadas de decisões e estratégias de atuação quando envolvia a comunidade beneficiada no Projeto Técnico Social. A superação veio com atitudes proativa, insistência, conhecimento da causa e apontamento dos ganhos nos resultados finais com a participação da técnica social desenvolvendo estratégias de atuação junto as pessoas. (Amarilis)

Desistência dos participantes e para superar fizemos parceria com PSF, CRAS e participação em reuniões de rede.(Orquídea)

A resistência por parte dos munícipes beneficiados com o PTTS, que demoram a perceber a importância dos mesmos e focam prioritariamente ou exclusivamente a necessidade da obra física. Estou tentando superar estas dificuldades, mantendo um contato maior e mais diálogo com essas populações. (Lírio)

A dificuldade aqui retratada foi em relação à participação da comunidade, uma participação ativa e integrada.

O resultado alcançado dos trabalhos desenvolvidos, demonstram a participação de poucos usuários e após o termino do projeto não há continuidade de nenhuma das ações e sua sustentabilidade. Isto ocorre quando não há a correlação de saberes com a comunidade, em uma construção dialética e coletiva, não alcançando assim os resultados esperados.

A dimensão coletiva da Educação Ambiental deve ser vista como o enfrentamento de uma questão complexa, multidimensional, política (no sentido de diferentes visões de mundo) e fruto de dezenas de áreas de ação e conhecimento, considerando a dimensão coletiva, em seus objetivos de resultados, nos processos participativos desde a compreensão das questões,

definição de prioridades e reconhecimento de saberes que todos e cada um temos para a transformação da sociedade (TONSO, 2009, p. 12).

3.1.3 Terceira Categoria: Compromisso pessoal/ Institucional/comunitário

a) Você foi designado somente para o desenvolvimento deste trabalho (quantas horas dia), ou tinha também responsabilidade de projetos em outras áreas? Quais.

Como consultora, sou contratada para atuar na área e apresento a proposta de acordo com o nº de horas necessárias para a atuação naquele projeto. (Amarilis)

Continuo atuando na Autarquia com funcionários e população. (Orquídea)

Além do PTTS, também atuo em outros projetos da Prefeitura (Tulipa)

Além dos acompanhamentos de todos os PTTS, realizo outras atividades na secretaria que pertença, inclusive elaboração de outros projetos ligados à área social. (Lírio)

Pudemos perceber pelos relatos que a maioria 75% das entrevistadas, dividem seu tempo com a execução e coordenação de outros projetos.

Esta é uma realidade da maioria dos municípios, o Assistente Social, que em via de regra é sempre o coordenador destes projetos não tem tempo disponível, com exclusividade para estes trabalhos, prejudicando muitas vezes os resultados finais, sem alcance dos objetivos.

É importante compreender que este é um contexto do serviço social junto a realidade das Prefeituras, desta forma destacamos que cada vez mais esta crescendo a contratação de empresas especializadas, a exemplo da primeira entrevistada, a qual tem dedicação plena, necessária para o desenvolvimento das ações.

A maioria das entrevistadas, nos disseram que existem numero reduzido de profissionais do serviço social no desenvolvimento destas ações, que ainda não existe

interesse da gestão, para que seja formada equipes específicas para desenvolvimento exclusivo destes projetos.

b) Quais foram os resultados provenientes da sua atuação junto à comunidade de referencia?

Remoção de 25 famílias da área de risco;
Comunidade informada e participando de todas as etapas do PTTS, consequentemente envolvimento das famílias no desenvolvimento das atividades;
Transparência no processo;
Sensibilização quanto a conservação da moradia;
Interação entre vizinhos; (Amarilis)

Geração de renda para uma família que se apropriou do conhecimento ofertado nos cursos oferecidos.

Conscientização e mudança de atitudes em relação ao meio ambiente e geração de trabalho e renda. (Orquídea)

Reciprocidade e envolvimento da comunidade.(Tulipa)

Conhecimento mais amplo das reais necessidades e anseios da população com maior diálogo entre eles e o poder público. (Lírio)

Percebemos aqui, é bom destacar mais uma vez que a maioria das entrevistadas citaram que onde houve o envolvimento dos moradores no processo, na metodologia participativa e política do projeto, estes tiveram resultado positivo. Quando houve envolvimento, estes foram os próprios multiplicadores do conhecimento apreendido durante o projeto formado.

O resultado do trabalho de educação socioambiental nas comunidades foi visível, ressaltando-se a sustentabilidade das ações, sempre com o respaldo do poder público.

É gratificante quando os objetivos são atingidos pela co-participação e co-responsabilidade de todos os agentes envolvidos, principalmente a população.

Podemos citar que nestes casos, observamos a educação ambiental emancipatória, apontando para a complexidade e a multidimensionalidade da questão ambiental, por meio de uma atitude crítica que considera a democracia e a participação cidadã pré-requisito da sustentabilidade (LIMA, 2005, p. 92).

A dimensão coletiva, em seus objetivos de resultados, nos processos participativos desde a compreensão das questões, definição de prioridades e reconhecimento de saberes (TONSO, 2009) propiciou a transformação da realidade do bairro em questão e a sustentabilidade do empreendimento. O ambiente foi analisado enquanto projeto comunitário, onde as pessoas efetivamente se comprometeram. Também observamos claramente o envolvimento das pessoas no sentido de visualizar o ambiente como o lugar para se viver, conhecer e aprender sobre, para cuidar coletivamente (SAUVÉ, 1992, p. 37).

c) Você tinha parceiros para o desenvolvimento do trabalho social? Se positivo, quais?

Sim, Secretaria de Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Defesa Civil, Associação de Moradores/líderes comunitários, profissionais contratados para desenvolvimento de atividades de geração de renda, oficinas de educação ambiental, palestras etc. (Amarilis)

Sim, SESI, Empresa Tigre, CRAS, PSF e Projeto Aguamiga.(Orquídea)

Sim – Coordenadoria Municipal de Educação, Secretaria da Agricultura, Coordenadoria de Saúde e Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Agente de Saneamento – VISA, Coordenadoria Municipal de Planejamento.(Tulipa)

Sim. Outras Secretarias e principalmente ONGs e entidades sócio assistenciais lotadas nos diferentes territórios. (Lírio)

O PTTS tem uma direção diferente, positiva se durante o processo de planejamento é realizado de modo articulado também com as diversas secretarias, com reuniões de planejamento das ações com os parceiros, só então se iniciaram as etapas do cronograma de execução. As secretarias da educação e meio ambiente e assistência social tornaram-se parceiras-chave no projeto, com grande participação dos alunos, dos usuários da assistência e comunidade.

Verificamos finalmente, após os resultados obtidos com as comunidades, evidenciados nos estudos dos casos, que as ações pautadas na participação popular, na interdisciplinaridade, na criticidade e no respeito às culturas e ecossistemas são a chave para a transformação da realidade e para alcançar o desenvolvimento sustentável.

É preciso que os técnicos, professores e equipes, enfim, todos os parceiros que atuam na área ambiental tenham esse olhar, essa percepção aplicada em sua prática profissional.

Para os melhores resultados dos trabalhos são necessários que todos os possíveis parceiros realizem ações conjuntas. Que dialoguem, ouçam e aprendam. Que busquem conhecimento e informação, para melhor entender os conceitos e a realidade local.

d) Estes parceiros eram co-responsáveis pelo trabalho, ou desenvolviam ações pontuais, sendo a responsabilidade total dos técnicos sociais?

Em alguns momentos foram co-responsáveis, porém na maioria deles a responsabilidade era do técnico social. (Amarilis)

Desenvolviam ações pontuais.(Orquídea)

Os parceiros eram co-responsáveis pelo seu trabalho em cada atividade.(Tulipa)

Os parceiros contribuem com a cessão de locais, divulgação das atividades e motivação à participação de seu público específico. (Lírio)

Mesmo com todas as orientações, planejamentos, possibilidades de atuação e envolvimento inicial com o projeto podemos perceber que a maioria dos parceiros não tem uma perspectiva de atuação crítica, como os técnicos sociais priorizaram a proposta, de fato, isto foi evidenciado principalmente na falta de comprometimento parceiros para execução das ações, onde estas se tornam pontuais, com começo e fim, não há um processo contínuo da presença dos parceiros.

Desta forma os assistentes sociais tem total liberdade para operacionalizar a proposta, por acreditar nesse trabalho, por firmar seu compromisso com este projeto. Todas as entrevistadas ressaltaram que são totalmente responsáveis pelas ações do projeto, inclusive as de educação ambiental. Desta forma estes profissionais planejam suas ações, buscam parceiros e quando não encontram também a executam. Estes reconhecem que a interdisciplinaridade proporcionaria uma abordagem diferenciada em educação ambiental principalmente. Apesar do assistente social estar se capacitando para isso, sabe que não entende de todos os processos de degradações existentes na natureza, para isso, seria ideal o trabalho em equipe, por meio da união e comprometimento de outros profissionais.

O intercambio de informações, conhecimentos e dos diferentes posicionamentos entre os profissionais envolvidos com a educação ambiental surgiriam as interfaces para a construção de um saber comum que subsidiaria o reconhecimento das demandas e a proposição das estratégias interventivas.

3.1.4 Quarta Categoria: Educação ambiental como desafio para o Serviço Social

a) Você sentiu necessidade de aprimoramento para melhor atender a demanda do trabalho, especificamente na área ambiental? Se positivo, o que fez para melhorar sua atuação?

Desde o ano de 2000 quando comecei a atuar em projetos sócio ambiental tenho buscado educação continuada para aprimorar a atuação frente às questões ambientais. Procuro trocar experiências com outros profissionais, conhecendo as experiências de sucesso para adequar a realidade existente. (Amarilis)

Sim, através de leituras, palestras, cursos e viagens técnicas ambientais. (Orquídea)

Sim, pesquisando artigos sobre a área ambiental (Tulipa).

Sim, leitura sobre educação ambiental e participação em curso de educação ambiental com especialista nessa área. (Lírio)

Analisando todas as falas e indagações acima citadas, percebe-se uma dicotomia entre o discurso e a prática, pois segundo as entrevistas, 50% das assistentes sociais não possuem nível de pós graduação ou especialização, não demonstrando a demasiada importância, encontrada nas falas, sobre a formação continuada. Estas leituras complementares e outras pesquisas tornam-se insuficientes para uma boa atuação profissional. A ausência de capacitação é encontrada nas diversas profissões, quando os profissionais permanecem estagnados no desenvolvimento do processo crítico e reflexivo da profissão.

Podemos ressaltar também que todas as profissionais entrevistadas relataram que foi a primeira vez que desenvolveram ações em educação ambiental, ou relacionadas com o meio ambiente, as outras experiências profissionais vivenciadas não estavam ligadas a esta temática, não havendo assim necessidade de capacitação na área.

Em se tratando de um trabalho técnico, a intervenção profissional dos assistentes sociais em Educação ambiental esta assentada num conjunto de conhecimentos, que incluem desde a formação em Serviço Social até a vivência em cursos, palestras, seminários e demais eventos da área. Estes conhecimentos específicos são importantes, considerando que esta modalidade de atuação não é pratica tradicional no Serviço Social.

b) Existe articulação entre o conteúdo programático do curso de Serviço Social com as atividades que desenvolveu no projeto? O que poderia ser feito nos cursos de Serviço Social.

Sim, as disciplinas me deram um referencial teórico metodológico para atuar com grupos, porém para desenvolver atividades socioambientais devem incluir educação ambiental na grade curricular. (Amarilis)

Sim. Incluir a questão ambiental já que o indivíduo encontra-se inserido no meio ambiente e atuando sobre ele.(Orquídea)

Sim, na matéria de Desenvolvimento de Comunidade.(Tulipa)

Somente a metodologia (método e instrumentais) do Serviço Social é utilizado. Incluir na sua grade curricular, aulas sobre educação ambiental e ações do Serviço Social nesta área de atuação.(Lírio)

O momento da formação acadêmica é muito importante, sendo este a bagagem para a prática profissional, seguindo o pensamento de que a teoria é um complemento para a prática, sendo a essência para o trabalho profissional. O restante é consequência das experiências e práticas cotidianas.

Verifica-se, pois, que na maioria das instituições em seus atuais dispositivos relativos à organização curricular, não apresentam disciplinas especificas relacionadas a questão ambiental, meio ambiente ou educação ambiental. Este conteúdo esta incluído em outras disciplinas, entre elas Temas Contemporâneos do Serviço Social. Seria necessária uma nova visão da organização do curso formador de serviço social, em atendimento as demandas técnicas operativas da profissão.

Uma das entrevistadas, atua como professora universitária em Curso de Serviço Social, e nos disse que aos poucos em sua disciplina esta colocando aos alunos esta temática, como novo campo de atuação dos assistentes sociais.

Podemos citar o aumento de cursos de formação extra-curricular no assunto socioambiental, o qual as profissionais de Serviço Social estão participando. Muitos destes cursos são indicados e até mesmo facilitados sua realização pela própria equipe técnica social da Caixa.

c) Como educador ambiental, qual seria seu principal objetivo neste processo educativo?

Sendo educadores, proporcionamos reflexão da comunidade no trato com o meio ambiente. (Amarilis)

Interação, mediação com a realidade da comunidade (Orquídea)

Organização comunitária, trabalho em grupo, (Tulipa)

Elo de ligação, mediação, é fazer a mobilização da comunidade, onde leve a comunidade a participação. (Lírio)

Nos depoimentos pudemos perceber a reafirmação do caráter educativo da intervenção profissional, de modo geral, os profissionais desenvolvem explicações e orientações problematizando questões cotidianas com a dimensão global dos problemas sociais e ambientais, visando sensibilizar e mobilizar os usuários para ações em Educação Ambiental.

Os assistentes sociais afirmaram desenvolver um trabalho fundamentado na participação, na busca da construção de uma mentalidade diferenciada quanto as relações humanas e a preservação ambiental, no reconhecimento da interação homem- natureza, entre outros fatores que conferem um sentido sócio-político a sua intervenção.

A participação comunitária foi constante nos depoimentos dos assistentes sociais evidenciando a busca dos profissionais em consolidar as organizações publicas como espaço de exercício de cidadania. Os trabalhos desenvolvidos convertem-se em meios de expressão da população usuária, enfatizando o compromisso para a mudança de hábitos, preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida.

Percebemos que as ações de educação ambiental alinham-se com o caráter participativo. Através da organização e mobilização comunitária, os profissionais procuram estabelecer caminhos para a participação popular no enfrentamento dos problemas de moradia e meio ambiente.

A participação também é avaliada pelos assistentes sociais enquanto oportunidade de interlocução com a comunidade, conhecendo suas demandas cotidianas.

As ações participativas são ainda entendidas pelos assistentes sociais como estratégias de compromissar os usuários com as propostas de educação ambiental, a medida em que passam a tomar parte nas definições e operacionalização dos programas e que introjetam os valores de preservação do meio ambiente e respeito no convívio social, adotando novas posturas de vida, em suas relações com os recursos naturais e com a coletividade.

Nos depoimentos apresentados é recorrente o discurso dos assistentes sociais em torno da participação, o que sinaliza tendências deste campo de atuação voltado a busca de formas participativas, como um compromisso ético de trabalho, podemos perceber assim que este é o diferencial da atuação do assistente social em educação ambiental.

d) Mesmo depois de ter atuado nestes projetos, você acredita que a questão ambiental configura-se como um novo campo de trabalho para os assistentes sociais? Por quê? Você reconhece que outros profissionais se interessam por esta área de atuação. Por quê?

Sim, porque como disse anteriormente não dá para transformar a realidade, seja nas questões ambientais, sociais, políticas sem o envolvimento de pessoas e envolver pessoas é especialidade do Assistente Social, portanto o campo está aberto para profissionais que aceitam novos desafios e agregam conhecimento e busca ocupar espaços (Amarilis)

Sim porque para atuar como assistente social é necessário uma visão interdisciplinar, pois a questão ambiental é complexa e abrangente. Existem diversos profissionais que já atuam nesta área entre eles: biólogos, engenheiros, sociólogos, professores, psicólogos. (Orquídea)

Sim – Por que atualmente o Meio Ambiente é um problema global, e cabe aos assistentes sociais sensibilizar e mobilizar a população local para a preservação do Meio Ambiente. Os profissionais de outras áreas se interessam sim, visto que é um meio de intervir nas comunidades locais. (Tulipa).

Sim, é um campo que se abre ao Serviço Social e que vem despertando interesse de muitos de seus profissionais. Entendo que como profissional que trabalha com as contradições geradas pelo sistema capitalista vigente e sendo a questão ambiental uma delas, não poderia estar os profissionais de Serviço Social fora desse processo educativo e de cidadania. (Lírio)

Foi relatado pelas entrevistadas que a questão ambiental configura-se como um novo campo de trabalho para os assistentes sociais, entretanto ainda existe um longo caminho a ser percorrido e que se faz necessário uma certa identificação com a proposta de trabalho. Devem vir ao encontro com sua visão de mundo e propostas de trabalho que já desenvolveram.

Mesmo possuindo seu espaço na esfera ambiental, o assistente social ainda enfrenta algumas dificuldades no processo de formação profissional, pois raramente são tratados assuntos relacionados ao meio ambiente e uma outra dificuldade seria o desinteresse de alguns profissionais sobre a questão ambiental, que está intimamente ligada à questão agrária e a questão urbana.

Quando existe a adesão a este trabalho pode-se avaliar que estas assistentes sociais, na sua maioria, são profissionais que apresentam características de grande envolvimento e militância política com o trabalho e com a profissão.

Duas das entrevistadas também relataram que se hoje deixassem seus postos de trabalho, a frente dos PTTS, infelizmente neste momento não teriam outras profissionais que assumissem, pois sentem ainda certa resistência, que estes projetos não são prioridade dentro da política de assistência.

Pondera-se que na prática profissional do Serviço Social, de acordo com Iamamoto (2002, p. 123-124), dentro de todas as perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas adotadas, sempre houve dificuldades e desafios a serem trabalhados. Desta forma este também há de existir e também há de ser superado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante lembrar que a intenção desta pesquisa é debater o Serviço Social na contemporaneidade e contribuir com uma reflexão crítica sobre o modo de pensar e agir profissional, tendo por fundamento as perspectivas dimensões sociais da profissão. As aproximações realizadas nos permitiram compreender melhor vários aspectos, ao mesmo tempo em que novos questionamentos emergiram neste percurso, por isso não se tem a pretensão de apresentar uma conclusão como um conhecimento acabado e ponto final de um trabalho social. Tendo em vista a riqueza de dados e fatos, a amplitude do tema, a dinamicidade dos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais e outros indicadores de análise que surgiram após a realização dessa pesquisa, isto remete-se a algumas considerações compreendidas ao longo da investigação e que devem ser ponto de partida para outras pesquisas vinculadas ao objeto de estudo em questão.

Começamos reconhecendo que a formação acadêmica do assistente social e sua prática profissional, vai além de ser somente executivo, inclui a capacidade de propor, implementar, avaliar, discutir e refletir. Este profissional pode contribuir, com competência, com conhecimento teórico, com compromisso, com habilidade e atitude na efetivação dos direitos sociais e ambientais.

Pode-se constatar que, o Serviço Social é uma profissão dinâmica, inserida no próprio contexto sócio histórico. Portanto, cabe ao assistente social modificar a sua forma de atuação profissional, em decorrência da demanda que lhe é colocada e da necessidade de responder às exigências e às contradições da sociedade. É preciso acompanhar o movimento da sociedade e visualizar os novos espaços como possibilidades de intervenção sobre uma realidade social concreta.

Novos espaços ocupacionais estão surgindo, a exemplo do trabalho socioambiental, que por ser um modelo pouco explorado gera dúvida, medo, insegurança. Mas, o assistente social deve enfrentar tais questões postas, embasado- se num entendimento amplo da realidade social, investigando e evidenciando meios de superação dos desafios postos ao trabalho social, sendo necessária a busca ativa e proativa, estando atentos às mudanças e transformações ocorridas.

Tendo por objetivo este novo projeto profissional, vinculado a um projeto de transformação de sociedade, reitera a teoria crítica como fundamentação para o agir

profissional. Esta teoria vai ao encontro das novas exigências da profissão, na medida em que possibilita novas investigações. É necessário, portanto, que pela via do conhecimento, os Assistentes Sociais possam desenvolver estratégias capazes de fazer do imediato o seu instrumento de construção do projeto profissional, comprometido mais uma vez com a transformação da sociedade.

A investigação trouxe reflexões acerca do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais no campo do meio ambiente, possibilitando refletir a construção do perfil dos profissionais nesse trabalho, bem como o imprescindível trabalho interdisciplinar.

Durante o percurso da pesquisa, houve a percepção de que não existe um modelo de intervenção profissional ou um perfil ideal de profissional, que intervenha de forma que resolva todas as questões socioambientais. O que vemos são Assistentes Sociais com competência de acompanhar a dinamicidade da realidade em que atua, buscando dar as respostas às contradições desta sociedade. Existe sim, um trabalho em construção, experiências interdisciplinares que assinalaram resultados positivos.

Nesse sentido, a presença do Serviço Social junto as equipes do trabalho sócio ambiental se tornam essenciais quando à luz de processos educativos, visem a transformação individual e coletiva dentro de princípios éticos, horizontais, participativos, democráticos e reflexivos. Profissionais que possam contribuir na formulação e na articulação das políticas sociais públicas, com a organização e a mobilização da sociedade civil, tendo em vista a garantia dos direitos sociais e do exercício da cidadania.

Acredita-se com este estudo que o profissional social consegue destacar-se na ação voltada para as questões sociais, pois pressupõe competência teórica, técnico-operativa e ético-política e com isso está atento aos movimentos da sociedade, buscando compreendê-la e intervir de forma integrada com os demais profissionais, por meio de ações conjuntas e interdisciplinares.

A disposição de estratégias de ação resulta no método de trabalho empregado pelo Assistente Social, modificando uma realidade, transformando o sujeito em ator e autor de sua história. Esta prática profissional é a verdadeira legitimação da profissão, o qual cabe ao profissional o rompimento com uma profissão tradicional e conservadora. Deste modo, compete aos profissionais uma constante e permanente formação técnica, capaz de garantir o aprimoramento de competência técnico operativa e intelectual, consolidando o compromisso ético político com a classe trabalhadora.

O atual cenário exige do profissional uma visão crítica da realidade, buscando apreender os processos de mudanças sociais e assim, identificar novas possibilidades de intervenção profissional, perseguindo sempre o objetivo de materializar o projeto ético-político. Para isso evidenciou-se a necessidade de existir uma formação continuada, possibilitando a qualificação da intervenção desenvolvida, resultando numa intervenção crítica e criativa, associada à produção de conhecimento, garantindo ao profissional a capacidade da unidade do pensamento e ação.

Quando iniciamos a reflexão para construção do projeto deste trabalho sua base inicial se dava diante de vários questionamentos que afloraram em função de uma nova realidade profissional vivenciada, ser Assistente Social junto aos Projetos de Trabalho Técnico Sociais, com eixo primordial de trabalho sendo a educação ambiental.

A pesquisa desenvolvida nos permite afirmar que o trabalho profissional se revela como campo de reflexão e interrogação sobre a sua identidade, ao mesmo tempo em que produz e ganha visibilidades neste ser/fazer.

Nesta perspectiva, assume ainda maior centralidade o Projeto Ético-Político da Profissão que encerra, acima de tudo, possibilidades reais de desenvolvimento de ações balizadas na liberdade e democracia. O estudo realizado nos permitiu ainda, perceber que o espaço socioambiental é, também, um espaço de resistência onde se pode ser pensado e proposto ações coletivas importantes para o debate social.

A pesquisa se configurou como um momento revelador em vários aspectos, pois ao mesmo tempo em que foi possível explicitar questões importantes do exercício profissional tangenciando os limites, os impasses, foi revelador perceber que os sujeitos da pesquisa conseguem vislumbrar possibilidades de se construir novas realidades.

As aproximações realizadas indicam que identidade e competências são construídas cotidianamente. Estas por sua vez se configuram em desafios para o exercício profissional, e que se dão a conhecer, ou melhor, se concretizam a medida que aliarmos a análise da realidade social vivenciada pelos sujeitos/comunidade com quem trabalhamos às novas propostas/alternativas de intervenção possíveis de serem efetivadas.

Identidade produz autonomia, reconhecimento social, possibilidade de interlocução e de realização de práticas autônomas. Proporciona ainda visibilidade da área de ação profissional, do objeto e da metodologia de trabalho.

A partir dos estudos e análises realizados no curso desta pesquisa, pôde-se concluir que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e possui três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional. Essas sofrem implicações do processo social mais amplo, bem como do direcionamento político dado à profissão pela categoria dos assistentes sociais.

Dentro destas divisões sociais e técnicas do trabalho, queremos ressaltar aqui a prática profissional do assistente social na prestação de serviços assistenciais, do qual o trabalho educativo é inerente.

Percebe-se a importância de considerar que os profissionais sujeitos desta pesquisa desenvolve um trabalho educativo sem a vinculação direta com a distribuição de recursos materiais, mas demonstram uma identificação ideológica com as classes populares.

É uma proposta que trouxe novas possibilidades de atuação para o assistente social nestes projetos socioambientais, na medida em que suscitou a desconstrução do modelo, historicamente, segmentado e focalizado das políticas sociais, bem como viabilizou a assimilação de novos valores e paradigmas, contribuindo para que se repensasse a relação pedagógica estabelecida entre profissionais e população atendida, dentro de uma perspectiva mais ampla, crítica e participativa.

As assistentes sociais, na sua maioria, se vêem como educadoras ambientais no sentido de poderem viabilizar, em conjunto com a população, diferentes espaços de reflexão e crítica acerca da realidade tendo em vista a construção de ações que viabilizem a melhoria da qualidade de vida da população nos seus bairros de moradia. Estas podem se dar, também, no sentido de questionar e reivindicar providências junto ao poder público, já que as melhorias são vistas como direitos. Neste caso, as assistentes sociais se posicionam como educadoras na medida em que constroem estratégias de fortalecimento das classes populares a partir dos interesses e necessidades das mesmas.

Para algumas profissionais, este papel educativo se dá, também, na possibilidade de poder contribuir para gerar mudanças de valores e idéias a partir da percepção crítica da influência da ideologia dominante na sociedade, contribuindo para o fortalecimento das classes populares. Estas ações educativas devem valorizar o homem enquanto ser participativo, ético, que busca o conhecimento, a autocrítica e a luta pelos seus ideais, respeitando o meio natural e refletindo sobre sua visão de homem e de mundo.

É fundamental que os profissionais que trabalham com educação, educação ambiental e nas áreas interligadas estejam atentos ao conhecimento e a atuação prática, pautadas na emancipação, na democracia e cidadania. No caso dos assistentes sociais como educadores ambientais, podemos dizer o que difere da atuação dos outros profissionais que desenvolvem educação ambiental é o viés das técnicas e metodologias participativas, onde é fundamental os processos de participação social. O educador ambiental assistente social aproxima pessoas e valoriza comunidade por meio da integração, do comprometimento dos seus objetivos junto aos objetivos da comunidade.

Concluimos após a análise dos conceitos, tendências e práticas observadas, que a coletividade, o olhar sobre o outro, a solidariedade, a construção conjunta dos saberes são imprescindíveis para o a educação ambiental democrática e a sustentabilidade. Toda a técnica, metodologia e instrumentalidade, por melhor que seja, quando desprovida dessas premissas torna-se nula e sem efeito.

Uma questão tão complexa como o socioambiental só poderá ser alcançada se realizada a muitas mãos. Para tal torna-se imprescindível a articulação da categoria dos assistentes sociais com os demais profissionais, nas equipes de trabalho em educação ambiental, envolvendo espaços acadêmicos, instituições públicas e privadas além de setores organizados da sociedade civil. Vale ressaltar que a intervenção de natureza educativa, a prática profissional do assistente social tem perspectiva interdisciplinar, privilegiando o diálogo contínuo com a equipe técnica, os usuários e demais parceiros.

Que possamos incentivar a atuação corajosa desses profissionais que estão à frente do trabalho socioambiental e educativo com as comunidades. Trabalho esse pulsante, vivo, com poder de transformar realidades.

Esperamos ter contribuído para instigar a busca incessante do conhecimento e da excelência na prática profissional.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, I. A. Oficinas de produção em ensino de Ciências: uma proposta metodológica de formação continuada de professores. In: TIBALLI, E. F. A.; CHAVES, S. M. **Concepções e práticas em formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ANDRADE, J. B. T. Desenvolvimento sustentado e meio ambiente. In: CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. mod. 4. Brasília, DF: Ed. UnB, 2000.
- BARRETO, L. **Clara dos Anjos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes; 1999.
- _____. **Ética da vida**. 2. ed. Brasília, DF: Letraviva, 2001.
- BRANDÃO, Z. **Técnica de coleta de dados**. Brasília, DF: Iber, 2000.
- BRANDÃO, R. C. C. **O serviço social no Brasil**: a reinstrumentalização necessária. 2006. 167 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imesp, 1988a.
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988b. Seção 1. Anexo
- _____. Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2002. Seção 1. p. 13.
- _____. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 1 jul. 1999. Seção 1. p. 1.
- _____. Presidência da República. **O desafio do desenvolvimento sustentável**: relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Brasília, DF: Cima, 1991.
- BUENO, E. **Caixa**: uma história brasileira. Porto Alegre: Divulgadora Bueno & Bueno, 2002.
- CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Convenio com o poder público**: Manual Normativo 29106 003. 12 dez. 2005. Brasília, DF, 2005.
- _____. **Caderno de Orientação Social - COTS**. 2004. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/arquivos/trabalhosocial/manuaisdeorientacoestecnicas>>. Acesso em: 7 abr. 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

COSTA NETO, Y. C. **Bancos oficiais no Brasil**: origem e aspectos de seus desenvolvimentos. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Ágora**: Políticas Públicas e Serviço Social, UFRJ, ano 2, n. 3, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

CRUZ, F. T. F.; ANDRADE, J. C.; SILVA, M. C. Sociologia: das palafitas ao Conjunto Residencial Parque Barreiros: a relação da questão social e da questão ambiental na intervenção do Serviço Social junto às famílias removidas de mangue seco. In: RODRIGUES, S. C.; SANTANA, V. N.; BERNABÉ, V. L. (Org.). **Educação, ambiente e sociedade**: novas idéias e praticas em debate. Vitória: CST, 2007.

DESLANDES, S. F. Projeto científico onde se insere no processo de investigação? MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIEGUES, A.C.S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis**: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. 1997. Disponível em: <http://help/tshoot/tsstartup_sniff.htm>. Acesso em: 27 mar. 2009.

ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA: europeu- americana. Madrid: Espasa-Calpe, 1958.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FROTA, M. H. P. et al. Ambiente, questão sócio-ambiental e serviço social: um debate contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET, 13., 2008, Campinas. **Anais...** Campinas: [USP], 2008. Disponível em: <<http://pet.icmc.usp.br/enapet2008/docs/Simposio3.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

GREENPEACE. **O Protocolo de Kyoto**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/clima/pdf/protocolo_kyoto.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2009.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 20, n. 62, p. 6-34, mar. 2000.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004a.

_____. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004b.

HERRANZ AGUAYO, I.; RONDÓN GARCIA, L. M. O meio ambiente como fator de desenvolvimento: uma perspectiva a partir do Serviço Social. In: DOMÍNGUES GÓMEZ, J. A.; VÁZQUES AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. G. (Org.) **Serviço Social e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço Social**: ensaios críticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

INTRABARTOLLO, M. R. **Responsabilidade social na moradia popular**: estudo do Programa de Arrendamento Residencial em Ribeirão Preto, SP. 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

IRIGALBA, A. C. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: DOMÍNGUES GÓMEZ, J. A.; VÁZQUES AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. G. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JACOBI, P. R. **Cidade e meio ambiente**: percepções e práticas em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2000.

JACQUARD, A. **Voici le temps d’ un monde fini**. Paris: Seuil, 1991.

LAGO, A. A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. Apresentação: (re) onhecendo a educação ambiental brasileira.. In: _____. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LEFF, Enrique. Pensar la complejidad ambiental. In: _____. (Coord.) **La complejidad ambiental**. Mexico (Ciudad): Siglo XXI, 2000.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, G. F. C. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil:** emergência, identidades e desafios. 2005. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R.S.(Org.). **Sociedade e meio ambiente:** educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Educação ambiental:** repensando o espaço da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOVELOCK, J. G. The word as a living organism. **New Scientist**, New York, n. 18, p. 25-28, dec. 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____.; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, 1994, n. 45, p. 70-75, ago. 1994.

MARTINIC, S. Saber popular e identidade. In: _____.; GADOTTI, M.; TORRES, C.A. (Org.). **Educação popular:** utopia Latino-Americana. São Paulo: Cortez, 1994.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIOTO, R. C. T. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.8, n. 1, p.29, jan./jun.2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/979/5119>>. Acesso em: 1 ago. 2011.

MORIN, E.; KERN, B. **Terre-patrie**. Paris: Seuil, 1993.

_____. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma reformar o pensamento. 14. ed. Tradução de Eloá Jacobina. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.

NASCIMENTO, E.; SILVA, G. Relatório Brundtland sobre o meio ambiente. **Eco Rio:** Revista Mensal de Informação Ambiental, Política, Social Científica e Cultural, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 22, 1991.

NOVAES, W. Agenda 21: um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sexante, 2003.

NUNES, J. A. Teoria crítica, cultura e ciência: os espaços e os conhecimentos da globalização. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001.

OUR common future. In: WIKIPÉDIA: the free encyclopedia. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Our_Common_Future/>. Acesso em: 20 nov. 2010.

PADUA, S. M.; TABANEZ, M.F. **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília, DF: Ipê, 1997.

PELLEGRINI FILHO, A. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Manole, 2000.

PEREIRA, A. P. A. Metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e a política social: crise contemporânea, questão social e serviço social. mod. 1. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

PIKE, G.; SELBY, D. **Global teacher, global learner**. Toronto: Hodder and Stoughton, 1990.

PIRACICABA. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&q=piracicaba&ion=1&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_cp.r_qf,.cf.osb&biw=1440&bih=785&um=1&ie=UTF-8&sa=N&tab=wl>. Acesso em: 25 out. 2011.

PNUD. **Sobre o projeto do milênio**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/milenio/>>. Acesso em: 6 abr. 2010.

QUINTAS J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

RAMOS, M. H. R. Tendências do debate sobre defesa do Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável. In: GOMES, M. F.C. M.; PELEGRINO, A. I. C.(Org.). **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

REIGOTA, M. P. **Serviço Social e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RIBEIRO, W. C. Em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROBOTTON, I. Contestation and consensus in environmental education. **Curriculum Perspectives**, Victoria, Au, v. 7, n. 1, p. 23-27, 1990.

SANTOS, A. D. **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A questão do meio ambiente**: desafios para uma construção de uma perspectiva transdisciplinar. São Paulo: p. 15-20, 2006.

_____. **Técnica espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARRETA, F. O. **Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS**. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

SAVINGS BANKS INSTITUTE- WSBI. Disponível em: <<http://www.savings-banks.com>> Acesso em: 29 jun. 2010.

SILVA, M. C. S. **Trabalho de participação comunitária**: uma dimensão local da prática social qualitativa. 2007. 88 f. Dissertação (Especialização) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

SILVA, P. **Vocabulário jurídico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980. v. 5.

SAUVÉ, L. **Éléments d’une théorie du design pédagogique en éducation relative à l’environnement**. 1992. Thèse (Doctorat en Éducation) - Université du Québec, Montreal, 1992.

_____. **Pour une éducation relative à l’environnement**. Montreal: Guérin; Paris: Eska, 1994.

_____. Uma cartografia das correntes de educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (Org). **Educação ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005a.

_____. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005b.

SPÓSITO, M. E. B. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: SIMPOSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 7., SIMPÓSIO INTERNACIONAL LABUR-DG-FFLCH/USP, 1., 2001, São Paulo. **Anais....** São Paulo: Ed. USP, 2001.

STEFFENS, E. A.; CORTIZO, M. C. Reflexões sobre a experiência do serviço social em ações sócio-ambientais. In: JORNADA DE JOVENS PESQUISADORES DA AUGM, 14., 2006. Campinas. **Anais eletrônico**: arquivo CA7008. Disponível em: <<http://www.cori.unicamp.br/jornadas/aprovados.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

TONSO, S. **A educação ambiental que desejamos desde um olhar para nós mesmos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

VASCONCELOS, A. M. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. In: CAPACITAÇÃO em Serviço. Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. mod. 4. Brasília, DF: Ed. UnB, 2000.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

VERNOT, A. Construcción de la nueva pedagogía. **Ecológica**, Santafé de Bogotá, v. 3, p. 13-15, 1989.

VIANA, V. M.; DIEGUES, A. C. **Comunidades tradicionais e manejos dos recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: Hucitec, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA PESQUISA**FORMULÁRIO PARA A PESQUISA DE CAMPO****SUJEITOS: ASSISTENTES SOCIAIS****I – Dados de Identificação**

Nome:

Idade:

Tempo de formação:

Local de formação:

Outros cursos complementares e ano de conclusão:

Tempo que exerce a função de Técnica Social:

Instituição que pertence atualmente:

Outras experiências profissionais:

II – Roteiro das questões**Categorias de análise****Primeira Categoria: Relação do Serviço Social e a questão ambiental:**

- a) Que relações existem entre as questões ambientais e o Serviço Social? Justifique a sua prática neste espaço?
- b) Embasando-se em sua observação e experiência de campo, procure enquadrar a qualidade de vida da população trabalhada entre:
() Excelente, () boa, () média, () regular, () péssima
- c) Quais os principais indicadores que lhe permitiram classificar acima, a realidade socioambiental do sujeito inserido neste meio.

- d) Cite as degradações ambientais mais recorrentes na área de sua atuação. Quais ações como técnico social você desenvolveu para reverter a degradação ambiental
- e) O Serviço Social contribuiu na preservação do meio ambiente e na qualidade de vida das pessoas? Se sim este processo foi educativo? Você considerou-se um educador ambiental?

Segunda Categoria: Instrumentais de utilização:

- a) Quando você assumiu o desenvolvimento do projeto sentiu-se preparada (o) para atuar neste novo campo. Por quê?
- b) Quais foram os instrumentais utilizados para a operacionalização do trabalho técnico social?
- c) Você se sentiu parte da equipe interdisciplinar, tendo condições de dialogar com os outros saberes? Por que. Se não, como reverteu esta situação?
- d) Durante a atuação profissional quais as dificuldades encontradas. Como fez para superá-las?

Terceira Categoria: Compromisso pessoal/ Institucional/comunitário:

- a) Você foi designado somente para o desenvolvimento deste trabalho (quantas horas dia), ou tinha também responsabilidade de projetos em outras áreas? Quais.
- b) Quais foram os resultados provenientes da sua atuação junto à comunidade de referencia?
- c) Você tinha parceiros para o desenvolvimento do trabalho social? Se positivo, quais?
- d) Estes parceiros eram co-responsáveis pelo trabalho, ou desenvolviam ações pontuais, sendo a responsabilidade total dos técnicos sociais?

Quarta Categoria: Educação ambiental como desafio para o Serviço Social:

- a) Você sentiu necessidade de aprimoramento para melhor atender a demanda do trabalho, especificamente na área ambiental? Se positivo, o que fez para melhorar sua atuação?
- b) Existe articulação entre o conteúdo programático do curso de Serviço Social com as atividades que desenvolveu no projeto? O que poderia ser feito nos cursos de Serviço Social.
- c) Como educador ambiental, qual seria seu principal objetivo neste processo educativo?
- d) Mesmo depois de ter atuado nestes projetos, você acredita que a questão ambiental configura-se como um novo campo de trabalho para os assistentes sociais? Por quê? Você reconhece que outros profissionais se interessam por esta área de atuação. Por quê?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: Desenvolvimento Urbano, Desafios para o Serviço Social. O projeto de pesquisa será conduzido por Mara Regina Dias, do curso Pós Graduação em Serviço Social, orientado pelo Prof (a). Dr(a) Pe. Mario José Filho, pertencente ao quadro *docente* **Universidade Estadual de São Paulo “Julio Mesquita Filho” (UNESP) campus Franca/SP.** Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação em mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição, com objetivo da análise da atuação do serviço social junto aos Projetos Técnicos de Trabalho Social.

Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, 20 de maio de 2011. .

_____.

Assinatura do participante

Pesquisador Responsável
Nome: Mara Regina Dias
Endereço: Rua M1, 539 Rio Claro SP.
Tel: 19 - 97977630
E-mail: mrsocial@bol.com.br

Orientador
Prof. Dr. Pe. Mario José Filho
Endereço: Rua Afonso Celso, 1282 – Jd. Sumaré - Ribeirão Preto/SP
Tel: 16 - 91263838
E-mail: marjofi@terra.com

ANEXOS

ANEXO A - TABELAS DE ATIVIDADES DO PTTS

EIXOS	MACROAÇÕES	AÇÕES
Mobilização e comunicação	Ações informativas	• Informar os beneficiários/adquirentes/arrendatários sobre temas inerentes à intervenção e necessários para o seu êxito, associados a uma ou mais ações do PTTS, através da elaboração de Plano de comunicação e utilização de meios de comunicação (vídeos, chamadas em rádio/TV, Publicação em jornais, folders).
		• Prestar informações aos beneficiários adquirentes/arrendatários, no que couber, sobre os programas, projetos técnicos, andamento das obras e serviços, impactos da intervenção no dia a dia e contratos de financiamento.
		• Estabelecer canais de comunicação entre os beneficiários/adquirentes/arrendatários e agentes envolvidos.
		• Elaborar material informativo/educativo com temas inerentes à intervenção. Ex.: folders, cartilhas, manuais, panfletos, outros.
		• Elaborar material pedagógico e definir estratégias de comunicação com finalidade educativa, envolvendo a produção e a divulgação de materiais relacionados aos temas, e a utilização dos diversos meios de comunicação.

EIXOS	MACROAÇÕES	AÇÕES
Mobilização e comunicação	Suporte as intervenções físicas	• Disponibilizar KIT construção, manual de uso e manutenção da moradia, manual do síndico, quando for o caso.
		• Organizar e acompanhar vistorias de imóveis.
		• Promover o cadastramento e a selagem das famílias/domicílios.
		• Desenvolver ações para possibilitar a abertura de frentes de obra.
		• Organizar e realizar visitas às obras.
		• Preparar e apoiar a comunidade para o regime de mutirão e autoconstrução, quando for o caso.
	Articulação para parcerias	• Estabelecer parcerias com instituições públicas e/ou privadas que atuem ou possam vir a atuar na área, para potencialização e otimização dos esforços e recursos do PTTS. • Buscar complementaridade com projetos afins e absorção da mão de obra capacitada.

EIXOS	MACROAÇÕES	AÇÕES
Mobilização e comunicação Participação Comunitária e Desenvolvimento Sócio organizativo	Capacitação da equipe técnica	• Qualificar/capacitar a equipe técnica responsável pela implementação do PTTS (exceto quando se tratar de equipe terceirizada).
	Avaliação e Monitoramento	• Realizar diagnóstico de forma a conhecer a realidade local, bem como estabelecer o marco zero para balizar a pesquisa de pós-ocupação.
		• Desenvolver ações periódicas que possibilitem avaliar, monitorar, registrar e sistematizar a intervenção.
		• Realizar pesquisa pós-ocupação/satisfação, quando for o caso.
	Mobilização Organização Comunitária	• Formar grupos de acompanhamento de obras;
		• Fomentar a participação comunitária através do desenvolvimento de reuniões, palestras, assembleias e campanhas educativas, seminários temáticos que estimulem e sensibilizem as lideranças comunitárias e a população beneficiária em geral, para participar do planejamento e implementação do empreendimento.
		• Formar grupos de interesse/temáticos e agentes multiplicadores.
		• Formar ou fortalecer entidades associativas e/ou grupos representativos.
		• Promover a capacitação de lideranças

EIXOS	MACROAÇÕES	AÇÕES
Mobilização e comunicação Participação Comunitária e Desenvolvimento Sócio organizativo	Mobilização Organização Comunitária	• Desenvolver ações voltadas para a definição de regras de convivência coletiva: convenção de condomínio, regimentos internos, outros.
		• Incentivar a integração entre beneficiários/adquirentes/arrendatários e destes entre os agentes envolvidos.
		• Desenvolver atividades que auxiliem na redução da criminalidade, violência e promoção da segurança na área de intervenção e entorno.
		• Preparar a comunidade para o recebimento das benfeitorias (unidades habitacionais, unidades sanitárias, equipamentos comunitários, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, etc.).
		• Programar e acompanhar a instalação/utilização de novos sistemas e equipamentos (pós-ocupação).
Empreendedorismo	Atividades socioculturais	• Promover atividades de natureza cultural, pedagógica, esportiva, de lazer e de promoção da cidadania, apropriadas às características locais e à população atendida.
	Geração de Trabalho e Renda	• Identificar o perfil, vocação produtiva e demandas da comunidade e do entorno;

EIXOS	MACROAÇÕES	AÇÕES
Empreendedorismo	Geração de Trabalho e Renda	• Incentivar a utilização da mão de obra local na intervenção física. • Realizar atividades de apoio ao encaminhamento para o mercado de trabalho.
	Capacitação profissional	• Fomentar a criação e/ou consolidação de grupos produtivos. Dentre as possibilidades existentes, sugere-se a utilização da sistemática Fábrica Social quando couber. • Qualificar/capacitar a população beneficiária para o mercado de trabalho, bem como para a formação de grupos produtivos e empreendedorismo (associações, cooperativas de produção e serviços, microempresa, empreendedor individual e outros).
		• Implementar ações de desenvolvimento pessoal (alfabetização, línguas, informática etc).
Educação		• Fortalecer e/ou articular fóruns e colegiados, municipais e/ou regionais, que atuam na área ambiental.
	Educação ambiental	• Formar agentes/educadores ambientais locais.

EIXOS	MACROAÇÕES	AÇÕES
Educação		• Incentivar o plantio de mudas de árvores nos empreendimentos, na relação de uma árvore por unidade habitacional, observando-se as características do terreno, do projeto e a adequação das mudas às características geográficas locais.
	Educação ambiental	• Desenvolver ações educativas para discussão/reflexão sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, notadamente: água, esgotos e resíduos sólidos, incluindo-se a coleta seletiva
		• Promover discussões e difundir entre os beneficiários conhecimentos sobre reaproveitamento de materiais e uso racional dos recursos naturais.
	Educação sanitária	• Apoiar e desenvolver ações inerentes às questões sanitárias locais, tais como: hábitos de higiene, saúde preventiva, saneamento básico; controle de vetores; apoio às campanhas públicas; disposição adequada de resíduos e outros temas de interesse.
	Educação patrimonial	• Desenvolver ações informativas e educativas voltadas para o conhecimento, uso adequado e a apropriação do patrimônio físico, histórico-cultural e equipamentos comunitários locais, por meio de cursos, oficinas, palestras, reuniões, campanhas, seminários temáticos, etc.

EIXOS	MACROAÇÕES	AÇÕES
Educação	Educação patrimonial	Promover ações que visem a valorização e apropriação de bens culturais propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos.
	Educação para a Mobilidade Urbana	Promover e apoiar ações educativas direcionadas a orientar a população sobre temas -afins, tais como: regras de trânsito, utilização dos meios de transporte convencionais e alternativos; utilização adequada das vias e equipamentos públicos; circulação e acessibilidade urbana, sobretudo para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.
		Formar multiplicadores para as questões de mobilidade urbana.
		Incentivar o uso de transportes alternativos, priorizando os modos coletivos e não motorizados de transporte.
		Desenvolver campanhas informativas e educativas abordando temas afins, tais como álcool e direção, cinto de segurança, uso da cadeirinha, "Um dia sem Carro", Paz no Trânsito.
	Educação para a saúde	- Promover e apoiar ações preventivas e de conscientização, que tenham como foco as questões de saúde, de forma a promover o bem estar físico e psíquico dos beneficiários. Como temas a serem abordados sugere-se: - Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST; Drogas; Álcool; Tabagismo; gravidez na adolescência; dentre outros.

EIXOS	MACROAÇÕES	AÇÕES
Remoção e Reassentamento	Apoio ao Remanejamento de famílias	• Apoiar as ações de remoção temporária ou definitiva de famílias, com realocação na própria área, para permitir o desenvolvimento do projeto de urbanização ou em função de ocuparem áreas de risco, de preservação permanente ou por necessidade de desadensamento.
		• Fomentar a formação de grupo de acompanhamento de remoção e reassentamento.
		• Planejar e acompanhar a mudança e ocupação de novos imóveis.